

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS CRIMES SEXUAIS NA CIDADE DE CASTRO – PR (1890-1920)

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski
Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

DULCELI DE LOURDES TONET ESTACHESKI

OS CRIMES SEXUAIS NA CIDADE DE CASTRO – PR (1890-1920)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

Banca examinadora:
Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite
Prof. Dr. José Roberto Braga Portela
Prof. Dr. Ilton Cesar Martins

Catálogo na publicação

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Estacheski, Dulceli de Lourdes Tonet

Os crimes sexuais na cidade de Castro-PR (1890-1920) / Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski. – Curitiba, 2013.

131 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Renato Lopes Leite

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Crime sexual – História - Castro-PR. 2. Processos (Crime sexual). 3. Direito penal - Brasil. 4. Discriminação de sexo – Brasil – Século XIX - XX. I. Título.

CDD 364.153



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski, intitulada: **Os crimes sexuais na cidade de Castro-PR (1890-1920)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, doze de junho de dois mil e treze.


Prof. Dr. Renato Lopes Leite (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Ilton Cesar Martins (UNESPAR-FAFIUV)
1º Examinador


Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)
2º Examinador

“A consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente.” (Jörn Rüsen).

Dedico esse trabalho à Florentina Pas dos Santos, Anna Lopes Teixeira, Zeferina de Tal, Alexandrina Rodrigues, Maria Florentina, Maria da Conceição Bueno da Rosa, Bertulina Maria do Espírito Santo, Leandrina Saldanha, Joana Disgepola, Maria Alves do Nascimento, Antonia Machado da Conceição, Maria Joana da Rosa, Eusebia da Silva, Maria do Livramento, Manoela Rosa, Anna de Paula, Palmyra Maria Novaes, Avelina dos Santos, Maria Adelaide de Mello, Pedrina Carneiro Saldanha, Escolástica Maria Pedroso, Durvalina Maria de Ramos, Josephina Bickerstaph, Eugenia Martins, Lucia Maria Novaes, Maria das Neves da Silva, Anna Maria Rodriguez da Silva, Francelina Corrêa, Adrelina Teixeira de Oliveira, Balbina Vieira da Rosa, Balbina Marcondes Ribas, Maria Augusta da Silva, Mecia Martins de Oliveira, Hermínia do Rosário, Ursulina da Silva Rocha, Guilhermina Maia, Thereza de Ramos, e Josephina Fernandes França.

AGRADECIMENTOS

Disseram-me um dia que o período de escrita de uma dissertação é solitário, discordo. Por mais que fiquemos por horas e horas debruçados diante de livros, fontes e do computador e estejamos fisicamente sozinhos nestes momentos, o período de escrita me ensinou o real sentido de não colocarmos nosso texto acadêmico na primeira pessoa do singular. Não escrevi sozinha em nenhum momento. Desde muito antes da escrita, fui impulsionada por diferentes pessoas e com elas aprendi. Quando escrevia me sentia acompanhada por elas, por suas ideias, suas sugestões, suas críticas construtivas, seu apoio. Sem demagogia quero agradecer, não me sinto obrigada a isso como se fosse uma formalidade apenas. Sinto-me grata e com vontade de manifestar essa gratidão.

Ilton Cesar Martins, lembro-me de uma aula sua em 2005. Na disciplina de História do Brasil estudamos o texto de Suean Caufield, ‘Em defesa da honra’. Fiquei impressionada, na verdade encantada, com as discussões que surgiram na aula. Nunca tinha parado para pensar a história naquela perspectiva. A sociedade machista que buscava exercer o controle social vigiando e regulando as mulheres e a possibilidade do uso dos processos crime como fonte histórica. No final da aula você mencionou a existência de tais fontes no Arquivo Público de Castro e disse que gostaria de ajudar quem se interessasse pela pesquisa. Candidatei-me. Não sei se você gostou ou não disso, mas me ofereci como sua orientanda. Aprendi muito. E agradeço por me apresentar o tema, a fonte, o arquivo. Por me levar nas viagens a Castro e me dar aulas particulares sobre o uso da fonte, sobre a história da cidade, sobre o trabalho no arquivo, sobre o tema em si, sobre ser pesquisador, sobre ser professor, sobre ser humano. Já disse que devo o mestrado a você. Obrigada. Tento pagar a dívida aos poucos, mas não sei se um dia ficaremos quites.

Professor Renato Lopes Leite, agradeço por suas aulas durante o mestrado, aprendi muito. Eu já o conhecia de conferências e de comentários sempre elogiosos de quem já havia sido seu orientando. Conhecê-lo pessoalmente me fez confirmar as coisas boas que ouvia. É uma pessoa generosa e sempre muito paciente com minhas dúvidas, minhas confusões e minha realidade tumultuada de trabalho e estudo. Obrigada por ter aceitado orientar meu trabalho e por ter sido sempre tão compreensivo com o meu tempo sempre tão limitado. Seus ensinamentos valiosos me fizeram crescer.

André da Silva Bueno e Jefferson William Gohl, coordenadores do curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória nos anos de 2011 e

2012, se não fosse a generosidade de vocês em organizar meus horários de trabalho na instituição de uma forma que deixassem dias livres para o meu mestrado, seria muito difícil seguir adiante. Obrigada por me permitirem crescer, obrigada por me ajudarem a crescer. Espero um dia chegar próximo à estatura de vocês.

Everton Carlos Crema, tenho orgulho de chamá-lo de amigo. Sinto que posso chamá-lo assim porque amigos são pessoas que se ajudam, que fazem rir, que escutam os lamentos e incentivam a continuar. Obrigada pelas caronas, pelas muitas risadas, pelas lágrimas enxugadas, pelos trabalhos divididos, por ter lido meu texto e me indicado leituras que foram importantes. E por falar em amigos, Carla Fernanda da Silva, conhecê-la foi uma das melhores coisas desse período. Cheguei a Curitiba para uma nova etapa da vida sem conhecer ninguém e com medo do que ia encontrar. Tinha medo de ser muito pequena perto dos grandes. Descobri que grandeza é outra coisa. Você dividiu comigo a pensão simples e barata, os sanduíches, o vinho e a cerveja na Casa Verde e a sopa na cantina, dividiu saberes, livros e ideias. Sem me conhecer direito me viu chorar, me ouviu e me ajudou a levantar a cabeça. Você é grande e nem tenho medo de ser pequena perto de você.

Professoras das disciplinas que cursei no mestrado, Ana Paula Vosne Martins, Helenice Rodrigues da Silva e Martha Daisson Hameister, obrigada pelos ensinamentos importantes. Rodrigo Scama, Helder Silva Lima, Raphael Guilherme de Carvalho, Georgiane Garabely Heil Vasquez, Carla Conradi, Gregory Baltazar, Juliana, Daniele, Fernando, Mateus, foi bom conhecê-los, foram produtivos os debates que fizemos nas aulas ou fora delas, sempre aprendemos algo uns com os outros.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico agradeço a bolsa de estudos; sem ela não sei como faria ou se conseguiria fazer o mestrado.

Maria Cristina, secretária do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, preciso agradecer a você muitas vezes. Sempre gentil, sempre pronta para sanar todas as dúvidas.

Ao Arquivo Público da cidade de Castro/PR, Casa da Cultura Emília Erichsen, muito obrigada pela disponibilização do acervo, pelo acolhimento em cada passagem por lá para a pesquisa.

Marcio Luis Estacheski, eu sempre disse que isso tudo era por nós. Você me incentivou a fazer a faculdade e depois a especialização. Quando surgiu a oportunidade de deixar o emprego que eu tinha e arriscar uma nova trajetória, você me apoiou. Comecei a trabalhar na FAFIUV com você alegrando-se ao meu lado em cada conquista. Foi comigo para fazer as provas de seleção para o mestrado em Curitiba e não deixou que eu desanimasse

com resultados ruins no começo. Eu queria ir mais longe, não só por amar o que fazia, mas por você, para que você se sentisse orgulhoso e para poder alcançar algo melhor para nós dois. Espero que hoje você tenha clareza disso. Sou grata. Amo você e tudo sempre é mais fácil com você por perto. Descobri que posso sim fazer as coisas por mim mesma, seguir adiante, aprendi a ser mais forte, mas continuo sentindo que é muito melhor fazer por nós. Obrigada pelos constantes 'calma, você consegue', por abrandar meu desespero quando roubaram meu computador com toda minha pesquisa, por viajar comigo para eventos, para Castro, para Curitiba. Marcio, aprender coisas novas, conhecer lugares diferentes, viver diferentes experiências é sempre bom, mas é infinitamente melhor quando posso partilhar tudo isso com você.

E, por fim, agradeço a mim mesma por ter arriscado e por ter continuado e àqueles que dificultaram as coisas ao longo do caminho me ajudando a compreender que obstáculos existem para serem superados.

RESUMO

Tendo como fontes de pesquisa histórica o Código Penal de 1890 e os processos referentes a crimes sexuais disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Castro-PR do período de 1890 a 1920, a presente pesquisa discute sobre a discriminação de gênero manifesta na moralidade diferenciada para homens e mulheres no final do século XIX e início do século XX. A partir de um referencial teórico, buscou-se refletir sobre moralidade e honra procurando perceber se na cidade de Castro, no interior do Paraná, a noção de honra era a mesma apontada pela historiografia para outras regiões do Brasil, mais urbanizadas. As regras de conduta do período exigiam das mulheres uma postura muito mais regrada do que dos homens. A eles até mesmo a violência se legitimava como sinal de masculinidade e honra. Para elas o desvio da conduta padrão podia significar um demérito que as classificava como desonestas. A análise da legislação brasileira no que diz respeito às punições previstas para os crimes de ordem sexual, bem como as reflexões de juristas, promotores e advogados deixam clara a existência de uma distinção social e de gênero no período estudado.

Palavras-chave: Discriminação de Gênero. Crimes Sexuais. Legislação brasileira.

ABSTRACT

SEXUAL CRIMES IN THE CITY OF CASTRO / PR (1890-1920)

Having as sources of historical research the Criminal Code of 1890 and prosecutions relating sex crimes on the Public Archives of the City of Castro – PR in the period of 1890 to 1920, this research discusses gender discrimination manifested in different morality for men and women in the late nineteenth and early twentieth century. From a theoretical reference, reflections were made about morality and honor seeking to notice if, in the town of Castro, inland city of Parana, the notion of honor was the same pointed to us by the historiography to other regions of Brazil, more urbanized. The conduct rules for the period required of women a much more straight attitude than men. To them even violence was legitimate as a sign of manhood and honor. For women, the deviation of the standard conduct could mean a demerit that classified them as dishonest. The analysis of Brazilian legislation regarding the punishment provided for sex crimes, as well as the reflections of jurists, prosecutors and lawyers make clear the existence of a social and gender distinction during the studied period.

Keywords: Gender Discrimination. Sex Crimes. Brazilian law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 “JÁ SE FALAVA QUE ELLA NÃO ERA DE BEM”: CASTRO E A NOÇÃO DE HONESTIDADE PARA HOMENS E MULHERES.....	26
1.1 O SIGNIFICADO DE ‘HOMENS HONESTOS’ E DE ‘MULHERES HONESTAS’ NA HISTORIOGRAFIA.....	26
1.2 CASTRO/PR (1890-1920).....	34
1.3 MORALIDADE E HONRA PARA A COMUNIDADE DE CASTRO.....	10
2 “MULHER PÚBLICA” E “MULHER HONESTA”: A LEI E SEUS INTÉRPRETES.....	55
2.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS CRIMES DE ORDEM SEXUAL..	56
2.2 JURISTAS, ADVOGADOS, PROMOTES: INTERPRETAÇÕES DA LEI	67
2.3 O JULGAMENTO DAS VÍTIMAS.....	74
2.4 “DYNAMICA DO DIREITO, AO SERVIÇO DA LEI”: O JUIZ JOAQUIM IGNACIO DANTAS RIBEIRO E O RAPTO DE FRANCELINA CORRÊA.....	80
3 ENTRE PROMESSAS, AMEAÇAS E ESCOLHAS: JOVENS MULHERES DE CASTRO.....	89
3.1 A VIOLÊNCIA FÍSICA.....	92
3.2 AS PROMESSAS DE CASAMENTO.....	100
3.3 AS ESCOLHAS.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
FONTES.....	125
REFERÊNCIAS.....	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 01:	LOCAIS EM QUE TERIAM OCORRIDO OS DELITOS EM CASTRO.....	38
TABELA 02:	PROFISSÕES DAS TESTEMUNHAS MASCULINAS E FEMININAS DOS PROCESSOS DE CASTRO.....	40
TABELA 03:	ESTADO CIVIL DAS TESTEMUNHAS E SUA RELAÇÃO COM OS DESFECHOS DOS PROCESSOS.....	51
TABELA 04:	DESFECHOS DOS PROCESSOS.....	89
TABELA 05:	VÍNCULO ENTRE VÍTIMAS E RÉUS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA.....	96

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa os tratamentos desiguais conferidos a mulheres e homens, a discriminação de gênero. Regras de conduta diferenciadas para eles e para elas, maior permissividade aos homens e a responsabilização das mulheres vítimas pela violência sexual sofrida são marcas dessa distinção que se configuram num problema estrutural, pois tais questões são percebidas ao longo da história.

Recentemente, em março de 2012, o Superior Tribunal de Justiça considerou que a presunção de violência contra menor de 14 anos é relativa em um caso que repercutiu nacionalmente. Um rapaz acusado do estupro de três menores, todas de 12 anos, foi absolvido porque

A prova trazida aos autos demonstra, fartamente, que as vítimas, à época dos fatos, lamentavelmente, já estavam longe de serem inocentes, ingênuas, inconscientes e desinformadas a respeito do sexo. Embora imoral e reprovável a conduta praticada pelo réu, não restaram configurados os tipos penais pelos quais foi denunciado¹

As questões sobre o problema da prostituição infantil foram deixadas de lado. A necessidade de defesa das crianças em situação de risco não foi considerada, pois o crime que estava sendo julgado, segundo o Superior Tribunal de Justiça, era outro. Tal decisão foi duramente criticada e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher publicou nota de repúdio, afirmando que “É inadmissível que, em pleno século XXI, inquirições sobre a vida privada e a conduta sexual das vítimas de crimes sexuais sirvam de preconceituosas balizas para justificar crimes injustificáveis e responsabilizar as vítimas pelas violências sofridas.”²

Inocentar homens acusados de crimes sexuais e julgar as vítimas por uma falta de ‘inocência’ ou ‘ingenuidade’ a respeito do sexo tem sido uma prática recorrente e não recente como é possível verificar na análise dos processos por crimes de ordem sexual da cidade de Castro/PR do período de 1890 a 1920, fontes dessa pesquisa. Há, portanto, uma manutenção de valores morais que se configuram em práticas de discriminação. Aos homens é conferido o direito de viver sua sexualidade com maior liberdade e, por vezes, mesmo os atos violentos que colocam em risco a vida ou a saúde de mulheres e algumas muito jovens, são legitimados ou têm sua gravidade diminuída. Já para as mulheres uma série de regramentos limitam as

¹ http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=105175

² www.cladem.org/.../Brasil_pronunciamento_en_portuguez.docx

ações consideradas apropriadas e para qualquer ato desviante existem consequências geralmente ruins que vão desde a humilhação pública, à difamação e à ausência de defesa em caso de terem se tornado vítimas da violência.

O período que compreende a instituição do Código Penal de 1890 em substituição ao Código Criminal do Império de 1830 e as duas primeiras décadas do século XX já foi alvo de discussões semelhantes na historiografia tendo, porém, como foco centros urbanos maiores como São Paulo e Rio de Janeiro³. Castro e os sujeitos encontrados nos processos representam outro cenário, o mundo da roça e apresentam a cultura interiorana brasileira, feita do trabalho na lavoura, de bailes nas casas da vizinhança, das conversas nas vendas, do recato esperado das moças e da violência admitida aos rapazes como sinal de coragem. Ainda que os processos revelem padrões de conduta e normas morais determinadas para todo o território nacional, os desvios de tais preceitos, neles destacados, e os relatos dos diferentes envolvidos (réus, vítimas e testemunhas) proporcionam o pensar sobre atividades, costumes, práticas, muito próprias do lugar em que ocorrem.

Franco, em sua obra *Homens livres na ordem escravocrata*,⁴ define como ‘código do sertão’ as relações de solidariedade das comunidades interioranas que se pautavam num modelo patriarcal e que configuravam princípios de cooperação e uma noção de moralidade comum que não excluía a violência como padrão de comportamento. Ao estudar o cotidiano de homens e mulheres da Comarca de Castro, na segunda metade do século XIX, a partir de processos crime envolvendo escravos e libertos, Martins⁵ corrobora com tal entendimento afirmando que uma sociedade escravista é fundada numa ordem pautada na violência. O autor, porém, explora os processos por diferentes crimes de forma a desvendar muito mais do que o ato violento contido nas ações narradas, sua análise dá conta de uma interessante reflexão sobre possibilidades e escolhas da população castrense, homens e mulheres, escravos ou não.

Retratando um período pouco anterior ao delimitado por esta pesquisa, Martins afirma que os escravos e libertos de Castro não eram inertes, mas interferiam nos rumos de suas

³ Ver: CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro** (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000; CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3ª Edição. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1983.

⁵ MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

vidas. Como o fez Benedicta, que por bebedeiras e arruaças foi várias vezes presa, chegando a ser agredida na prisão a mando do delegado, mas que indiferente à sua condição considerada inferior pela sociedade da época - mulher negra, liberta, pobre - conseguiu mover um processo que destituiu o delegado.⁶ Subverteu a ordem e mostrou-se capaz de conduzir, ao menos em parte, a própria vida. Benedicta comprova que nem todas as mulheres aceitavam passivamente a discriminação existente e rompia com os padrões, porém isso fez de sua vida uma passagem constante pela delegacia. Outras mulheres tiveram seus nomes registrados nos documentos, hoje disponíveis no Arquivo Público de Castro, Casa de Cultura Emília Erichsen. Elas foram vítimas de violência sexual ou de falsas promessas de casamento. Com essa pesquisa buscou-se compreender a discriminação em relação às mulheres analisando os papéis sociais vivenciados por elas e por homens a partir das denúncias de violências sofridas ou da busca de proteção legal para resgatar a honra perdida diante de promessas não cumpridas. Os processos por crimes de ordem sexual apresentam-se como fontes que possibilitam traçar um panorama do entendimento que a sociedade tinha em relação às condutas consideradas apropriadas para homens e principalmente para mulheres, revelando também as formas de sobrevivência da comunidade, demonstrando as possibilidades ou não de assumir tais posturas consideradas ideais. Revelam também a discriminação de gênero por parte da justiça que julgava de acordo com o padrão de moralidade de uma sociedade que concedia aos homens maiores privilégios do que às mulheres.

Em um processo por crime de estupro do ano de 1893, o promotor público afirmou o seguinte: “Então o denunciado Norberto concebeu a negra infâmia de roubar a sua filha (uma ingênua creaturinha) o thesouro de sua virgindade, atirando ao mundo mais uma prostituta”⁷. Tal afirmativa revela um estigma⁸ atribuído às mulheres que perdiam sua virgindade antes do

⁶ MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas**. *Op. cit.* p. 21.

⁷ A denúncia foi feita em 1893, mas a jovem vítima Maria da Conceição, então com 17 anos, afirmou que desde seus 12 anos seu pai a violentava, mas que nunca o denunciava por medo de suas ameaças. Segundo a vítima, o pai dizia que não apenas a mataria caso contasse para alguém, mas mataria também sua mãe. A coragem para denunciar teria surgido por não aguentar mais tais atos. O processo está inconcluso e à época da denúncia o acusado estava foragido. (Processo por crime de estupro. Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: Anos 1892/1893/1894. Arquivo Público Casa da Cultura Emília Erichsen. Castro/PR, doravante referenciada como CCEE. Castro/PR.) Nas citações das fontes, optou-se por preservar a grafia original dos processos.

⁸ Goffman, ao procurar estabelecer definições para o conceito de estigma, declara que o termo foi criado pelos gregos para se referir a sinais corporais que representavam algo de extraordinário ou de mau naqueles que os portavam. Posteriormente, para os cristãos, os estigmas eram entendidos como sinais corporais da graça divina e para aqueles que não se posicionavam nesta crença religiosa eram sinais corporais de distúrbios físicos. O sentido literal original foi sendo retomado com o tempo, não tanto em alusão às marcas no corpo, mas sim como referência aos atributos depreciativos no caráter. O autor estabelece três diferentes tipos de estigma: as abominações no corpo como deformidades físicas, as culpas de caráter e os tribais que marcam o pertencimento a determinado grupo étnico, familiar ou religioso. (GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988). O segundo tipo, a culpa de caráter, é que marcava as

casamento no final do século XIX e início do século XX. Mesmo que a prostituição não fosse o caminho encontrado para a sobrevivência de algumas dessas mulheres que precisavam sobreviver sem o auxílio de pais, quando eram expulsas de suas casas após a transgressão da norma social, elas passavam a ser apontadas como ‘mulheres públicas’ ou, como declara Caufield, “prostitutas em potencial”⁹.

Algumas poderiam ter este ‘mal’ reparado pelo casamento, outras pela reclusão em um convento. Para a vítima do referido processo o casamento não era possível como reparação, pois ela foi estuprada pelo próprio pai. O convento era uma opção para as jovens com melhores condições financeiras, pois exigia um enxoval. Para as mais pobres, portanto, a virgindade era entendida como um ‘tesouro’ a ser protegido, pois sua perda acarretaria no estigma da desonra.

Havia uma diferença no entendimento de moralidade e honra para homens e mulheres no período, para eles estes conceitos se referiam à postura de provedores e defensores do lar, para elas vinculavam-se à vivência de uma sexualidade regrada. Os homens eram considerados honrados se conseguissem sustentar suas famílias, se fossem trabalhadores honestos e capazes de atitudes de coragem para proteger a honra da família que estava também vinculada à moralidade das mulheres. Esta moralidade tinha relação com a conduta sexual. Eram exemplos de conduta ideal as mulheres solteiras virgens, casadas e fieis ou viúvas castas.

As principais fontes desta pesquisa são, portanto, os processos por crimes de ordem sexual encontrados no arquivo público de Castro – PR. O recorte temporal, 1890 a 1920, deve-se à instituição do Código Penal de 1890, e definiram-se as duas primeiras décadas do século XX, porque não foi encontrada nenhuma obra que tratasse deste período se referindo ao Paraná.

Nas fichas que instrumentalizam a pesquisa no arquivo público de Castro, foi encontrada uma série de processos por crime de defloramento¹⁰, mas também por outros crimes sexuais como estupro, atentado violento ao pudor, rapto acompanhado de defloramento ou estupro. Os processos foram listados e depois localizados nas caixas do

mulheres não virgens, mas ainda solteiras no período estudado. A sociedade definia, e ainda define, um comportamento padrão considerado aceitável e depreciava, e ainda deprecia as pessoas que não se enquadram.

⁹ CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 77.

¹⁰ “Defloramento é a cópula completa ou incompleta com mulher virgem, de menor idade, tendo na grande maioria dos casos, como consequência o rompimento da membrana hymen, obtido o consentimento da mulher por meio de sedução, fraude ou engano”. (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha Editor, 1897). “O senador Rui Barbosa preferiu ‘defloramento’ ao termo ‘desvirginamento’, usado por Clóvis Beviláqua em seu projeto para o código civil. Para Barbosa, a palavra ‘defloramento’ era mais elegante e tradicional.” (CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 76).

arquivo. Ao final, foram elencados para esta pesquisa 2 casos que enquadravam os sujeitos no Capítulo II do Código Criminal do Império, de 1830, ‘Dos crimes contra a segurança da honra’ e 36 casos que enquadraram os sujeitos no Título VIII do Código Penal de 1890, ‘Dos crimes contra a honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor’.

Os dois processos em que as acusações se deram pelo código de 1830 foram mantidos, mesmo com a opção do recorte temporal a partir da vigência do código de 1890, porque os supostos crimes teriam acontecido antes de outubro de 1890, mas os processos se desenrolaram posteriormente. Detalhando, foram elencados para esta pesquisa 12 processos por crime de defloramento, 19 por estupro, 4 por rapto¹¹ e 3 por atentado violento ao pudor.

A análise de tais processos buscou uma compreensão sobre a noção de moralidade e honra em sua diferença ao se tratar de homens e mulheres, focando em uma realidade específica, o interior do Paraná. A cultura interiorana, expressa na literatura de Monteiro Lobato, declara que “homem que não bebe, não pita, não tem faca de ponta, não é homem”¹² e a “mulher da roça vai à vila três vezes – uma a batizar, outra a casar, terceira a enterrar”¹³. Este entendimento sobre papéis sociais femininos e masculinos no mundo da roça, manifestando uma discriminação de gênero que determinava posturas recatadas para elas e mais permissivas para eles (por vezes legitimando atos violentos) se configurava na prática diária dos sujeitos envolvidos nos processos por crimes sexuais da cidade de Castro no final do século XIX e início do século XX.

Pensando as contribuições da história das mulheres e dos estudos de gênero

Esta pesquisa trata de relações entre homens e mulheres, por vezes fisicamente violentas como nos casos de estupro e por vezes pautadas em uma violência emocional, como nos casos de defloramento, quando homens aproveitavam a ingenuidade de jovens para seduzi-las e depois abandona-las. Não foram desconsiderados também os casos em que as jovens mulheres optavam pela ruptura com os padrões de comportamento considerados apropriados para a época segundo os quais as mulheres deveriam se manter virgens até o casamento e deixavam-se deflorar por escolha e não por terem sido enganadas. Partiu-se de uma perspectiva dos estudos de gênero que tratam das relações sociais baseadas na diferença

¹¹ O artigo 270 do código penal de 1890 define como crime de rapto “Tirar do lar doméstico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viúva, atraindo-a por sedução ou emboscada, ou obrigando-a por violência, não se verificando a satisfação dos gozos genésicos”.

¹² LOBATO, Monteiro. A vingança da peroba. In: LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Urupês, 1957.

¹³ LOBATO, Monteiro. A colcha de retalhos. In: LOBATO, Monteiro. **Urupês**. *Op. cit.*

entre os sexos. Para Scott, gênero é uma categoria útil para a análise histórica à medida que permite questionar como os significados das relações de poder são estabelecidos.¹⁴

Simone de Beauvoir declara que as características humanas consideradas femininas são adquiridas pelas mulheres em um processo de construção individual e social. Ela afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”¹⁵. Esse pressuposto possibilita argumentar que as relações de poder entre homens e mulheres são também construídas socialmente. A dominação masculina em relação às mulheres é uma construção social. O texto de Beauvoir, publicado em 1949 fomenta até hoje debates em torno da temática. Nas décadas de 1960/70 o movimento feminista ao questionar esta dominação e buscar a igualdade entre os sexos contribuiu de forma expressiva para a escrita da história das mulheres.¹⁶

Para Iggers¹⁷, as historiadoras feministas exerceram um papel importante na nova história cultural fazendo com que, na década de 1980, não somente temáticas sobre mulheres, gênero e sexualidade cativassem o interesse de historiadores, mas também as discussões sobre raça, etnia e pertencimento a classes sociais. No texto *Desafios do século XXI à historiografia* o autor reflete, entre outras coisas, sobre a história feminista e de gênero ressaltando suas contribuições para a história desde os anos 1970 em uma perspectiva da história vista de baixo, abrangendo questões de gênero, mas também de partes “subalternas”¹⁸ da população.

No texto *El problema de la invisibilidad*, Scott¹⁹ declara que as diferenças entre homens e mulheres afetaram a política e a escrita da história. As mulheres foram por um longo período omitidas dos registros históricos oficiais, já que o privilégio era concedido à história política e às fontes administrativas e militares, e nestas as mulheres pouco ou nunca apareciam. O objetivo da autora com este texto era o de discutir o desenvolvimento do campo de estudos sobre as mulheres nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, refletindo sobre a

¹⁴ SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul/dez de 1995 e SCOTT, Joan. Género: ¿Todavía una categoría útil para el análisis? **La manzana de la discordia**. Barcelona, v. 6, n.1, enero/junio de 2011.

¹⁵ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. II A Experiência vivida. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 9.

¹⁶ Os movimentos políticos a favor dos direitos das mulheres, as discussões e publicações acadêmicas tornaram a história das mulheres um campo reconhecido em nível institucional e Scott chega a afirmar que “Sería difícil imaginar una historia escrita en esta época que no incluyera una mención al surgimiento de las mujeres como agentes del cambio histórico y como objeto de consideraciones políticas”. (SCOTT, Joan. *El problema de la invisibilidad*. In: SCANDÓN, Carmem Ramos (org.) **Género y Historia**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1992. p. 38.)

¹⁷ IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. História da Historiografia. Número 4. Ouro Preto. Março, 2010. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/139>. Acessado em: 20 de junho de 2011.

¹⁸ *Idem*. p. 112.

¹⁹ SCOTT, Joan. *El problema de la invisibilidad*. *Op. cit.*

descoberta de fontes, métodos, categorias analíticas e teorias que dessem conta de resolver o problema da invisibilidade feminina.

Scott²⁰ argumenta que nos Estados Unidos estes estudos iniciaram antes e com maior êxito do que em outras partes do mundo e isto se deve aos movimentos sociais pelos direitos civis e contra a discriminação racial dos negros. Mas, sobretudo pelas reivindicações de estudantes feministas quanto aos programas e cursos universitários que exigiam a inclusão de cursos sobre mulheres do passado que poderiam ser exemplo para elas.

Cursos passaram a ser ofertados por historiadoras e congressos feministas das associações históricas profissionais começaram a ser organizados e a funcionar como redes de trocas intelectuais e apoio político, o que motivou a publicação de revistas acadêmicas tratando da temática feminina. Iggers²¹ afirma que estes eventos possibilitaram inclusive uma ampliação de discussões sobre temáticas que já permeavam os debates históricos, mas que neste momento ganham outra perspectiva, como, por exemplo, pensar a escravidão incluindo seus aspectos sexuais.

A questão que se seguiu foi a da legitimidade acadêmica. Por um lado havia a preocupação com a politização da história que violaria o compromisso da academia com a neutralidade ou imparcialidade científica e, por outro, a academia também alertava sobre “el peligro de guetización, pues podía dar por resultado la continuada marginalización de la mujer en la universidad y en el programa escolar”²².

Sobre o primeiro ponto, Rüsen²³ parece apresentar uma resposta a contento quando declara que o pensamento histórico depende de carências de orientação causadas por interesses próprios e, portanto, histórias têm que tomar partido, pois são ‘estabilizadoras’ de identidade no fluxo do tempo. Ou seja, a noção de orientação é uma crítica à neutralidade científica. A ciência da História deve orientar a ação humana no presente.

Pensar histórica e cientificamente seria superar a subjetividade (carências e interesses) em benefício da objetividade, entendida como um conhecimento histórico que possa ser assentido por qualquer sujeito. A história das mulheres pode partir de um interesse ou uma carência específica, mas não tira a objetividade da história na medida em que ‘estabiliza’ identidades e confere um conhecimento histórico que permite um entendimento da sociedade

²⁰ SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. *Op. cit.*

²¹ IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. *Op. cit.*

²² SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad *Op. cit.* p. 42 e ver também SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru: Edusc, 2003.

²³ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da História, os fundamentos e métodos da ciência Histórica**. Brasília: UnB, 2001.

como um todo. Estudar as mulheres na história permite compreender uma gama de relações sociais nas quais elas não estão isoladas.

Isso remete ao segundo ponto, o perigo da formação de ‘guetos’, que também merece reflexão. Quando não havia um lugar na história para as mulheres ou, utilizando a expressão de Scott²⁴, as mulheres estavam ‘invisíveis’ na história, era preciso conquistar um lugar. Esta conquista de espaço ou de notoriedade fez com que diferenças precisassem ser marcadas e assim a história das mulheres passou a apresentar heroínas, histórias ilustres de mulheres ilustres que serviriam de exemplo de lutas, de conquistas, como prova de que eram histórias que mereciam ser contadas, escritas.

Para Perrot, “tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história”²⁵.

Na medida em que um espaço foi sendo delimitado ou conquistado, permanecer em um bloco fechado, como se a história das mulheres não fizesse parte da história, mas fosse um apêndice dela, configurar-se-ia de fato em um perigo de ‘guetização’. Fugindo disso, este campo caracterizou-se pelo que Scott chamou de ‘saúdável ecletismo’ cuja tendência “si realmente ha existido alguna, ha consistido en apartarse de la simple documentación sobre el protagonismo de las mujeres em favor de una preocupación por el género como categoria de análisis”²⁶.

Em outras palavras, uma pesquisa não giraria exclusivamente em torno da dominação dos homens sobre as mulheres, mas do comportamento feminino diante desta dominação ou das convenções sociais que conduzem os homens a tais atitudes em relação às mulheres. Rejeitando, como declara Soihet, o “caráter fixo e permanente da oposição binária – masculino *versus* feminino – que, por tanto tempo, alimentou as demandas feministas”²⁷. A discriminação de gênero perceptível nos processos analisados nesta pesquisa, por exemplo, demonstra condutas sociais masculinas agressivas em relação às mulheres. Uma violência, por vezes física e por vezes moral que é alimentada por uma aceitação social e até mesmo jurídica desse tipo de comportamento. Por outro lado, apresenta diferentes mulheres, algumas que buscam se adequar às normas sociais e outras que as subvertem.

²⁴ SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. *Op. cit.*

²⁵ PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Dossiê História das Mulheres no Ocidente. **Cadernos Pagu**. N. 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995. p. 20.

²⁶ SCOTT, Joan. El problema de la invisibilidad. *Op. cit.* p. 50.

²⁷ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 279.

Para Dias, “ao contrário de constituir uma área do saber restrita e marginal, os estudos sobre as mulheres têm se revelado capazes de contribuir para a renovação de mananciais importantes das Ciências Humanas como um todo”²⁸. Não como um apêndice, mas como parte integrante da história, a história das mulheres pela perspectiva de gênero como categoria relacional não considera a oposição masculino/feminino como uma herança fixa ou inata. Assim, esta pesquisa buscou refletir sobre questões de moralidade, honra e sobre práticas culturais discriminatórias que foram impostas pela tradição ou por estruturas mentais religiosas, mas também assumidas por homens e mulheres.

Martins salienta que a busca por enquadrar corpos e comportamentos dentro de uma norma social atingia mulheres e homens, porém “são elas os principais alvos-objetos dos diferentes tipos de discursos que, à sua maneira e com formas de expressão fundamentalmente visuais, procuram enquadrar as mulheres, transformando-as na sua corporalidade e subjetividade, em mulheres normais.”²⁹

Refletindo sobre o discurso médico que no século XIX buscava normatizar o corpo feminino entendendo-o como “lugar prático de controle sexual”³⁰, Martins destaca que embora esse discurso tenha atingido primeiro as elites, ele se estendeu também às classes trabalhadoras. Nesta dissertação, buscou-se perceber esse controle social pautado no regramento da conduta sexual que atingia muito mais as mulheres do que os homens a partir do discurso jurídico. Elaborado por um grupo social específico ele nasceu a partir de anseios próprios de uma dada realidade, um padrão comportamental da elite, mas atingia as demais parcelas sociais que na busca por sobrevivência nem sempre conseguiam se enquadrar.

Os processos crime como fonte para a pesquisa histórica

Documentos do poder judiciário como inventários, testamentos, processos cíveis e criminais são importantes fontes para a pesquisa histórica. Bacellar³¹ argumenta que os mais explorados são os testamentos e inventários por trazerem informações sobre o patrimônio

²⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 40.

²⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher**: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

³⁰ *Idem*. p. 284.

³¹ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

familiar, sobre as últimas vontades de um indivíduo que revelam também a religiosidade e as formas de relações sociais.

Os processos cíveis e criminais utilizados como fonte histórica possibilitam o estudo de diferentes atores sociais, desde os envolvidos diretamente nos processos, réus e vítimas, como das testemunhas, promotores e juízes. Trazendo à tona um conjunto de relações que evidenciam práticas culturais, noções de valores, relações de poder, de amizade, compadrio ou parentesco.

Fausto³² argumenta que o processo penal se constitui em um produto artesanal com características muito próprias que vão desde a letra caprichada ou indecifrável do escrivão a um conjunto de signos que permitem reflexões, mesmo antes de uma leitura mais apurada do texto.

A partir da verificação, por exemplo, da presença ou não de petições de advogados entre as transcrições dos atos processuais, da utilização de papel timbrado ou datilografado nas defesas, principalmente em períodos mais distantes, é possível perceber a ausência ou disponibilidade de recursos da vítima e também o grau de prestígio de seu defensor.

Um documento que pode constar nos processos, geralmente apresentado pelo réu, é o documento de antecedentes. Fausto³³ o aponta como uma mostra da rede de relações sociais do acusado, utilizada para afirmar sua respeitabilidade perante a sociedade. A sentença pode ser interpretada a partir desta documentação verificando o peso que se deu a uma simples declaração mal escrita de uma pessoa humilde e a uma declaração formal de pessoas influentes da sociedade em questão.

O processo penal é um documento que apresenta a quebra de uma norma legal e a reconstituição de um fato na busca por uma verdade, visando punir ou absolver um indivíduo, traduzindo a opção da sociedade na definição do correto, da transgressão, das formas de punição, das circunstâncias atenuantes, deixando transparecer a influência das relações sociais em toda sua trama.

Considerando estas possibilidades, optou-se por utilizar como fontes desta pesquisa sobre costumes e práticas sociais de homens e mulheres na cidade de Castro-PR no final do século XIX e início do XX o Código Penal de 1890 e os processos judiciais por crimes sexuais.

³² FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

³³ *Idem*.

A estrutura da dissertação

O primeiro capítulo comporta uma reflexão sobre a noção de honestidade e honra analisando a historiografia, e a partir dessa discussão aponta para o objeto de estudo. Considerando que grande parte das obras abordam cidades maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, o questionamento refere-se às semelhanças e às diferenças desta noção de honra para uma cidade interiorana como Castro, por isso torna-se necessária uma apresentação do espaço a ser estudado no período em questão com uma breve reflexão sobre a história da cidade.

Os processos crime são analisados com o intuito de situar os sujeitos dele social e geograficamente e a partir do relato das testemunhas dos processos, visou-se entender o que a comunidade considerava como posturas honestas ou desonestas de homens e mulheres para compreender qual era o modelo de moralidade ideal para esta região interiorana e como a discriminação estava presente entre eles.

O segundo capítulo trata da lei e de seus intérpretes. Apresenta uma discussão sobre os crimes sexuais previstos na lei a partir do livro V das Ordenações Filipinas até o código penal de 1890. A proposta é discutir sobre a especificidade da linguagem de uma sociedade ordenada de forma masculina para articular o domínio sobre as mulheres através da lei. Neste capítulo os discursos de advogados, promotores e juízes dos processos, fonte dessa pesquisa, são base de reflexão.

Já no terceiro capítulo, a fonte foi analisada a partir das narrativas das vítimas e dos réus, procurando compreender o que seus relatos apresentam sobre a questão da honra, da moralidade, de perspectivas ou estratégias de vida. Os desfechos dos processos positivos, no caso de condenação do réu, prisão ou casamento (para os crimes de defloração) ou negativos, quando o processo foi arquivado por falta de provas, são apresentados e refletidos. Percebe-se que, infelizmente, o que se configurou com mais frequência foi a responsabilização das vítimas por um lado, e por outro a utilização de brechas na lei para inocentar possíveis culpados.

A discriminação de gênero pautada na determinação de uma conduta regrada e em valores morais que privilegiavam o controle sobre a sexualidade feminina era tão perceptível no interior quanto nas áreas mais urbanas analisadas pela historiografia. A realidade interiorana colocava as mulheres em espaços distantes dos olhares vigilantes ao cumprirem suas funções diárias de lavar roupa no rio, colher lenha no mato ou trabalhar no quintal. Essas situações permitiam tanto o desvio de conduta por parte das mulheres quanto as colocavam

em situações de perigo, já que no interior a agressividade masculina não era alvo de grandes repreensões. Ao longo do trabalho, os relatos de vítimas, réus e testemunhas de processos por crimes sexuais são inseridos, proporcionando a reflexão sobre estas questões e apresentando evidências de um tratamento desigual em relação às mulheres. Para eles havia maior condescendência da comunidade e da justiça e para elas havia a condenação moral.

1 “JÁ SE FALAVA QUE ELLA NÃO ERA DE BEM”: CASTRO E A NOÇÃO DE HONESTIDADE PARA HOMENS E MULHERES

A discriminação de gênero no final do século XIX e início do século XX era percebida na atribuição de um sentido diferente para a honestidade de homens e mulheres. O trabalho para eles era um fator positivo e os elevava à categoria de homens honestos, mas para elas não. Mulheres que trabalhavam para auxiliar no sustento da família rompiam com uma lógica social. Ao saírem de casa para trabalhar se sujeitavam a distanciar-se dos olhares vigilantes da família e a sociedade entendia isso como uma possibilidade de transgressão.

A honestidade feminina era medida pelo recato e submissão. Homens eram honestos se trabalhassem e sustentassem suas famílias, independente de outros atos que cometessem, como a vivência de uma sexualidade desregrada ou ações violentas para afirmação de coragem e masculinidade. Já as mulheres para serem consideradas honestas necessitavam ressaltar sua virtude e pureza sexual, a obediência ao pai ou tutor e a fidelidade ao marido.

A historiografia tem discutido com maestria as questões que envolvem esse sentido da honestidade para os homens e para as mulheres ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Este capítulo procura, em um primeiro momento, destacar que sentidos são estes a partir da historiografia que, como já destacado, ocupa-se de análises voltadas a centros urbanos maiores. Em seguida, é traçado um panorama da cidade de Castro/PR no período e, com a análise dos relatos das testemunhas dos processos selecionados, busca-se compreender a noção que esta comunidade interiorana conferia à honestidade de homens e mulheres.

O intuito desse capítulo é demonstrar como as distinções sociais de gênero perceptíveis nas estruturas judiciais brasileiras que serão analisadas posteriormente são, em um primeiro momento, vivenciadas pela comunidade em seu cotidiano.

1.1 O SIGNIFICADO DE ‘HOMENS HONESTOS’ E DE ‘MULHERES HONESTAS’ NA HISTORIOGRAFIA

Regulamentos sociais são comuns em todas as sociedades. Peristiany, na introdução da obra *Honra e Vergonha*, argumenta que “todas as sociedades sancionam as suas regras de

conduta, recompensando os que lhes obedecem e punindo os que delas se afastam”³⁴. Para ele, a honra e a vergonha são valorizações sociais utilizadas como padrões de medida daquilo que é considerado exemplar em determinada sociedade e dividem, classificam as pessoas entre aqueles que possuem honra e os que não a possuem.

Essa concepção de honra como atributo de alguns é refletida também por Pitt-Rivers³⁵ no texto *Honra e posição social*, que integra a mesma obra acima mencionada. Para o autor, a honra é tanto o valor que a pessoa atribui a si mesma quanto o reconhecimento que recebe da sociedade. Sem a boa reputação a pretensão à honra não seria concebida como nada além de vaidade. Em outro texto, Pitt-Rivers³⁶ salienta que a honra pode ser individual ou coletiva e que a conduta ditada pela honra pode ser diferente dependendo do lugar de cada um na sociedade. Desta forma, os componentes da honra mudam dependendo da classe social ou gênero.

Ao discorrer sobre a honra e a conduta masculina na segunda metade do século XIX, Machado³⁷ aponta para um modelo instituído pela sociedade da época que determinava uma série de ações comportamentais entendidas como ideais para o espaço público. O autor analisa obituários e romances publicados em jornais do período, pois entende que a imprensa possuía um discurso norteador da conduta masculina e este discurso apontava para atributos como honra, dedicação, sucesso profissional e financeiro como essenciais para obtenção de prestígio social.

Focando o modelo de masculinidade de uma elite urbana que valorizava o papel provedor e autossuficiente, Machado lembra que este modelo “serviu de parâmetro para outras identidades masculinas que coexistiam”³⁸. Assim, o cumprimento de compromissos financeiros, de dívidas assumidas, a manutenção da palavra empenhada, atitudes consideradas fundamentais para a honra da elite masculina eram observáveis também em meio às classes menos favorecidas que habitavam nas cidades e também nas zonas rurais.

Os homens muito ricos poderiam presumir-se honrados por uma questão de procedência, como afirma Pitt-Rivers³⁹ e as elites urbanas concebiam a honra como um fator

³⁴ PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 3.

³⁵ PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição social. In: PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha**. *Op. cit.*

³⁶ PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie (Org.). **A Honra**: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1991.

³⁷ MACHADO, Vanderlei. Honra e Conduta: Em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

³⁸ MACHADO, Vanderlei. Honra e Conduta. *Op. cit.*, p. 89.

³⁹ PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição social. In: PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha**. *Op. cit.* p. 15.

necessário para ascensão social e obtenção de cargos públicos. Já para as outras parcelas sociais desprovidas de riquezas e de anseios políticos, a honra era entendida como um valor pessoal que lhes conferia respeitabilidade entre os seus, entre a comunidade onde viviam.

A honra masculina se pautava na manutenção da palavra, no cumprimento do dever, na independência financeira e na capacidade de prover e proteger sua família. Estas eram funções do homem honrado portador de virtudes como honestidade, grandeza de caráter, dignidade e capacidade de empreender atos de coragem que visassem defender estas mesmas virtudes.

As mulheres nesta sociedade ocupavam outro papel e sua honra era medida por outros fatores como a castidade, a pureza e a fidelidade. Se a honra masculina estava relacionada à sua integridade e força, a feminina estava ligada à sua sexualidade controlada. Para Pitt-Rivers, a honra masculina tem um sentido positivo porque exige a imposição dos homens, enquanto a feminina é negativa porque não requer o cumprimento de proezas por parte das mulheres, delas é necessário evitar “todo atentado a uma reputação a ser herdada pelos filhos, homens ou mulheres”⁴⁰.

Como bem argumenta Algranti, “honra ou virtude são termos equivalentes, que expressam o comportamento das mulheres em relação à conduta sexual”⁴¹. A autora analisa pareceres do intendente geral da política da Corte, Paulo Fernandes Viana, sobre a conduta moral de mulheres, cujos pais ou maridos solicitavam sua intervenção para o internamento delas em recolhimentos femininos ou conventos e também documentos destes espaços que além de uma opção pessoal por uma vida religiosa podiam significar um ambiente de reclusão para preservar a honra feminina, punir a transgressão de normas de conduta, servir de retiro para viúvas ou ainda figurar-se em uma forma de resistência feminina possibilitando a fuga de pais ou maridos dominadores.

Para Algranti, “O cidadão virtuoso jamais teria sido um homem casto, mas, sim, um homem forte, como significa o próprio termo *virtus* (força).”⁴² Quanto à mulher:

A figura ideal da mulher honrada, no século XVIII, é portanto aquela que controla seus maus instintos e, recatada, oculta seu corpo, ciente das paixões que é capaz de desencadear [...]. É a mulher sem identidade, virtuosa e honrada que o século XIX consagrará definitivamente.⁴³

⁴⁰ PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. *Op. cit.* p. 24.

⁴¹ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas:** Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993. p. 111.

⁴² ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas** *Op. cit.* p. 111.

⁴³ *Idem.* p. 120.

Dois argumentos são aqui destacados, a diferenciação da honra masculina e feminina, uma almejada por possibilitar destaque social e outra imposta em nome da primeira e a continuidade de um discurso regulador da conduta feminina presente no Brasil desde o período da colonização. Priore⁴⁴ salienta que as mulheres da Colônia passaram pelo que ela chama de ‘processo de adestramento’ através de um discurso sobre padrões ideais de comportamento, importado da metrópole, propagado por moralistas, pregadores e confessores. A historiografia aqui analisada demonstra que este discurso não esmaece com o passar do tempo, mas assume novas configurações.

O ‘adestramento’ da mulher que no período da colonização do Brasil fazia parte de um processo civilizatório aliado ao desejo de difusão da fé católica, segundo Priore⁴⁵, no século XX passa a integrar uma discussão sobre modernidade e progresso.

Em sua obra ‘Em Defesa da Honra’, Caulfield⁴⁶ discute os conceitos de moralidade e modernidade a partir dos sentidos da honra sexual para a sociedade do Rio de Janeiro do período de 1918 a 1940. Suas fontes de estudo compreendem cartas pessoais apreendidas pela polícia, inquéritos policiais por crimes sexuais, os Códigos Penais de 1890 e 1940, o Código Civil de 1916, estudos de juristas, médicos e autoridades religiosas.

A autora argumenta que a virgindade feminina era motivo de discussão entre os intelectuais da época, pois para uns a preocupação com ela e com a defesa da honra sexual era evidência de ‘atraso nacional’, enquanto para outros era um testemunho do progresso do país, já que o respeito pela honra da mulher era um sinal de ‘conquista da civilização’.

Estas discussões, segundo Caulfield, eram relevantes para a sociedade da época, pois:

As ofensas à honra sexual das mulheres eram mais complexas: elas podiam ofender a autoridade moral da Igreja e do Estado, a inviolabilidade e a reputação pública da família, autoridade paterna privada, a integridade individual ou o patrimônio familiar.⁴⁷

Em outras palavras, a preocupação não era com as mulheres, ou com a honra feminina ‘manchada’ pela perda da virgindade fora do casamento, mas com toda uma estrutura social afetada por esta ‘mancha’.⁴⁸ Com a autoridade moral da Igreja que pregava a castidade, com a

⁴⁴ PRIORE, Mary Del. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

⁴⁵ PRIORE, Mary Del. **Ao Sul do Corpo**. *Op cit.* e PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2003.

⁴⁶ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**. *Op. cit.*

⁴⁷ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 59.

⁴⁸ “Além disso, a integridade das mulheres servia para certificar a real paternidade dos filhos com suas decorrências óbvias em termo de herança a transmissão do patrimônio”. (HABNER, June E. Honra e distinção

reputação da família considerada a instituição civil mais importante da República e com o Estado que optou pela estrutura familiar como modelo de sua atuação.

Neste sentido, Caulfield⁴⁹ reflete que para preservar a honra, punir sua transgressão e também para recuperá-la, estas instituições - Estado, Igreja e família - agiam de formas distintas. O Estado segregava, como no caso do degredo imposto às mulheres adúlteras disposto no Livro V das Ordenações Filipinas, ou reprimia através da disposição de penas severas e humilhação pública para os transgressores. A Igreja confinava em conventos ou casas de recolhimento, e a família condenava buscando apoio em uma das instituições acima para que a desonra não punida da mulher não significasse a desonra de toda a família.

Um homem poderia ser desonrado se viessem a público atividades sexuais de sua filha, ou esposa, que não fossem legitimadas pelos códigos morais da sociedade. [...] A honra da mulher era antes de mais nada algo sobre o qual se empenhavam todos os homens e também as instituições por eles representadas: a Igreja e o Estado. A honra feminina configurava-se então como um bem pessoal de cada mulher, uma propriedade da família, porque poderia atingi-la, e também um bem público, porque estava em jogo a preservação dos bons costumes exigida pelo código moral.⁵⁰

As mulheres eram submetidas a uma vigilância familiar. Caulfield declara que “uma mulher solteira não virgem era considerada uma prostituta em potencial”⁵¹ e ao punir o defloramento, a lei estava protegendo um princípio moral e o casamento era o único meio de eliminar a punição, pois ele reparava os danos causados à mulher, à sua família e à sociedade.

O casamento, assim como a vida religiosa, não representava somente uma escolha vocacional para as mulheres, mais do que isso, possuía um papel regulador, mantenedor e restaurador da honra feminina. Ao discorrer sobre os conventos e recolhimentos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais do período colonial, Algranti⁵² destaca que eles acolhiam as mulheres que desejavam seguir a vida religiosa, entendida como ideal de virtude feminina, mas não recusavam aquelas que por algum motivo precisavam de um refúgio passageiro.

Dentre estes motivos, a autora aponta para os maridos que precisavam ausentar-se da cidade a negócios e encaminhavam suas esposas a estes locais para que ali ficassem ‘protegidas’ até seu retorno. Esta proteção não visava à segurança da mulher, mas sim a preservação da honra familiar em perigo com a ausência masculina. Algranti esclarece que

nas famílias. *Op. cit.* p. 46. Para a autora as questões de honra feminina e familiar estavam ligadas à hierarquia social. Os mesmos homens que confinavam suas esposas e filhas podiam abordar com falsas promessas ou violência mulheres das camadas populares, mais vulneráveis por não contarem com ninguém para defendê-las.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. *Op. cit.* p. 113.

⁵¹ CAULFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 77.

⁵² ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**. *Op. cit.*

“sem proteção masculina, a virtude feminina sempre representada como frágil ficava à mercê dos outros, como se a mulher não pudesse preservá-la sozinha”⁵³.

Maridos traídos e pais irritados com a transgressão moral das filhas utilizavam o convento como lugar de punição e de reparação. Algranti argumenta que “Na sociedade colonial, a reclusão feminina poderia ser um recurso utilizado para excluir aquelas que permanecessem surdas ao discurso disciplinador das condutas femininas”⁵⁴. Retirar a jovem do contato com o mundo masculino, enclausurando-a em um convento, protegê-la-ia da desonra e a educaria para uma postura considerada correta num futuro casamento.

Mais do que um espaço de vivência religiosa, o convento assumia um caráter disciplinador, ou, ao contrário, uma forma de rebeldia feminina quando as jovens o procuravam para fugir da vontade masculina de impor um destino contrário à sua vontade. Nas palavras de Nunes:

Os conventos e recolhimentos não foram apenas espaços de submissão. As mulheres também os utilizaram a seu próprio favor em muitas situações: para escapar de um casamento não desejado, para realizar seu desejo de viver piedosamente. Houve aquelas que, refugiadas no claustro, pediram o divórcio de maridos que as maltratavam fisicamente ou dissipavam sua herança. As casas religiosas foram ainda, por muito tempo, um dos poucos lugares em que as mulheres aprendiam a ler e escrever.⁵⁵

O casamento, assim como a vida religiosa, “aparecia ao olhar da sociedade como elemento de preservação da honra feminina, afastando o estigma de solteirona e alguns riscos de ‘desonra’ da mulher”, é o que afirma Algranti⁵⁶, que destaca também que a mulher que não se casava era discriminada socialmente, principalmente aquelas que não tinham recursos para se sustentar. Para Martins:

Criou-se uma imagem moralmente superior da mulher se o seu corpo cumprisse as funções sociais do casamento, da maternidade e da educação dos filhos, mas se a mulher não controlasse seus desejos e se entregasse ao mundanismo e ao desregramento, facilmente ela ultrapassaria a tênue fronteira entre a moralidade e a patologia, como tão incansavelmente os médicos vão alertar ao abordar temas como masturbação e prostituição.⁵⁷

⁵³ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**. *Op. cit.* p. 133.

⁵⁴ *Idem.* p. 144.

⁵⁵ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 1997. p. 488.

⁵⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. *Op. cit.*, p. 141.

⁵⁷ MARTINS, Ana Paula Vosne. A medicina da mulher. *Op. cit.* p. 38.

O casamento era entendido tanto como mantenedor da honra quanto como possibilidade de recuperá-la. A jovem que transgredisse as normas de conduta moral podia redimir-se no casamento, desde que dentro deste continuasse a seguir os preceitos impostos a uma mulher honesta, honrada. Ao casar-se a mulher passava da vigilância paterna para a do esposo e sua sexualidade continuava vinculada a uma série de padrões morais. Priore argumenta que o “amor dentro do casamento deveria ser casto e continente”⁵⁸, a união do casal era entendida como um dever a ser cumprido com o objetivo de gerar filhos e o ‘amor demasiado’ deveria ser domesticado e transformado em um ‘bem-querer amistoso’, pois paixões eram impulsos desmedidos que não condiziam com a doutrina religiosa que deveria ser seguida.

De olhos baixos e contrita, como quem vai à confissão. Assim também a esposa devia entregar-se ao pagamento do débito, provando que a sexualidade fora normatizada no interior do casamento e que as práticas despudoradas que tinham como testemunhas os vizinhos, os criados e as crianças eram apanágio da ‘mulher de rua’.⁵⁹

Como a esposa era obrigada a manter esta postura comedida, a prostituição assumiu um caráter importante para a sociedade, como afirma Priore: “Pacificadoras da violência sexual e do desejo em relação à virgindade das donzelas e à fidelidade das esposas, as mulheres venais eram, teoricamente, a salvaguarda do casamento moderno e casto, que tentava se impor”⁶⁰.

A prostituição era entendida como um ‘mal necessário’. Algranti⁶¹ salienta que até mesmo a Igreja Católica mantinha certa complacência em relação às prostitutas, pois com elas os homens podiam satisfazer seus instintos sem conduzirem as mulheres honradas à transgressão dos códigos morais, como destaca Studart,

para que as donzelas permanecessem castas nos seus lares e as esposas exemplares, seria necessário que um número de mulheres se marginalizassem para servir à sexualidade nunca represada dos homens. As prostitutas seriam, assim, espécies de mártires sacrificadas no altar da integridade da família.⁶²

Caufield argumenta que este entendimento sobre o papel social das prostitutas permanece ainda no século XX e menciona a expressão de Nelson Hungria para quem “a

⁵⁸ PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**. *Op. cit.*, p. 127.

⁵⁹ *Idem*, p. 149.

⁶⁰ *Idem*, p. 84.

⁶¹ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. *Op. cit.*

⁶² STUDART, Heloneida. **A mulher, brinquedo do homem?** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1969. p. 112.

prostituição era necessária para a defesa da virtude das mulheres honestas e que seu isolamento em zonas específicas protegia a moralidade pública”⁶³.

Nem pecadoras e nem desonradas, as prostitutas pertenciam a outro grupo, o das mulheres sem honra. Deste grupo também faziam parte as escravas, as negras, as índias e qualquer mulher que não vivesse sob uma proteção masculina. A virtude destas mulheres não era alvo de interesse e os homens consideravam lícito manter relações sexuais com elas, pois ao não possuírem honra, não poderiam perdê-la e nem seria necessário restaurá-la.

A mulher casada, honesta, devia manter uma postura irrepreensível diante da sociedade, visto que “a honra é a recompensa pública daquele que é virtuoso, pois o comportamento do indivíduo não ocorre no vácuo, mas sim na vida social, diante dos outros”, como declara Algranti⁶⁴. A mulher honrada era aquela que não causava grandes impressões nas outras pessoas, pois tinha uma conduta sutil, silenciosa, ficava longe de escândalos e vestia-se sem exageros.

A vigilância constante, as normas de conduta, a punição para a transgressão, as formas de restabelecimento da honra, seja por meio do confinamento em conventos ou casamentos, tudo isto sugere uma situação opressora em relação às mulheres, mas ao mesmo tempo, como salienta Algranti, confere a elas “o imenso poder de ser detentora da honra do marido e da família. E neste sentido, não há conselhos e ditos populares que bastem para expressar o profundo sentimento de angústia que os homens sentiam por se verem à mercê de pessoas que julgavam tão frágeis”⁶⁵.

Os homens consideravam as mulheres incapazes de manter ou defender sua própria honra e sentiam-se responsáveis por estas ações, já que sua virtude era medida pela capacidade de prover e defender sua família, o que não significa que a culpa no caso de uma transgressão recaísse sobre os responsáveis por elas. A Igreja, com seu discurso regulador da moral, e o Estado, com a legislação marcada por princípios morais e religiosos, auxiliavam os homens nesta defesa de bons costumes.

Tanto este discurso como a forma masculina de recorrer à ação violenta ou à Justiça para manter sua honra que preocupantemente estava vinculada à fidelidade feminina permanece por um longo período. Isso pode ser percebido nas argumentações de Chalhoub, que estuda padrões de comportamento de homens e de mulheres da classe trabalhadora do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, e afirma que “a honra do homem depende da

⁶³ CAULFIELD, Suean. **Em defesa da Honra**. *Op cit.* p. 168.

⁶⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. *Op cit.* p. 111.

⁶⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. *Op cit.* p. 115-116.

conduta da mulher, que lhe deve ser absolutamente fiel, e é exatamente essa dependência que legitima seu poder sobre ela”⁶⁶.

O autor afirma que este fator é uma permanência de noções patriarcais do período colonial quando o homem exercia poder sobre todo o grupo familiar e sobre os demais dependentes de sua propriedade e destaca que ao estudar os processos por crimes passionais no período, percebe que o modelo ideal de mulher ainda é aquele baseado na docilidade, submissão e fidelidade ao marido, enquanto o modelo ideal masculino permanece sendo o de provedor da família.

Para perceber se estes padrões de conduta também são perceptíveis na sociedade interiorana paranaense no final do século XIX e início do XX, é necessária uma breve explanação sobre a história da cidade de Castro, foco deste estudo.

1.2 CASTRO/PR (1890-1920)

O Paraná é considerado uma região com características próprias desde o período de sua ocupação que se deu de forma distinta do restante do território nacional. O tropeirismo⁶⁷ foi uma das principais atividades que o integraram à estrutura econômica nacional e influenciaram a sua ocupação territorial. Wachowicz⁶⁸ afirma que na região por onde passavam as tropas foram surgindo locais destinados ao pernoite, com a distância de um dia de viagem um do outro.

O autor afirma que nestes locais alguns negociantes iam se estabelecendo, cercavam espaços que eram alugados para os tropeiros e com o tempo ferreiros, arreadores e outros trabalhadores ligados às atividades com o gado vinham trabalhar e morar nestes locais prestando assistência aos tropeiros, fornecendo-lhes produtos necessários como palha picada, sal, milho, formando pequenas vilas que originaram cidades como Lapa, Palmeira, Castro, entre outras.⁶⁹

⁶⁶ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 80.

⁶⁷ LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.

⁶⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1968.

⁶⁹ Ver também: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Constestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 61-62.

Para Martins, “falar sobre os campos gerais paranaenses é, obrigatoriamente, um exercício de reconhecimento da importância do tropeirismo”⁷⁰. O autor salienta que a atividade se desenvolveu na região devido às boas pastagens, “até a abertura do caminho ligando o Rio Grande aos Campos Gerais, que aconteceu entre 1728 e 1730, o gado vacum para alimentação e também muitos cavalos para montaria eram criados na região dos campos gerais”⁷¹. Surge então o que o autor chama de uma ‘sociedade campeira’ e mesmo que nem todos os habitantes de Castro se dedicassem às atividades ligadas ao gado, não se pode questionar o fato de que foram elas que moveram sua economia e sociedade.

A importância do tropeirismo que alargou fronteiras e promoveu a ocupação de espaços é apontada por Martins⁷², que destaca também o surgimento de ranchos, vendas e fazendas nos locais de passagem e parada das tropas como fator de consolidação dessa ocupação territorial.

A sesmaria do Iapó, com terras distribuídas a aproximadamente quinze famílias, surgiu em 1704. O local era passagem das tropas e em 1730 os moradores das margens do Rio Iapó trabalharam na abertura do Caminho de Viamão que era a ligação entre Rio Grande do Sul e Sorocaba. Até 1771 a região ficou conhecida como Pouso do Iapó e neste ano passou a Freguesia Sant’Ana do Iapó, tendo “uma casa comercial de José Ribeiro da Cunha, ferreiros, celeiros e juiz. A capela de Nossa Senhora Santana era coberta de folhas de palmeira”⁷³.

Em 1789, com uma população de 2.300 habitantes, a Freguesia foi elevada à Vila Nova de Castro, nome dado em homenagem ao Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. A região era ainda caminho das tropas, o que fazia com que a população fosse ‘flutuante’, fazendo uso da expressão utilizada por Diniz, Villela, Mello e Ehalt⁷⁴. Os autores afirmam que neste período era comum que as famílias acompanhassem o tropeiro, o que conduz a pensar em uma postura diferente das mulheres na região. Diferente no sentido de que não ficavam reclusas em suas casas, o que era considerado postura adequada na época, mas sujeitavam-se às agruras de caminhos difíceis em viagens longas e estadias nos locais de pouso das tropas.

Sobre as mulheres paranaenses, Saint Hilaire, em viagem pelo Paraná, declara que elas eram portadoras de beleza e delicadeza não encontradas em outras brasileiras e que, segundo

⁷⁰ MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas**: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 48.

⁷¹ *Idem.*

⁷² *Idem.*

⁷³ DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emereciana. **Castro Antiga**: cronologia. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003. p. 33

⁷⁴ *Idem.* p. 42.

ele, não demonstravam o constrangimento no encontro com os homens, comum em mulheres de outras regiões brasileiras, em suas palavras:

As mulheres são geralmente muito bonitas, tem a pele rosada e uma delicadeza de traços que eu ainda não tinha encontrado em nenhuma brasileira. É bem verdade que não se nota nelas a vivacidade que caracteriza as francesas, elas caminham vagarosamente e seus movimentos são lentos; não mostram, entretanto, o constrangimento tão comum nas mulheres de Minas Gerais quando por acaso se defrontam com estranhos (1816-22). É raro que as damas dos Campos Gerais se escondam à aproximação dos homens, elas recebem os seus hóspedes com uma cortesia simples e graciosa, são amáveis e, embora destituídas da mais rudimentar instrução, sabem tornar cheia de encantos a sua conversa.⁷⁵

Durante esta viagem, Saint Hilaire passou oito dias na Vila Nova de Castro para preparo de sua coleção de História Natural.⁷⁶ Mais do que as “casas em mau estado” que Diniz, Villela e Mello afirmam que ele teria observado, as impressões sobre a população local e também sobre a população que estava de passagem, como as famílias dos tropeiros, poderiam ter influenciado sua escrita no que se refere a essas mulheres sem ‘constrangimento’.⁷⁷ Não se trata de um desinibir no sentido sexual, mas a referência aqui é feita pela postura das mulheres enfrentando as condições de vida. Aquelas que não acompanhavam os maridos em viagens com as tropas ficavam em suas casas cuidando dos negócios da família enquanto os maridos tropeiros estavam ausentes.⁷⁸ De uma forma ou de outra, a necessidade fazia com que assumissem papéis sociais diferentes dos idealizados para as mulheres que deveriam ser recatadas, silenciosas, escondidas em seus lares.

Esteves⁷⁹ salienta que as mulheres da elite, na segunda metade do século XIX, assumiram outra função nas famílias, como companheiras inteligentes do marido. Seus

⁷⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 18.

⁷⁶ DINIZ *et al.* **Castro Antiga**. *Op. Cit.* p. 43.

⁷⁷ Hahner ao refletir sobre questões de honra em famílias de elite no início do século XIX no Brasil a partir dos relatos de viajantes estrangeiros salienta que “tais relatos vêm carregados dos preconceitos que os estrangeiros traziam de sua terra natal. Por outro lado, como eram viajantes, por vezes chamavam a atenção para detalhes que no dia a dia passavam despercebidos aos brasileiros já familiarizados com eles” (HABNER, June E. Honra e distinção nas famílias. In PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 44). A autora afirma que com base nos relatos de viajantes é possível, por exemplo, desmistificar a ideia de que as mulheres brasileiras viviam reclusas e constatar que o comportamento feminino variava de acordo com a classe social.

⁷⁸ Ao analisar a diferenciação social no planalto catarinense no século XIX, Machado ressalta também que “as mulheres frequentemente ocupavam uma posição de destaque na direção dos sítios e fazendas, tendo em vista as contínuas ausências de seus maridos, envolvidos no tropeirismo, muito semelhantes à situação das mulheres da campanha gaúcha” (MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**, *op. cit.*, p. 80). Essa atuação efetiva das mulheres administrando os negócios da família pode ser considerada comum à região sul do Brasil, marcada pelo tropeirismo econômica e culturalmente.

⁷⁹ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

estudos serviam para que fossem boas anfitriãs nos jantares de negócios de seus esposos, o que significa que já não ficavam mais silenciosas em suas casas. O relato de Saint Hilaire e os dados encontrados na obra ‘Castro Antiga’ demonstram que as mulheres dos campos gerais⁸⁰ assumiram outras funções, bem antes, já no início do século XIX. Elas viajavam com as tropas, mantinham contato diário com outros tropeiros e peões, administravam fazendas na ausência dos maridos tropeiros, comprando e vendendo produtos ou dando ordens aos empregados.

Dias, ao procurar desmistificar o sistema patriarcal brasileiro, discorre sobre os papéis informais que eram assumidos, mesmo quando a tradição definia uma divisão de funções entre os sexos, idealizando os homens como provedores e as mulheres como esposas e mães. A autora salienta que no período de colonização do Brasil “a ausência do homem ou sua presença intermitente impunha com frequência não tanto a divisão como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis masculinos não era muito excepcional”⁸¹. O exemplo dado por ela é o de mulheres tropeiras que conduziam boiadas e comercializavam, como faziam as mulheres de Castro/PR.

No período que comporta o recorte temporal da presente pesquisa, 1890 a 1920, Castro passou de 10.319 habitantes em 1890 para 15.606 habitantes em 1920. Ao comparar-se com as demais cidades que possuem estudos sobre a mesma temática aqui abordada, a cidade de Rio de Janeiro tinha em 1890, 522.000 habitantes e a cidade de São Paulo, 65.000 habitantes. Essa é uma diferença expressiva considerando que os costumes e as práticas cotidianas de núcleos urbanos maiores diferem dos de comunidades menores.⁸² Assim, enquanto as ‘meninas perdidas’ de Esteves⁸³ passeavam nas praças, andavam de bonde, viviam em casas de cômodos, cortiços e estalagens, espaço dividido por muitas pessoas, as jovens de Castro viviam em chácaras ou em casas afastadas umas das outras, umas poucas viviam nas casas de seus patrões na área mais central, caminhavam distâncias expressivas para buscar água e lavar roupa no rio ou para ir até a casa de parentes e vizinhos e, por isso,

⁸⁰ “Entende-se por Campos Gerais uma estreita e alongada faixa de terras no Segundo Planalto paranaense, formada de campos e pequenos bosques e matas, que se estende desde Jaquaraíva, até a margem direita do Rio Negro, passando pela Lapa”. SILVA, Luiz Cezar Kreps da. Tropeirismo. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Claudio L.; TRICHES, Rita Inocência. **Paraná: Espaço e Memória, diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 123.

⁸¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 53.

⁸² “Cabe ressaltar ainda que a confiabilidade dos mecanismos de recenseamento também deve ser lembrada, uma vez que a imprecisão nos procedimentos dos censos da época devia causar imprecisão nos cálculos populacionais.” (MARTINS, 2011, p. 57), porém ainda que sejam estes cálculos aproximados, a diferença é expressiva.

⁸³ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. Cit.*

enquanto os defloramentos que aparecem nos processos analisados por Esteves ocorriam em hospedarias, quando não nas casas da vítima ou do réu, grande parte dos defloramentos ou outros crimes de ordem sexual dos processos encontrados em Castro acontecia em locais ermos, no mato ou na beira do rio.

É evidente que os agressores em áreas urbanas ou rurais buscariam lugares distantes dos olhares das pessoas para cometer seus atos e que os namorados, nos casos de defloramento, também buscariam o isolamento. O que se pretende refletir aqui ao dar destaque aos locais dos crimes é que eles revelam detalhes do cotidiano das pessoas envolvidas. No meio rural as tarefas diárias das mulheres eram realizadas muitas vezes no isolamento, diferente de centros urbanos, onde o trabalho era na fábrica, no comércio, ou na casa de patrões onde circulavam mais pessoas. As mulheres da roça que não se dedicavam ao trabalho na lavoura, lavavam roupa no riacho, buscavam lenha no mato, ou ficavam sozinhas nas casas dos sítios ou chácaras enquanto o restante de sua família estava na lavoura.

A tabela abaixo retrata isso de forma mais clara:

TABELA 01: LOCAIS EM QUE TERIAM OCORRIDO OS DELITOS EM CASTRO

Local do crime	Quantidade	Percentual
Casa do patrão	1	2,941 %
Moinho	1	2,941 %
Quintal	1	2,941 %
Tanque do engenho	1	2,941 %
Estrada	1	2,941 %
Latrina do mercado público	1	2,941 %
Não foi possível identificar ⁸⁴	2	5,882 %
Casa do agressor	4	11,76 %
Mato	5	14,71 %
Beira do rio	8	23,53 %
Casa da vítima	9	26,47 %
Totais	34⁸⁵	99,97%

Fonte: 38 processos analisados

Entre os nove casos em que o crime teria acontecido nas casas das vítimas, há cinco em que as jovens estavam sozinhas porque suas famílias estavam em viagem ou trabalhando na roça. Os demais locais de crime revelam as atividades rotineiras antes mencionadas. Alexandrina relatou que “estava lavando roupa no tanque do engenho”, Antonia foi “lavar milho em um riacho”, Zeferina foi “buscar lenha na restinga grossa” e Bertulina foi “ao rio

⁸⁴ Trata-se de documentos incompletos, faltando folhas.

⁸⁵ Foram desconsiderados aqui os quatro processos por crime de rapto, pois o crime já trata de “tirar do lar doméstico” a vítima, de acordo com o artigo 270 do Código Penal de 1890.

buscar água” quando foram surpreendidas por seus agressores.⁸⁶ A beira do rio e o mato ou eram lugares de trabalho ou eram caminho para chegar em casa, como no caso de Avelina que “de volta da casa de uma vizinha para a casa da vó onde vive, foi pega à força por Manoel Bernardo”⁸⁷.

Outra forma de pensar o cotidiano da população de Castro no período é analisar as profissões masculinas e femininas destacadas na qualificação das testemunhas⁸⁸. Estas profissões revelam também a característica interiorana da região. Ainda que muitas profissões sejam comuns também para centros urbanos maiores, é expressivo o número de lavradores e lavradoras. Dos 168 homens que aparecem como testemunhas, 114 são lavradores e das 39 mulheres, 7 afirmam tal profissão. Esta diferença entre número de homens e mulheres como testemunhas nos processos será analisada posteriormente.

A maior parte das mulheres declarou trabalhar com serviços domésticos, 14 delas, o que para Esteves pode indicar que atuavam em diferentes atividades, “como lavadeiras, engomadeiras, costureiras, prestadoras de serviços”⁸⁹, porém há quatro mulheres que se declararam lavadeiras por profissão, sendo possível pensar que estas 14, assim como outras 12 que não declararam a profissão, podiam não exercer atividade remunerada. Em uma cidade interiorana como Castro, naquele período, não eram muitas as profissões destinadas às mulheres. A maioria das atividades estava relacionada ao trabalho na própria casa e na lavoura da família ou a atividades semelhantes na casa de patrões. A mulher que afirmou ser parteira revela outra prática comum, na falta de médicos ou hospitais próximos, as parteiras eram necessárias principalmente nessas regiões interioranas. Já a que declarou ser jornaleira, não é possível identificar se trabalhava por jornada de trabalho na lavoura ou se vendia jornais. Neste período havia em Castro diferentes jornais, como ‘A Campanha’, fundado em 1895, e ‘A Aurora do Evangelho’ que circulou entre 1898 a 1900.⁹⁰

⁸⁶ Processos por crimes de estupro. Alexandrina Rodrigues e Zeferina de Tal. Caixa: ano 1892; Processo por crime atentado contra o pudor. Bertulina Maria do Espírito Santo. Caixa: ano 1894; Processo por crime de estupro. Antonia Machado da Conceição. Caixa: ano 1898. CCEE. Castro/PR.

⁸⁷ Processo por crime de estupro. Avelina dos Santos. Caixa: ano 1902. CCEE. Castro/PR.

⁸⁸ Não foi possível identificar em grande parte dos processos as profissões de réus e vítimas, alguns processos não apresentam a qualificação completa dos mesmos, por isso optamos por detalhar apenas as profissões das testemunhas, cujos dados estão mais completos.

⁸⁹ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.* p. 149.

⁹⁰ DINIZ, João Maria Ferraz; *et al.* **Castro Antiga**. *Op. Cit.*, p. 77.

TABELA 02: PROFISSÕES DAS TESTEMUNHAS MASCULINAS E FEMININAS DOS PROCESSOS DE CASTRO

Profissões dos homens	Número de testemunhas	Profissões das mulheres	Número de testemunhas
Capataz de fazenda	1	Parteira	1
Tropeiro	1	Jornaleira	1
Cervejeiro	1	Lavadeira	4
Marceneiro	1	Lavadora	7
Empregado do comércio	1	Não consta	12
Praça	1	Serviços domésticos	14
Padeiro	2	-	-
Oleiro	2	-	-
Não consta	2	-	-
Jornaleiro	3	-	-
Pedreiro	3	-	-
Sapateiro	4	-	-
Empregado público	5	-	-
Carroceiro	5	-	-
Carpinteiro	5	-	-
Negociante	17	-	-
Lavrador	114	Parteira	1
Totais	168	Totais	39

Fonte: 38 processos analisados

As atividades masculinas eram mais diversificadas, porém com predominância de atividades vinculadas ao mundo rural. Para além do fato de que a maioria das testemunhas era composta por lavradores, o que caracteriza o ambiente estudado como meio rural, é interessante notar que em segundo lugar aparecem como testemunhas masculinas os negociantes. As conversas em vendas ou armazéns eram práticas rotineiras de tais comunidades. Franco, ao discorrer sobre o que ela chama de “código do sertão” que regulava a convivência dos grupos caipiras, declara que

Nas cidades, além do convívio nas casas de família, nas praças, boticas e armazéns, podia-se contar parcimoniosamente, é verdade com jornais e livros e com a aparição esporádica de teatros e circos. Na roça, contudo, eram mais escassas as oportunidades de diversão independente; apenas a caça e a pesca podiam ser enumeradas nessa classe de atividades. Era assim inevitável que as pessoas se entretivessem umas com as outras. Era nos centros de reuniões, como as vendas e armazéns, que transcorriam, quase exclusivamente, as atividades lúdicas regulares dessas populações.⁹¹

A autora destaca que era corriqueiro o fato das pessoas do interior se entreterem umas com as outras, seja em brigas, por conta de personalidades que se mediam, homens querendo dar provas de

⁹¹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. *Op. cit.* p. 41-42.

coragem diante da comunidade, seja nos causos contados. Novidades e fofocas eram propagadas nas vendas. Chamar os negociantes, portanto, para testemunhar em diferentes processos fazia sentido, já que era em seus estabelecimentos comerciais que muitas histórias eram difundidas.

Apresenta-se assim um cenário dos eventos analisados. Uma cidade que surgiu da passagem das tropas no Sul do Brasil e em torno dessa atividade econômica se desenvolveu. No recorte temporal dessa pesquisa, Castro cresceu, como mostra o aumento populacional indicado anteriormente, de 10.319 habitantes em 1890, para 15.606 em 1920, não sendo possível precisar quantos residiam na área central e quantos na área rural. Não se despreza a importância política do município em relação ao governo do estado. Durante a Revolução Federalista, Castro, por um decreto de 18 de janeiro de 1894, tornou-se Capital do Estado do Paraná, estratégia política que durou três meses e onze dias⁹². O que salienta-se aqui é que a região mantém em seu cotidiano os costumes e práticas típicas de um mundo rural e dentro deste universo é que se pretende perceber quais eram as relações de gênero, quais eram as posturas legitimadas, consideradas apropriadas para mulheres e homens. Os relatos das testemunhas dos processos analisados a seguir permitem uma reflexão sobre estas questões.

1.3 MORALIDADE E HONRA PARA A COMUNIDADE DE CASTRO

No dia 31 de dezembro de 1901, a jovem Palmyra, de 14 para 15 anos, que morava na Chácara dos Capados⁹³, saiu da casa de seus pais e foi para a cidade rumo à casa de sua tia Mathilde. Em seu relato afirmou que combinou com Evaristo, jornaleiro de 18 anos, um encontro ao escurecer no fundo do potreiro⁹⁴ porque o mesmo havia prometido que se casaria com ela. A jovem pernitoitou sozinha na casa de sua tia e no dia seguinte foi conduzida por ela até a casa de seu avô Dionísio, isso de acordo com o testemunho da tia⁹⁵.

Evaristo negou que as coisas teriam sucedido desta forma e argumentou

que todo o depoimento da testemunha é falso, pois que na noite de trinta e um ele indiciado esteve pescando em companhia de suas tias Leophina e Fausta e que foi visto por Victor e Valério filhos de Manoel Silveira, dado isto até as oito horas, depois voltou com suas tias para sua casa e que antes de ir a sua casa como disse, foi a casa de Lenariano de Quadros e também a casa de Antonio de Avilla onde esteve assistindo uma cantarola de viola e que dali foi ver o baile em casa de Galletto,

⁹² DINIZ, João Maria Ferraz; *et al.* **Castro Antiga**. *Op. Cit.*, p. 76.

⁹³ Há registro da Chácara dos Capados desde 1769, pertencendo a Inácio Taques de Almeida. Segundo os inventários analisados por José Carlos Veiga Lopes o local foi mudando de proprietário ao longo do tempo e em 1854 pertencia a Manuel Inácio do Canto e Silva, antepassado de Dionizio do Canto e Silva, avô de Palmyra. A análise dos inventários foi publicada na obra LOPES, José Carlos Veiga. **Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí**. Curitiba: Torre de Papel, 2004.

⁹⁴ Potreiro é um lugar cercado para guardar o gado.

⁹⁵ Processo por crime de rapto. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

retirando-se para sua casa as dez horas e tanto da noite e que soube da Mathilde em casa de Lenariano de Quadros que Jeronymo do Canto e Silva andava procurando sua filha Palmyra que havia desaparecido, o que elle indiciado respondeu que nada sabia de Palmyra.⁹⁶

A segunda testemunha, Maria da Piedade, de 32 anos, afirmou que neste mesmo dia, pelas oito horas da noite, o casal Palmyra e Evaristo tinha ido a casa dela pedindo ajuda e a jovem teria dito “Nha Piedade me acuda que eu fugi da casa de meus pais para me casar”. O jovem que ficou do lado de fora da casa, próximo à cerca a chamou dizendo “vamos embora que nos casaremos hoje mesmo”, saindo em seguida em direção à cidade. Maria da Piedade recordou também em seu depoimento que na tarde do mesmo dia já havia visto o casal “passar de braços dados” por sua casa. Evaristo negou os fatos da noite, mas não negou que durante a tarde esteve com Palmyra, “até além da estrada de ferro conversando”.

Várias testemunhas foram ouvidas e algumas confirmaram que viram Evaristo voltando da pesca ou nas casas que o rapaz mencionou que esteve durante bailes ou “cantarolas”. Outras negaram, inclusive Galletto, que era dono da casa onde aconteceu um dos bailes relatados pelo acusado. O caso era muito confuso, mas, no fim, foi considerado procedente e Evaristo recebeu o mandato de prisão nas penas do artigo 271 do código penal de 1890, que previa a prisão por seis meses a um ano para o raptor que “sem ter attentado contra o pudor e honestidade da raptada, restituir- lhe a liberdade, reconduzindo-a à casa donde a tirou, ou collocando-a em logar seguro e à disposição da família”⁹⁷.

A queixa do promotor era pelo artigo 267 combinado com o artigo 270, defloração⁹⁸ e rapto, mas sobre o defloração todas as testemunhas afirmaram não saber de nada e nem Palmyra acusou Evaristo de tal ato, ainda que o corpo de delito tenha confirmado o defloração recente da jovem. Desta forma, o mesmo promotor em seu eloquente discurso final solicitou que “o réu seja pronunciado nas penas do artigo 270 do código penal por ser a offendida menor de 16 annos de idade. É de justiça.”

Se Evaristo era ou não culpado do defloração e se Palmyra foi mesmo raptada por ele, não é possível saber. Chalhoub ao discorrer sobre o processo crime como fonte para a pesquisa histórica afirma que

⁹⁶ Processo por crime de rapto. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

⁹⁷ **DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890.** Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

⁹⁸ Vale ressaltar o que afirma Viveiros de Castro sobre as meninas menores de 16 anos: “A lei supõe que até essa idade a mulher não tem bem nítida a comprehensão do acto que affecta tão profundamente a sua honra e o seu futuro. É uma presumpção legal, não admite demonstração em contrario. Provado pela certidão de idade ou documento jurídico que a substitua ser a offendida menor de 16 annos, o crime é estupro e não defloração. Pouco importa qualquer allegação em contrario.” (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher.** *Op. cit.* p. 105). Essa prerrogativa não foi considerada no caso de Palmyra.

O fundamental em cada história abordada não é descobrir o que realmente se passou – apesar de isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas.⁹⁹

Para o autor, mesmo as versões conflitantes dos diferentes agentes sociais permitem construir explicações válidas sobre a sociedade que se estuda e são exatamente estes conflitos que dão ao historiador subsídios para compreender as “lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social”.¹⁰⁰ O processo em que é vítima Palmyra Maria Novaes e réu Evaristo Antunes movido pela promotoria pública, pois o pai da menina apresentou um atestado de miserabilidade¹⁰¹, permite extrair dos diferentes relatos apresentados noções sobre o contexto social pesquisado.

Práticas cotidianas de uma comunidade interiorana são reveladas, como as relações de solidariedade entre parentes e vizinhos, as cantorias e bailes realizados nas casas, as pescarias em grupos, as fofocas que animavam as conversas e faziam com que todos soubessem da vida de todos.

Na obra de Franco, ‘Homens livres na Ordem escravocrata’, a autora retrata com maestria a vivência interiorana no Brasil do século XIX. Para ela, o sistema focado na monocultura que marcou a economia colonial fez também desenvolver áreas de “culturas subsidiárias, de apresamento e criação de gado, e floresceram as charqueadas, suportando as necessidades da produção e escoamento das safras, bem como fornecendo boa parte do alimento do escravo”¹⁰². Sendo o escravo a solução encontrada para a necessidade de mão de obra para as grandes lavouras, a população livre que não tinha a propriedade da terra ficou à margem da produção para o mercado, tendo, portanto, que encontrar o seu modo de subsistência.

⁹⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. *Op. cit.* p. 40.

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ A miserabilidade era uma condição para a intervenção pública nos processos. A promotoria apresentava a denúncia quando o pai de uma jovem deflorada, por exemplo, apresentava o atestado de miserabilidade. Pelo código Penal de 1890 e pelo decreto 2.456 de 1897 era considerada miserável a pessoa que não tinha condição de custear o processo sem privar-se de recursos necessários para suprir as necessidades de sobrevivência da família. (ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.*, p. 91)

¹⁰² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3ª Edição. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1983.

O modo de viver das populações rurais brasileiras colocadas à margem das relações econômicas do período criou o que Franco¹⁰³ define como ‘código do sertão’, cujo entendimento requer uma reflexão sobre as relações comunitárias destas pessoas. As necessidades comuns, tanto em relação ao trabalho como em relação ao lazer, faziam existir um princípio de solidariedade entre as diferentes famílias, e dentro das famílias imperava o modelo patriarcal pautado no poder paterno e na obediência da esposa e dos filhos.

Esses elementos integradores deste sistema social, fortemente marcado por traços de religiosidade, podem ser também percebidos na ‘sociedade campeira’ de Castro, apropriando-se aqui da expressão utilizada por Martins¹⁰⁴. As relações de vizinhança se pautavam em princípios de cooperação e parentesco e uma noção de moralidade comum. Tanto a busca pela sobrevivência quanto pela distração, pelo lazer, podiam ser partilhadas propiciando evidentemente a ajuda mútua.

O relato anterior, extraído do processo de Palmyra¹⁰⁵, configura um exemplo destas relações sociais. Ao fugir de casa ela teria buscado ajuda na vizinha, Maria da Piedade. Outra testemunha do processo, denominado Abrão, disse que soube na cidade dos fatos e foi até a casa de Piedade para confirmar. Isso mostra que as formas de lazer destas comunidades eram pouco diversificadas e uma forma de distração eram as conversas em vendas ou armazéns sobre fatos do cotidiano. Abrão teve inclusive o trabalho de ir até a casa de Piedade para saber mais detalhes da história. Em seu testemunho, disse que Piedade lhe contou que não a entregou ao pai quando este passou na sua casa perguntando por ela “temendo que seu pai a matasse”.

Temer que o pai matasse a jovem pode ser entendido como uma força de expressão para demonstrar a gravidade da situação diante da desobediência, do desrespeito à autoridade paterna, fugindo com um rapaz e perdendo a virgindade antes do casamento. Mas pode também sugerir uma solução violenta possível, pois fica claro que entre estas comunidades desprovidas de bens materiais significativos o valor que se dava aos atributos das pessoas, à sua imagem, à sua fama e honra eram substancialmente elevados. As ofensas pessoais eram gravíssimas e precisavam ser resolvidas, mesmo que para isto fosse necessário recorrer à violência.

Ao discorrer sobre a violência como fator de moralidade, Franco a aponta como padrão de comportamento num espaço em que os valores são centrados na coragem pessoal,

¹⁰³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. *Op. cit.*

¹⁰⁴ MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas**. *op cit.*

¹⁰⁵ Processo por crime de rapto. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

“o comportamento efetivo das pessoas envolvidas nessas pendências corresponde exatamente aos requisitos de bravura por elas propaladas”¹⁰⁶.

Um dos processos encontrados no arquivo em Castro remete a essa discussão. Não se trata de um processo por crime sexual, porém o mesmo foi analisado por se referir a um jovem cujo nome foi encontrado em diferentes momentos, José Mazzine Galletto. Primeiro em um processo em que ele era acusado por um crime de defloração¹⁰⁷, depois por ser testemunha no processo de Palmyra, antes descrito¹⁰⁸; na casa dele é que teria acontecido um dos bailes que o acusado Evaristo disse ter frequentado na noite da fuga da jovem, e em outro momento, em um processo em que José era acusado de tentativa de homicídio¹⁰⁹.

Neste último processo, José Mazzine Galletto envolveu-se em uma briga na saída de um baile porque seu amigo Libório teria provocado Paulo, o motivo era Pedra, amásia de Paulo. Libório e José agrediram “covardemente Paulo”, segundo relatos de testemunhas, mas quando Libório tentou disparar um tiro em Paulo que estava caído na calçada, José tentou impedi-lo e acabou levando o tiro no braço.

Libório foi condenado, mas José não. Ele apareceu no relato das testemunhas como aquele que derrubou Paulo com uma ‘pancada’, mas no fim foi ele quem levou o tiro e acabou salvando a vítima.

O interessante nesses processos não é tanto o fato do jovem José escapar no mesmo mês de duas condenações por dois crimes diferentes, defloração e tentativa de homicídio, mas o relato de ações consideradas apropriadas ou comuns a jovens rapazes. Eles podiam tocar e dançar nos bailes até a madrugada, podiam beber e promover confusões por conta de mulheres, brigavam nas calçadas e andavam armados, tinham relações sexuais fora do casamento. As ações violentas podiam ser entendidas como atos de coragem, próprias de homens que defendem a honra.

Para as mulheres a questão era diferente, mesmo que o cotidiano das jovens pobres de Castro, vítimas nos processos analisados, fosse distinto do que habitualmente era considerado próprio para as mulheres da época. As mulheres da elite ficavam reclusas em suas residências, saindo à rua apenas na companhia de um responsável, mas as mulheres pobres precisavam sair para o trabalho, remunerado ou não. Porém no momento em que sua conduta era alvo de análise, eram julgadas pelo padrão de conduta de uma elite, eram menosprezadas por estarem

¹⁰⁶ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. *Op cit.* p. 48.

¹⁰⁷ Processo por crime de defloração. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

¹⁰⁸ Processo por crime de rapto. Caixa: Palmyra Maria Novaes. Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

¹⁰⁹ Processo por crime de tentativa de homicídio. Paulo Carneiro. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

fora de casa, por andarem sozinhas nas ruas, mesmo que essas ações fossem necessárias para o trabalho e sobrevivência.

Esta discussão sobre o padrão de conduta que move os julgamentos será posteriormente retomada. O interessante aqui é refletir sobre o olhar da comunidade sobre as posturas femininas e masculinas e para isso os relatos das testemunhas durante os processos são bastante significativos.

Os crimes sexuais geralmente não têm testemunhas oculares ou “testemunhas de vista”, utilizando a expressão que aparece em um processo de 1897.¹¹⁰ Em praticamente todos os processos analisados para esta pesquisa as testemunhas afirmaram que souberam dos acontecimentos “por ouvir dizer” e é também “por ouvir dizer” que diziam saber da conduta dos envolvidos, réu e vítima. Proceder sempre de forma irrepreensível perante a comunidade era importante porque os desvios de conduta se transformavam logo em assunto na vizinhança.

Expressões como “de sciencia própria nada sabe, que sabe por ouvir falar”, “tem ouvido falar que a offendida não é moça séria”, “que sabe por terem lhe contado várias pessoas que a offendida... é mulher pública”, “que por voz do povo tem ouvido fallar”, são comuns nos processos. Afirmar que de ciência própria nada sabem pode ser entendido como um artifício para eximir-se de maiores responsabilidades, no caso dos homens, e, para as mulheres, como estratégia para não serem julgadas da mesma forma que as moças apontadas como não sendo de bem, como ‘mulher pública’ ou ‘mulher do comércio’. Se as jovens afirmassem que sabiam do acontecido “de sciencia própria” significaria que andavam em companhia da jovem considerada desonesta, o que fazia delas também suspeitas de mau proceder.

¹¹⁰ Dos processos analisados apenas em dois casos pessoas afirmaram ter visto algo. A mãe de Maria Alves do Nascimento acendeu a luz da casa e encontrou a filha com Armando na cama e o amigo do rapaz que também passava a noite na casa presenciou o fato. (Processo por crime de defloração. Maria Alves do Nascimento. Caixa: Ano 1897. CCEE. Castro/PR). No processo movido contra Franck Cunningham por tentativa de estupro, Carolina Knorr afirma que estava no quarto com a senhora Josephina quando esta foi atacada. (Processo por crime de estupro. Josephina Bickerstaph. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR). Apesar da existência das “testemunhas de vista”, os dois processos foram arquivados. No primeiro caso o corpo de delito acusou que o defloração não era recente e assim não havia provas contra o acusado. O segundo caso é peculiar, o réu foi considerado culpado pelas provas testemunhais e pela confissão do mesmo, mas o marido da vítima que era ministro da Igreja Presbiteriana no Brasil encaminhou o seguinte documento: “O abaixo assignado George Luverno Bickerstaph vendo o sofrimento da mulher e filhos de Frank Cunningham e, além disso, considerando que durante seis para sete annos foi por elle servido com zelo e dedicação e mais ainda por atender a sua promessa solene de retirar-se immediatamente do Brazil e trabalhar honestamente para ganhar a vida e sustentar a sua família, julga ser de caridade, sem ofender o moral público, por perpétuo silencio ao processo que contra o mesmo Frank Cunningham tem movido”. Em vista disso, em 04 de junho de 1905, expediu-se o alvará de soltura do réu.

Saber dos fatos porque “várias pessoas” contaram ou “pela voz do povo” isenta as testemunhas da proximidade com alguém de má conduta e revela a preocupação das pessoas com a vida alheia. Nas regiões interioranas as formas de diversão eram relacionadas ao convívio comunitário, bailes nas casas, festas nas igrejas, encontros nos armazéns, rodas de chimarrão na varanda. As danças e jogos podiam animar bailes e festas, mas era a conversa que entusiasmava os encontros. As novidades eram assim transmitidas e temas dramáticos como doenças, mortes ou desvios de conduta que desestabilizavam as famílias tinham lugar nestas conversas porque quebravam a monotonia.

Mesmo que distantes de um discurso regulador da lei ou mesmo da Igreja como instituição, já que muitas destas comunidades recebiam apenas visitas esporádicas do padre nas capelas, o discurso moral se propagava por estas conversas e o medo de ‘tornar-se assunto’ agia como regulador de conduta.

A escolha das testemunhas para os processos era também um fator relevante, pessoas de boa índole diante da comunidade teriam mais crédito. Esteves¹¹¹ salienta que os juízes tinham uma difícil tarefa, pois tinham que decidir entre “civilizar moças defloradas, garantindo-lhes o casamento e o sustento mediante proteção da justiça; ou marginalizá-las porque não apresentavam os comportamentos e valores dentro dos padrões jurídicos de honestidade”. E para verificar se o comportamento da jovem era ou não digno, era importante o relato das testemunhas. Estas podiam dizer se em seu cotidiano a jovem apresentava uma postura de mulher honesta ou se era vista em atos considerados impróprios, como andando sozinha pelas ruas, frequentando festas populares ou se vivia em um meio viciado¹¹² tendo por companhia pessoas de conduta duvidosa.

Para além do que elas podiam dizer sobre réu ou vítima, quem eram estas testemunhas podia também definir os rumos do processo. Não foi encontrado nos processos analisados nada que ateste a influência econômica ou política das testemunhas, mas foram encontradas mulheres solteiras, amigas da vítima, que não foram tão dignas de fé quanto os homens casados e trabalhadores que passavam a impressão de respeitabilidade e tinham seus relatos legitimados.

¹¹¹ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.* p. 83.

¹¹² ‘Meio viciado’ é a expressão utilizada por Esteves para refletir sobre o ambiente em que viviam as jovens pobres do Rio de Janeiro do início do século XX e eram considerados impróprios para mulheres honestas, pois fatalmente as conduziriam ao erro. “No pensamento jurídico, as razões do diferente, ou melhor, das ‘forças do mal’ explicavam-se por elas mesmas: era ‘desonesta’ porque vivia em casa de cômodos; ali vivia porque a mãe não tinha princípios higiênicos; não os possuía porque ‘saía só’, ‘saía só’ porque era ‘afeita a contatos sexuais’, era afeita a esses contatos porque o corpo era flácido; tinha o corpo flácido porque nunca fora responsável por suas opções; era irresponsável porque sua mãe...” (ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.* p. 73).

A grande maioria das testemunhas presentes nos processos é de homens casados com profissões declaradas no ato da apresentação.¹¹³ Destacou-se anteriormente que para os homens o fato de exercerem uma profissão era sinal de respeitabilidade e o fato de serem casados ou viúvos os colocava como pessoas responsáveis que deviam prezar pelos bons costumes, pois eram chefes de família. Já para as mulheres, declarar suas profissões era percebido de outra forma. Esteves¹¹⁴ argumenta que “As mulheres que, pelas mais diferentes razões, normalmente assentes na sobrevivência, precisavam trabalhar também estavam sujeitas, no momento de um julgamento, aos referenciais distorcidos, disciplinadores das saídas e dos locais frequentados”.

Mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas, lavadeiras ou no comércio estavam, na concepção da época, longe dos olhares reguladores de conduta de seus pais ou tutores. Isto era um problema, visto que as mulheres eram consideradas frágeis demais para defender sua própria honra e andarem sozinhas pelas ruas e trabalharem distantes dos olhos de seus tutores poderia levá-las facilmente a ações consideradas impróprias.¹¹⁵

A escolha das testemunhas nos processos analisados seguiu por esta concepção de respeitabilidade. A preferência por homens casados e trabalhadores para dar legitimidade aos relatos predomina, sejam estes de defesa do réu ou da vítima, ambos optaram por uma maioria masculina no rol de testemunhas.

O processo em que o jovem Manoel foi acusado do defloramento de Avelina foi arquivado porque ele resolveu casar-se com a vítima¹¹⁶. As testemunhas deste processo são dois homens casados, um homem solteiro e um viúvo, todos lavradores. Estes quatro homens afirmaram em favor da jovem vítima que sabiam que o réu a havia deflorado e que os dois viviam amasiados. Uma das testemunhas afirmou que o réu “quis casar-se com a menor offendida e que isto não tem feito por oposição de seu pai”.¹¹⁷

A relação do jovem casal com pessoas consideradas idôneas, homens trabalhadores, dois deles casados, um deles viúvo, fez com que a jovem não tenha sido apontada como desonesta ou desonrada, mesmo tendo perdido a virgindade antes do casamento e tendo ido morar com o rapaz antes do casamento oficial. Na grande maioria dos processos a vítima acabava tendo que se defender de acusações neste sentido.

¹¹³ Conforme consta na tabela 2 apresentada no item 1.2 do primeiro capítulo, página 33.

¹¹⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.* p. 45.

¹¹⁵ CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.*

¹¹⁶ Processo por crime de defloramento. Avelina dos Santos. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

¹¹⁷ Este processo destoa dos demais porque o réu queria o casamento e confirma o que Esteves (1989) e Caufield (2000) afirmam, era comum o defloramento entre jovens que não tinham o consentimento dos pais para o casamento e utilizam deste artifício como estratégia. Quando o fato vinha a público ou acabava na justiça os pais acabam permitindo o casamento para salvar a honra da família ou livrar o jovem da cadeia.

O título 19 do Livro V das Ordenações Filipinas¹¹⁸ apresenta o costume de ir até a porta da Igreja e recitar as palavras do recebimento do cônjuge perante algumas testemunhas, a ação era tão válida quanto a celebração do casamento realizada por um sacerdote e era comum entre as pessoas menos favorecidas financeiramente. Para Priore¹¹⁹, “O sagrado matrimônio – reservado, na prática, às mulheres da elite branca – traduziu-se, nas esferas subalternas da sociedade em uniões consensuais, duradouras ou não, mas que garantiam às mulheres mais humildes um espaço para a realização da maternidade e da vida conjugal”.

Ainda que a questão exposta acima se refira a um período anterior, as Ordenações Filipinas vigoraram no Brasil de 1603 (primeira edição) a 1830 (aprovação e promulgação do código criminal do Império), pode-se pensar que em regiões interioranas do Brasil estes costumes populares se mantiveram com aceitação da comunidade. Ainda que não buscassem o ‘casamento à porta da igreja’, a união consensual podia ser aceita pela comunidade porque o intuito não era o de práticas libidinosas, o interesse era a constituição de família.

Esteves¹²⁰ também argumenta que se a comunidade entendia que a jovem ao deixar-se deflorar estava apenas adiantando um direito de seu futuro marido, a pressão sobre ela era menor e o estigma de desonrada não a perseguia.

No caso de Lucia¹²¹, que acusou José¹²² de seu defloramento, as testemunhas da jovem eram duas moças solteiras que trabalhavam como lavadeiras. Como mencionado anteriormente, jovens solteiras pobres que passavam os dias longe dos olhares reguladores de seus tutores eram facilmente apontadas como pessoas de conduta duvidosa, ainda mais quando uma de suas amigas era acusada de ‘desonestidade’ ao estar envolvida num processo de defloramento. O advogado de defesa de José chegou a levantar suspeita sobre Lucia afirmando que a mesma tinha um exemplo negativo em casa, segundo ele, a irmã de Lucia já havia se prostituído. Em seu discurso ele apresenta vários elementos desabonadores de Lucia:

Mas passemos a narrar minuciosamente a vida de Lucia. Há muitos annos vive ella fora da companhia de seu pai e é creada de servir. Ora isso nada prova em seu desabono, si ella tivesse um bom comportamento; mas tendo o exemplo em caza, onde outra irmã já se prostituio, vivendo quase livre. Quem ignorava que Lucia a mais de anno era mulher perdida? Uma mulher honesta e principalmente donzella freqüenta ou é costume freqüentar, pelo carnaval, aos bailes das meretrizes com as danças mais escandalosas?... Entretanto assim Lucia procedia. Disse ella que foi o denunciado o autor de sua desonra, na tarde de 28 de fevereiro deste anno, n’um

¹¹⁸ LARA, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas: Livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹¹⁹ PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. *Op. cit.* p. 61.

¹²⁰ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op.cit.*

¹²¹ Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: anos 1905/1906. CCEE. Castro/PR.

¹²² José Mazzine Galletto é o jovem mencionado anteriormente que aparece como réu de dois processos, este por defloramento e o outro por tentativa de homicídio, sendo considerado inocente nos dois casos.

matto, além da ponte onde foi a seu convite, sem violência, apenas com promessa de casamento... Ora se isso fosse verdade era crível que uma donzella em pleno dia, fosse assim, sozinha à um matto tão distante como o é o do outro lado da ponte sem receio para entregar-se ao denunciado? (grifos do documento)¹²³

O defensor de José recorreu ao fato de que as testemunhas de acusação eram “moças solteiras” e afirmaram que foi a própria Lucia que lhes relatou o acontecimento. O destaque não é dado ao fato de que as testemunhas só sabiam do crime pelo relato da própria vítima, mas ao fato de serem “moças solteiras”; afinal, o que elas faziam ali testemunhando a favor de uma jovem considerada prostituta? Seu testemunho também perdia o valor por andarem na companhia de uma mulher considerada desonesta.

No processo há ainda um requerimento da defesa de José para que se ateste que Lucia era “tida como gatuna” e apresenta testemunhas para que se analise o “procedimento moral de Lucia”. A suposta vítima desse roubo não aparece para testemunhar, outros homens sim e eles afirmam que sabem do fato “por ouvir dizer”, mas isto não é questionado por ninguém.

Diversos fatores podiam desabonar a concepção moral de uma jovem e tornarem-se alegações dos advogados de defesa do homem, a situação irregular da família, a liberdade excessiva, se ela não era educada num ambiente de recato, se carecia de assistência materna, se vivia em habitação coletiva, se sua irmã não casou virgem ou cometeu aborto, se tinha um irmão alcoólatra ou pais separados.

Nada há no processo que desabone as testemunhas da defesa, são homens, trabalhadores, que concordam que a conduta de Lucia a torna desonesta, mesmo que eles afirmem também que sabem dos fatos apenas por ouvir falar.

José levou para testemunhar a seu favor cinco homens, todos casados, dois lavradores, um empregado público, um pedreiro e um sapateiro. Homens considerados trabalhadores responsáveis, provedores e protetores de suas famílias, portanto, dignos de crédito. O desfecho de tal processo não foi em nada favorável à Lucia, que de vítima passou a ter que se defender das várias acusações que sofreu. Depois de toda uma exposição sofrida pela jovem, o processo foi arquivado.

O número expressivo de homens casados entre as testemunhas revela uma opção por um modelo de respeitabilidade, de pessoa honrada e considerada idônea. Se estes homens testemunham a favor das jovens defloradas, os réus são condenados, se eles testemunham a favor do réu, o mesmo é absolvido. Os testemunhos das mulheres são pouco expressivos, quase não aparecem nos processos e quando aparecem seus relatos são considerados se forem

¹²³ Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: anos 1905/1906. CCEE. Castro/PR.

mulheres ‘de família’, casadas ou viúvas. As jovens solteiras tinham seu testemunho deslegitimado quando eram companheiras da vítima.

TABELA 03: ESTADO CIVIL DAS TESTEMUNHAS E SUA RELAÇÃO COM OS DESFECHOS DOS PROCESSOS

Desfecho do processo	Homens casados/viúvos	Homens Solteiros	Mulheres Casadas/viúvas	Mulheres Solteiras
Absolvido pelo júri	21	7	6	2
Arquivado	46	12	4	8
Improcedente	27	14	2	7
Incompleto	12	4	5	-
Procedente	16	9	4	1
Totais	122	46	21	18

Fonte: 38 processos analisados

Apresentar-se como “moça de bem” perante a comunidade talvez tenha sido a motivação de Seviriana, irmã solteira de Durvalina, que estava grávida e acusava João Rodrigues Fernandes por seu defloramento.¹²⁴ Para Esteves¹²⁵, “o ser prostituta envolvia então não só ter muitas relações sexuais, mas ter determinados comportamentos (como andar só, fantasiar-se e sair à noite) e até pensamentos (intenção de não voltar para dormir)”. E acusações neste sentido é que fez Seviriana ao testemunhar:

Que sua irmã costumava a sair sozinha, e numa manhã foi no negócio de Alfredo Noila e que ali ficou de cedo até a noite, que sua irmã Marciana e mesmo sua mãe já lhe haviam contado que Durvalina andava de abraços com João Roberto, padraсто dela, tanto que sua mãe deu-lhe umas tacoaradas por esse motivo. Que outra ocasião sua irmã Durvalina depois de estar de novo no negócio de Alfredo Noila, apareceu com um sabonete e perguntando ela informante a procedência desse presente não quis contar e ainda zangou-se dizendo que ela não lhe governava. Que outra noite foi sozinha em companhia de seu cunhado Joaquim Corrêa ver os cavalinhos, voltando horas adiantada da noite.¹²⁶

Para Seviriana, denunciar a irmã de má conduta seria, talvez, uma forma de demonstrar publicamente que discordava de tais procedimentos. Se o “meio viciado” de que fala Esteves¹²⁷ poderia ser um fator de propensão à desonestidade, o fato de denunciar ‘falhas morais’ de outras jovens poderia reforçar a própria virtude. A irmã solteira de Hermínia procede da mesma maneira. Um das testemunhas havia afirmado que

¹²⁴ Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

¹²⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.* p. 52.

¹²⁶ Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

¹²⁷ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.*

... viu por diversas vezes a offendida em companhia de uma outra irmã sozinhas a andarem pelo mato e pelas ruas mas que nunca teve alguma suspeita, que o depoente tem uma filha que sempre ia em casa do pai da offendida e vendo que sua filha algumas vezes acompanhou as filhas de Francisco Monteiro nos seus passeios pelas ruas, repreendeu-a e proibiu-a de andar junto com as referidas moças.¹²⁸

Adelaide, considerando que o mau proceder de sua irmã Hermínia poderia manchar a sua dignidade aos olhos da comunidade, não hesitou em declarar que “sua irmã Hermínia de há muito tempo já não é séria e nem de bem, que ella pelo tempo dos pinhões costumava sair sozinha pelo mato, que ella depoente suspeitava sempre que sua irmã não era mais moça honesta”. Ela destaca que Hermínia ia sozinha ao mato e não em sua companhia. Desta forma, demonstra aceitar os padrões de moralidade estabelecidos, repreendendo as ações da irmã.

Cabe destacar que João Rodrigues Fernandes, conhecido como João Barra, que tinha 58 anos quando foi acusado por Durvalina, de 15 anos, por seu defloramento, é acusado também por Hermínia alguns anos depois, em 1914. A vítima, Hermínia, tinha 15 anos e ele 67 anos. O pai de Hermínia em seu depoimento afirma que “suspeita que possa ser João Barra, visto esse indivíduo já ter cometido diversos crimes destes, em um dos quais respondeu jury nesta cidade, que João Barra é de fato um indivíduo perigoso, sobre questões de honra, e é conhecido nesta cidade como um seductor”. O pai da jovem provavelmente se referia ao processo de Durvalina, mas é interessante notar que ele sugere que não foi só este, mas “diversos crimes destes” que foram cometidos por João Barra e que a fama do homem era conhecida na cidade. Outra testemunha do processo confirma isso declarando

que João Barra é um homem muito ordinário, que é capaz de seduzir moças, porque uma vez já deflorou uma moça de nome Durvalina, por cujo crime respondeu jury, que sendo João Barra um homem já célebre nesses crimes, elle depoente pode suspeitar que tivesse sido elle o autor desse crime, visto que não saía da casa da offendida e mesmo por elle já ter cometido outros crimes idênticos.

Isso, porém, não ajudou Hermínia. No primeiro processo, de Durvalina, ele foi absolvido pelo júri e desta vez o caso foi arquivado por falta de base para denúncia. Os desvios de conduta quando praticados por homens não eram tão graves como quando estes eram praticados por mulheres. As jovens violentadas ou defloradas carregavam consigo esta marca passando a ser apontadas pela comunidade como desonestas, mulheres públicas e os pais de outras moças proibiam que suas filhas andassem com elas, por serem más

¹²⁸ Processo por crime de estupro. Hermínia do Rosário. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

companhias. Os homens, como João Barra, cuja fama era de sedutor, “perigoso sobre questões de honra”, mesmo assim eram bem-vindos às casas das famílias. O próprio pai de Hermínia declara que ele frequentava sempre a sua casa e as visitas eram retribuídas. A preocupação com o proceder do homem em relação às moças só surgiu depois de suspeitar “que filha não era mais de bem, pelo seu corpo um tanto grosso e pelos seus modos não serem mais de moça honesta”.¹²⁹

Florentina¹³⁰, que teve o maior número de testemunhas arroladas entre os processos analisados, sendo dois homens casados, três solteiros, uma viúva e duas moças solteiras, teve o caso julgado como improcedente, o réu foi apontado pelas testemunhas como um homem “de posição social e respeitador das famílias” e Florentina, após ter sido deflorada, foi expulsa da casa onde morava e “desde esse tempo tem vivido mal”, passou a se prostituir. Para uma jovem pobre que não tinha para onde ir, a prostituição podia ser uma alternativa de sobrevivência.

Uma das testemunhas deste processo, a viúva Felicidade, afirmou que estava passando a noite na casa do réu e que foi acordada pela esposa dele que sentiu sua falta na cama e também sentiu falta de Florentina, que tinha 13 anos e estava também posando na casa, dormindo junto com a filha do réu, de 12 anos. De acordo com a testemunha, logo em seguida o réu entrou na casa e também entrou Florentina. Outra testemunha relatou que “José Francisco da Trindade lhe contara que tinha feito um trato com Florentina para ter relações, e Florentina foi à casa do dito Trindade conforme o trato feito” e quando lhe perguntaram se “José Francisco da Trindade é pessoa de bons costumes, respeitador das famílias” respondeu que “não lhe consta que tenha faltado ao respeito à família”.

Estes relatos apontam para o costume de passar a noite na casa dos conhecidos, nos processos não há justificativas para tal ato, mas pode-se considerar que moradores de regiões mais afastadas quando precisavam ir até à cidade buscavam pouso nas casas de parentes ou amigos e mesmo as visitas podiam permanecer nas casas, quando estas ficavam muito distantes e inviabilizavam a volta tarde da noite. Em vários processos há relatos de pessoas pernoitando nas casas de réus ou vítimas. Mas, o interessante é que não só uma testemunha que dormia na casa viu Trindade e Florentina entrarem na casa à noite, como o réu teria contado a outra pessoa que Florentina teria ido a casa dele para ter relações sexuais. Outra testemunha afirmou que ele “disse que tinha sido o primeiro que teve cópula com ela”. Trindade, que era casado e tinha uma filha de idade próxima à da vítima, inclusive eram

¹²⁹ Processo por crime de estupro. Hermínia do Rosário. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

¹³⁰ Processo por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

amigas, contou a diferentes pessoas que teve relações com a jovem, mas mesmo assim era considerado pela comunidade como um homem “respeitador das famílias” e Florentina era considerada prostituta.

A jovem Maria Adelaide¹³¹, cujas testemunhas foram três homens casados e dois solteiros, todos trabalhadores, teve seu processo sem conclusão. Um dos homens disse “que essa menor já não era de bem”, outro disse que “ouviu dizer, sem que isso possa afirmar como verdade que essa moça tinha tido relações sexuais com caapeiros e camaradas” e outro “que esta desde que chegou de Antonina já era mulher pública”, tais relatos, comprovados ou não, foram suficientes para que o processo nem fosse levado adiante.

Mas Manoela¹³², que relatou que em “um dia do mês de janeiro deste ano no Socavão, estava ella ofendida lavando roupa em um rio, ali chegou Zeferino de Tal, compadre da mãe della ofendida, e por meio violento deflorou ella offendida”, foi defendida em sua honestidade por cinco homens que testemunharam a seu favor, três deles casados, todos trabalhadores. A denúncia foi considerada procedente e foi solicitada a condenação do réu. Este processo reforça a ideia de que amparada por pessoas consideradas de bem as jovens tinham mais chances de que os causadores de sua desonra fossem condenados. O mais frequente, porém, é que as pessoas estigmatizassem essas moças condenando todo o seu proceder e reafirmassem a idoneidade dos homens, culpados ou não.

Esteves¹³³ esclarece que “o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade, e a conduta total do réu, no sentido de se determinar seu grau de periculosidade”. Não se analisava apenas o crime cometido, “mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam”. Neste sentido, as moças pobres, cujas famílias não tinham uma influência expressiva na comunidade, dificilmente saíam destes processos sem uma mancha ainda maior em sua honra, já os acusados, dependendo de quem eram, o que faziam ou poderiam fazer, dificilmente eram condenados e as práticas de sedução, os defloramentos que cometiam, eram consideradas formas de manifestação de sua masculinidade, de sua virilidade.

¹³¹ Processo por crime de defloramento. Maria Adelaide de Mello. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

¹³² Processo por crime de defloramento. Manoela Rosa. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

¹³³ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.* p. 41.

2 “MULHER PÚBLICA” E “MULHER HONESTA”: A LEI E SEUS INTÉRPRETES

Este capítulo trata da lei e de seus intérpretes, apresentando uma discussão sobre os crimes sexuais previstos na legislação brasileira, especialmente no Código Penal de 1890. A obra *Os Delictos contra a Honra da Mulher*, de Viveiros de Castro, um dos principais comentadores do código de 1890, também fornecerá elementos para a reflexão. A proposta é discutir sobre a especificidade da linguagem de uma sociedade ordenada de forma masculina para articular o domínio sobre as mulheres através da lei.

Durvalina, Hermínia e João Barra, Lúcia e José, Florentina e Trindade são pessoas que tiveram suas vidas marcadas por um ou mais processos criminais. Elas como vítimas, eles como réus. Elas foram estigmatizadas pela comunidade sendo apontadas como mulheres públicas que não demonstravam a seriedade própria de moças honestas. Eles saíram livres, independente de terem sido descritos como perigosos em questões de honra, sedutores, célebres nestes tipos de crime, independente de brigarem em bailes, andarem armados e de comentarem com os vizinhos que haviam cometido os delitos. Ainda assim eram entendidos como homens de bem, respeitadores das famílias.

Os padrões de conduta eram diferentes para homens e mulheres. Elas deviam ser recatadas e obedientes a seus tutores e caso não fossem poderiam virar assunto entre a comunidade e isso significava a aquisição de uma série de adjetivos que as desmoralizavam, como mulheres do comércio, mulheres públicas, meretrizes, prostitutas. Eles podiam exceder-se em seus impulsos, o mais importante é que fossem trabalhadores e tivessem condições de prover suas famílias. O recato não era cobrado dos homens e conversas sobre suas conquistas sexuais eram comuns entre eles.¹³⁴

Estes comentários que circulavam entre a comunidade acabavam ganhando um caráter de reguladores de conduta, especialmente em regiões interioranas onde a maioria das pessoas se conhecia. Para alguns homens, o fato de narrarem suas proezas fazia com que adquirissem certo *status* perante os demais. Isso fazia com que outros almejassem atingir os mesmos feitos. Já para as jovens mulheres, o medo de ‘ficarem faladas’ podia ser um dos fatores que controlavam suas vontades tornando-as recatadas e obedientes.

¹³⁴ Algranti salienta que o homem honrado jamais seria um homem casto, ele deveria ser um homem forte, valente, corajoso. (ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas de Devotas**. *Op.cit.*)

É evidente que nem todas as moças tinham a mesma preocupação com os comentários alheios, como a já mencionada Palmyra, que caminhava de braços dados com Evaristo¹³⁵ aos olhos de todos e com ele teria combinado um encontro no potreiro, deixando-se deflorar acreditando em uma fuga para se casarem. Essa não preocupação com a opinião dos outros movia estas ações intempestivas que originavam o delito. Por outro lado, saber das implicações que os comentários na comunidade poderiam provocar poderia mover algumas jovens justamente a ‘tornarem-se faladas’ para acelerar um possível casamento, mesmo que por ordem do juiz.

Se nas regiões interioranas os comentários populares influenciavam e em certa medida ainda influenciam o proceder das pessoas, as regras de conduta, aquilo que era considerado próprio ou impróprio para homens e mulheres, foram formuladas em âmbitos maiores, pela Igreja com seu discurso moralista e pela legislação preocupada em controlar a sociedade.

Os discursos dos advogados, bem como as perguntas que os mesmos faziam às testemunhas na busca pela defesa do réu, serão analisados neste capítulo que visa demonstrar como as vítimas de crimes sexuais passavam por um árduo processo para serem defendidas. Depois do delito cometido, as jovens eram submetidas a uma série de situações vexatórias: as críticas da própria família, os comentários da vizinhança, a busca por elementos que comprovassem a menoridade para configurar o crime e a condição de miséria já que precisavam de um defensor público, o arrolar de testemunhas e comprovação da conduta regrada. Elas podiam ser vítimas, mas antes de serem defendidas, precisavam ser julgadas.

2.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS CRIMES DE ORDEM SEXUAL

Antes de entrar em vigor o primeiro código penal brasileiro, o *Código Criminal do Império* de 1830, as leis que regiam o Brasil estavam dispostas nas *Ordenações* que se constituíam em compilações e sistematizações de leis portuguesas civis, fiscais, administrativas, militares e penais. As primeiras a serem elaboradas foram as *Ordenações Afonsinas*, de 1446. Durante o reinado de dom Manuel elas foram revisadas e atualizadas e passaram, em 1521, à denominação de *Ordenações Manuelinas*. Entre 1583 e 1585, no reinado de Filipe I, iniciou-se uma nova revisão, porém a reformulação somente passou a vigorar no reinado de Filipe II com o título: *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*,

¹³⁵ Processo por crime de rapto. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

recopiladas por mandado do muito alto, católico e poderoso rei dom Filipe, o primeiro, mais conhecidas como *Ordenações Filipinas*, que segundo Lara¹³⁶ é “o mais bem-feito e duradouro código legal português”, esteve em vigência no Brasil de 1603 (primeira edição) a 1830 (aprovação e promulgação do Código Criminal do Império).

Assim como as primeiras *Ordenações Afonsinas*, as *Ordenações Filipinas* foram organizadas em cinco livros, sendo o primeiro dedicado às atribuições, direitos e deveres dos magistrados e oficiais de Justiça, o segundo às relações entre Estado e Igreja, o terceiro às ações cíveis e criminais, o quarto ao direito das coisas e das pessoas e o quinto ao direito penal, aos crimes e suas penas.

O Livro V das *Ordenações Filipinas* possui 143 títulos, e destes, 25 regulamentam as punições para os crimes sexuais e expressam os valores morais da sociedade em questão. Apesar de ser uma fonte jurídica, ela está impregnada de princípios religiosos, as relações entre Estado e Igreja estão fortemente marcadas em suas páginas e desta forma torna-se possível uma reflexão sobre o entendimento desta sociedade sobre os conceitos de moralidade e honra e sobre as formas encontradas para preservar ou restaurar estes valores ou punir aqueles que transgrediam as normas de conduta moral.

Ao discorrer sobre as *Ordenações Filipinas*, Lara¹³⁷ argumenta que “compiladas e ordenadas, as diversas leis regulamentavam a estrutura hierárquica dos cargos públicos, as relações com a Igreja, a vida comercial, civil e penal dos súditos e vassalos”. As relações com a Igreja ficam claras nas disposições sobre os crimes sexuais, na associação perceptível no texto entre pecado e crime, palavras que se revezam no documento, por vezes, partilhando um mesmo significado.

A distinção entre as pessoas de maior ou menor qualidade fica clara no documento e o que definia esta qualidade era a posição social e financeira dos indivíduos, porém os princípios morais eram os mesmos para todos, mesmo que as punições fossem mais leves para alguns e mais severas para outros. Distinções de gênero são também perceptíveis havendo no texto a expressão “mulher honesta”, por exemplo, nas prescrições referentes a crimes sexuais, sem nenhuma referência ao “homem honesto”.

No título 23: *Do que dorme com mulher virgem ou viúva honesta por sua vontade* se lê: “Mandamos que o homem que dormir com mulher virgem por sua vontade case com ela, se ela assim quiser e se for conveniente e de condição para com ela casar”¹³⁸. O casamento era

¹³⁶ Lara, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas**. *Op. cit.* p. 34.

¹³⁷ *Idem.* p. 29-30.

¹³⁸ *Idem.* p. 113.

uma convenção social que redimia do crime-pecado. Para a Igreja somente dentro do casamento as relações sexuais eram permitidas e visavam à geração de filhos.

Em caso de inconveniência do casamento, se a mulher fosse de condição social e financeira muito superior à do homem, ele não era realizado e a punição do homem passava a ser a obrigação de pagar, dispondo de seus bens, pelo crime cometido. E se sua condição fosse de uma pessoa considerada muito inferior a ponto de caberem açoites, eles eram imputados como pena. Fidalgos e cavalheiros não podiam ser açoitados e suas penas eram geralmente financeiras.

O texto do título 23 das Ordenações Filipinas segue declarando que “tudo isto que foi dito neste título haverá lugar em qualquer homem que dormir com mulher viúva que honestamente viver que não passar de vinte e cinco anos, estando em poder de seu pai, ou avô da parte de pai”¹³⁹. Estas palavras finais sugerem que era a honra dos homens que precisava ser preservada. Nada há na lei a respeito das viúvas que não moravam com seus pais ou avôs paternos e isto sugere que a maior preocupação era com as mulheres que estavam sob a responsabilidade dos homens e estes é que não poderiam ser desafiados por desviantes de regras morais.

Recordando a já mencionada reflexão de Caufield¹⁴⁰, de que as jovens solteiras não virgens eram consideradas prostitutas em potencial, é possível pensar que a situação das viúvas que não tinham o amparo da família fosse semelhante. Na opinião de uma sociedade que as inferiorizava, a necessidade de sobrevivência ou os apelos românticos poderiam facilmente influenciar suas decisões fazendo com que se desviassem do comportamento adequado.

As mulheres solteiras eram submetidas ao pátrio poder e as casadas ao poder marital e era a honra da família e esta representada pelo chefe da família (pai, avô, irmão) que precisava ser restabelecida em caso de transgressão. Fausto afirma que “a honra da mulher é um atributo que não só lhe é imposto como não lhe pertence”¹⁴¹. Uma conduta moral extremamente regrada lhes era imposta e a legislação ao prever punições para crimes sexuais buscava proteger a honra das famílias. Mulheres sozinhas não tinham honra a ser defendida. Eram tão discriminadas que nem mesmo a legislação previa sua defesa.

¹³⁹ Lara, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas**. *Op. cit.* p. 115.

¹⁴⁰ CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.*

¹⁴¹ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. *Op cit.* p. 196.

Após a proclamação da Independência do Brasil, foi outorgada a Constituição de 1824¹⁴², que determinou em seu artigo 179 § 18 a organização “o quanto antes de um código civil e criminal, fundado nas sólidas bases da justiça e equidade” e no § 19 salienta “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”. A promulgação do primeiro código de leis brasileiro, o *Código Criminal do Império*, pelo Imperador D. Pedro I, ocorreu em 16 de dezembro de 1830.¹⁴³

Fausto, ao discutir sobre esse código que substituiu as *Ordenações Filipinas*, sustenta que houve um abrandamento das penas para os crimes sexuais e isso, para ele, se deve à adaptação a uma sociedade onde “se entrecruzavam os valores da pureza das mulheres e da condescendência para com o desregramento masculino”¹⁴⁴. Essas contradições sociais que ao mesmo tempo exigiam comportamentos virtuosos por parte das mulheres e conferiam liberdade sexual aos homens, mas discriminavam as prostitutas, provocaram mudanças na lei. Mas ao mesmo tempo em que esta “moral sexual dupla – permissiva para os homens e repressiva para as mulheres”¹⁴⁵ - provocava esse abrandamento nas penas para crimes sexuais, fazia com que os desvios da conduta considerada normal por parte das mulheres justificassem a violência contra elas como forma de disciplina.

Os crimes de ordem sexual no código de 1830 são denominados como “Crimes contra a segurança da honra”¹⁴⁶. A pena para o homem que seduzisse uma mulher virgem, menor de dezessete anos era o desterro para fora da comarca onde residisse a jovem e o pagamento de um dote, não mais os açoites.¹⁴⁷ O código, por mais que não apresentasse mais a associação entre crime e pecado como as mencionadas *Ordenações*, preservou a distinção social em relação à moralidade sexual das mulheres. Desta forma, o Artigo 222 - “Ter cópula carnal por

¹⁴² **CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL** (25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 10 de julho de 2012.

¹⁴³ “O novo código foi importante, não obstante, pelos princípios que expôs e também por simbolizar a nova condição do Brasil como nação moderna”. (CAUFIELD, Suan. **Em defesa da honra**. *Op.cit.* p. 57).

¹⁴⁴ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. *Op. cit.* p. 197.

¹⁴⁵ LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKI, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 287.

¹⁴⁶ **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Código Criminal do Império do Brasil.

¹⁴⁷ Caufield afirma que “As penas pelos crimes sexuais já tinham sido reduzidas por decretos reais em 1775 e 1784 e foram amenizadas ainda mais em 1830.” (In: **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 60). Porém a pena para o rapto tornou-se mais rigorosa pela Lei de 19 de junho de 1775. “Os que nella forem comprehendidos sendo peões, sejam condemnados em dez annos de degredo para as galés: e sendo nobres em outros dez annos para Angola”. A lei previa também que as filhas que se deixaram corromper desta forma “fiquem pelos mesmos factos *desnaturalizadas* das famílias, a que pertencerem, e inhabeis para delas herdarem ou haverem alimentos”. (disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4pa1050.htm>. Acessado em 11 de julho de 2012). As Ordenações Filipinas previam para este crime a pena do degredo para a África “até nossa mercê” para o raptor, bem como o “morrer por isso” que significava “Tornar-se infame pelo delito cometido, perder os bens e qualquer grau social, como o de nobre, por exemplo; alguns estudiosos afirmam que essa modalidade poderia ainda ser equivalente ao degredo ou a uma espécie de morte ‘civil’.” (LARA, Sílvia Hunold (org.) **Ordenações Filipinas**. *Op.cit.* p. 22). Mas as Ordenações não estabeleciam uma punição para as filhas como o fez a Lei de 1775.

meio de violência, ou ameaças, com qualquer mulher honesta” - prevê a pena de prisão de três a doze anos, além do dote à ofendida. Porém, “Se a violentada for prostituta” a pena é reduzida para prisão de um mês a dois anos, sem o dote.

Caufield argumenta que

Na prática, os juristas não podiam estabelecer distinções objetivas entre crime e imoralidade ou preservar a igualdade de sujeitos jurídicos no direito criminal, dado que as normas sociais e a legislação civil diferenciavam os direitos dos indivíduos com base nas relações de gênero e na condição social por meio das instituições da família e da escravidão.¹⁴⁸

Distinguir na lei penas maiores para quem violentasse ‘mulheres honestas’ refletia a sociedade que discriminava as mulheres. As honestas eram aquelas obedientes aos homens e a um padrão de comportamento ditado por eles. Desonestas eram as que ousavam viver fora desse padrão, mas também aquelas que violentadas ou enganadas por eles passavam a ser estigmatizadas como prostitutas. Lage e Nader afirmam que “‘desonestada’ era um dos termos usados para identificar a mulher que perdera a virgindade fora do matrimônio e que, portanto, não merecia o respeito social”.¹⁴⁹ Nos processos por crimes sexuais de Castro não foi encontrado este termo ‘desonestada’, mas outros como ‘mulher pública’ ou mulher ‘que não era de bem’.¹⁵⁰

É claro que alterações significativas foram feitas no Código de 1830, como a supressão do direito dos maridos traídos de matarem suas esposas e seus amantes, o que era permitido pelas *Ordenações*, mas as questões morais de honra se mantêm agora não baseadas em fundamentos religiosos, mas como “expressão de virtude pessoal”.¹⁵¹ Assim, os homens que matassem suas esposas poderiam utilizar o adultério das esposas como circunstância atenuante já que estariam agindo impulsivamente em defesa de sua honra. A discriminação em relação às mulheres é mais uma vez latente fazendo com que a moral social justifique a violência contra elas até mesmo perante a lei.

A permanência do sentido e da importância da honra na legislação brasileira pode ser percebida no próprio título para os delitos de ordem sexual do Código Penal de 1890¹⁵²: ‘crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias’. A moral sexual ainda define as posturas de mulheres honestas. Não há no código a expressão ‘homens honestos’, mas

¹⁴⁸ CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 58.

¹⁴⁹ LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. *Op. cit.* p. 289.

¹⁵⁰ Somente em 25 de novembro de 2003, nas comemorações do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher é que foi extinto o termo “mulher honesta” da legislação brasileira. (*Idem*, p. 289).

¹⁵¹ CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra** *Op. cit.* p. 58.

¹⁵² **DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890**. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

‘mulher honesta’ é o termo utilizado para diferenciar as mulheres virgens, casadas ou viúvas das prostitutas. O código de 1830 trazia o título ‘Crimes contra a segurança da honra’, o de 1890 amplia para ‘segurança da honra e honestidade das famílias’ deixando clara a noção de que são as famílias em sua integridade que devem ser protegidas. As pessoas que estão fora dessa convenção social, como as prostitutas ou mulheres que não vivem sobre a proteção de um pai ou marido, mas romperam com os padrões e vivenciam uma liberdade sexual, são protegidas também, já que os códigos de leis são elaborados supostamente visando ‘equidade e justiça’, porém seus agressores merecem penas menores, já que foram elas em primeiro lugar que transgrediram uma ordem social.

Nas considerações de Fausto¹⁵³ sobre o Código Penal de 1890 ele comenta:

Atendo-me ao Código Penal de 1890 em sua redação original, o artigo 266 definia como delito ‘atentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral’. O texto abrangia todo tipo de relação sexual não consentida, com exceção das ‘relações normais’, ou seja, o coito vaginal, objeto específico dos crimes de defloramento e estupro. O alvo principal da proteção legislativa era, entretanto, a ‘honra’, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) – ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não – e de defloramento (artigo 267), consistente em ‘deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude’. Mas não se trata precipuamente de proteger a ‘honra’ como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família. Desvenda-se desse modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – o casamento e a família.¹⁵⁴

Mesmo sofrendo alterações, tanto as relações familiares quanto o discurso sobre a honra não perdem sua relevância social. Sobre o crime de estupro, Fausto¹⁵⁵ lembra que o Código Penal de 1890, assim como já mencionado em relação ao de 1830, confere punições distintas para os agressores de “mulher honesta” e para os agressores de prostitutas. A honestidade das mulheres ainda aparece relacionada com sua conduta sexual.

Monteiro, ao estudar o milenarismo na região do Contestado, focando, portanto em regiões interioranas do Sul do Brasil, salienta que “o mundo do sertão do Contestado é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra”¹⁵⁶. Em relação à honra, o

¹⁵³ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. *Op. cit.*

¹⁵⁴ *Idem*. p. 195-196.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 37.

autor destaca que agressores e vítimas eram entendidos como instrumentos do destino. A defesa da honra podia levar alguns à morte e outros ao banditismo como modo normal de vida. Isso é interessante para reflexão, pois se

no sertão, o crime por excelência era o furto, como ação sorrateira e, particularmente, o furto de gado. O bandido solitário, que iniciava sua carreira a partir de um homicídio de honra e podia tornar-se um matador profissional, não sofria condenação moral – era vítima do destino.¹⁵⁷

É possível refletir que proteger a honra como sua virtude pessoal era importante aos homens e por isso o uso de violência para tal feito era legitimado e não tornava os homens desonestos. A desonestidade dos homens era configurada no furto. Já as mulheres desonestas eram aquelas que faziam uso de seus corpos, de sua sexualidade, de forma não prescrita pelas convenções sociais. Seus corpos não lhes pertenciam, sua sexualidade era objeto do prazer dos homens e não delas. Nessa perspectiva, as mulheres que vivenciavam sua sexualidade, prostitutas ou não, sofriam a mesma condenação moral de um ladrão, pois faziam uso de algo que não lhes pertencia.

Para o crime de defloração a pena estipulada no Código de 1890 era de prisão em regime fechado pelo período de um a quatro anos e para o crime de estupro de “mulher virgem ou não, mas honesta”¹⁵⁸ a pena poderia ser estendida até seis anos. O § 1.º define porém que “Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena - de prisão cellualar por seis mezes a dous annos.”¹⁵⁹ A pena para o estupro de prostitutas era menor do que para o defloração, que era consentido pela jovem mulher que poderia ter sido enganada com promessas de casamento ou poderia apenas afirmar isso visando parecer inocente aos olhos de um pai ou tutor que tivesse descoberto suas ações desviantes. Cabe ressaltar que eram chamadas de “mulheres públicas” aquelas que não eram mais virgens e não haviam se casado, não atuando necessariamente como prostitutas.

A legislação permanece diferenciando as pessoas pautando-se em relações de gênero. O artigo 39 do Código de 1890 que trata das circunstâncias agravantes deixa isso claro no § 5.º que considera um agravante “Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a ofensa”¹⁶⁰. Superioridade em força ou armas tem sua coerência, porém o que poderia significar a

¹⁵⁷ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. *Op. cit.*, p. 37.

¹⁵⁸ Eram consideradas honestas as mulheres não virgens que fossem casadas e fiéis ou viúvas e castas. Ver CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op. cit.*; ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. *Op. cit.*

¹⁵⁹ DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Promulga o código penal.

¹⁶⁰ *Idem*.

superioridade em sexo? As mulheres eram consideradas sempre frágeis para se defenderem e por isso constituíam o sexo inferior. Pelo Código Civil de 1916 as mulheres casadas eram consideradas pela lei relativamente incapazes, da mesma forma que os silvícolas. Incapazes seriam os menores de 16 anos, os loucos e os surdos mudos.¹⁶¹

O abrandamento das punições no novo código e um certo avanço nas relações de gênero são perceptíveis para a punição do adultério, por exemplo. Ainda que a lei comece citando a “mulher casada que cometer adulterio” instituindo a pena de prisão em regime fechado de um a três anos, o § 1.º declara que a punição será a mesma para o marido que tiver “concubina teuda e manteuda”, para a concubina e para o co-réu adúltero.¹⁶² O código define também que “O perdão de qualquer dos conjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os efeitos da accusação e condenação.”. Nas *Ordenações Filipinas* o perdão podia ser conferido pelo marido, mas se ficasse provado que algum homem sabia do adultério da esposa e não a denunciou à justiça, os dois, marido e mulher, seriam açoitados portando uma grinalda de cornos.¹⁶³ Entende-se que a punição aqui ganha um caráter disciplinador e exemplar para que as regras de conduta socialmente impostas não fossem transgredidas facilmente. Esta punição imposta ao marido que perdoad a esposa pelo adultério e que origina a expressão popular “corno” para o indivíduo traído, deixa claro que seu dever era o de matar a esposa para defender sua honra e manter a ordem social.

Caulfield¹⁶⁴ argumenta que mesmo com as alterações nos códigos penais de 1830 e 1890 que passaram a negar ao homem o “direito tradicional de defender a honra da família por meio do assassinato da mulher adúltera” ainda era comum que estes fossem inocentados em seus julgamentos como resquícios da “sobrevivência das tradições patriarcais segundo as quais a honra masculina era determinada pela fidelidade sexual da mulher e de que a justiça criminal ainda permitia ao homem defender sua honra com violência”. A justificativa para inocentar estes homens era, na maioria dos casos, o argumento de total privação dos sentidos.

Em 1915¹⁶⁵, uma lei modificou os artigos 266, 277 e 278 do Código Penal de 1890, respectivamente: atentar contra o pudor, induzir alguém à prostituição e manter casas de prostituição. A pena para o atentado ao pudor foi diminuída de seis para três anos em caso de condenação máxima, porém foi acrescentado o “§ 1º Exercitar, favorecer ou facilitar a

¹⁶¹ **LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brazil.

¹⁶² O código de 1830 já previa punições ao homem adúltero. A pena era de prisão com trabalho por um a três anos, tanto para a mulher como para o homem casado que cometesse adultério. O código de 1890 determina apenas a prisão celular pelo mesmo período.

¹⁶³ Capítulo 25 do Livro V das Ordenações Filipinas: Do que dorme com mulher casada. (LARA, Silvia Hunold (org.) **Ordenações Filipinas.** *Op.cit.* p. 121).

¹⁶⁴ CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra.** *Op. cit.* p. 83.

¹⁶⁵ **LEI Nº 2.092 DE 25 DE SETEMBRO DE 1915.** Modifica aos arts. 266, 277 e 278 do Código Penal.

corrupção de pessoa de um ou de outro sexo, menor de 24 annos, induzindo-a à prática de actos deshonestos viciando a sua inocência ou pervertendo-lhe de qualquer modo o seu senso moral”. Para tal ato a pena seria de seis meses a dois anos de prisão.

A expressão ‘atos desonestos’ relacionada à satisfação de desejos sexuais é reforçada bem como a preocupação com o encaminhamento de pessoas para tais atos. No artigo 277 foi incluído a partir desta lei de 1915 o seguinte: “Induzir alguém, por meio de enganos, violencia, ameaça, abuso do poder, ou qualquer outro meio de coação, a satisfazer os desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem”. Seria abuso de poder, de acordo com a lei, se pais, tutores e pessoas encarregadas da educação de menores conduzissem seus filhos, tutelados ou educandos às práticas sexuais e também se os maridos conduzissem suas esposas. Nestes casos as queixas deveriam ser feitas pelas esposas, somente por elas e rapidamente, já que o crime prescreveria em três meses. A pena para o marido que assim procedesse seria a “perda do poder marital”.

Legalmente os homens tinham poder sobre suas esposas e ainda que a lei apresentasse uma possibilidade de perda de tal poder em caso de abuso, o prazo para queixa era tão pequeno que parece ter sido imposto justamente para que ela não fosse concretizada. Se na atualidade ainda há o medo das esposas de denunciarem seus maridos ou companheiros por maus tratos, mesmo sendo protegidas pela Lei Maria da Penha¹⁶⁶, fazendo com que somente após muito tempo de abuso, quando este se torna insuportável, elas tenham coragem de denunciar, é possível considerar, por conta da submissão feminina tão arraigada na sociedade do início do século XX que esse medo fosse muito maior e, portanto, a proteção da lei não passava de palavras, não se configurando em ações.

O artigo 278 do Código Penal de 1890 definia que “induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constrangendo-as por intimidações ou ameaças” a empregarem-se na prostituição prestando assistência, dando-lhes habitação e lucrando com isso era crime punível com prisão e multa. A lei de 1915 é muito mais detalhista em relação a este crime e amplia a pena máxima de dois para três anos elevando também o valor da multa.

Na lei de 1915 o artigo 278 inicia com a seguinte expressão: “Manter ou explorar casas de tolerância”. Aqui mais uma vez a lei expressa os costumes morais da sociedade que pretende regular. Se a casa de prostituição é chamada de ‘casa de tolerância’ é porque a sociedade tolerava a busca dos homens por satisfação sexual com mulheres que não fossem suas esposas, noivas, namoradas, já que estas precisavam seguir os padrões de conduta sexual

¹⁶⁶ **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

que as manteriam honestas. A contradição está em condenar a existência de tais casas e discriminar as prostitutas. Mas a lei não podia ser tão manifestadamente condescendente com os desvios e ficava numa difícil situação: precisava manter a ordem punindo as mulheres desonestas e ao mesmo tempo deixar brechas para que as punições dos homens fossem atenuadas ou inexistentes, já que para eles era socialmente aceito certo desregramento sexual.

O artigo propõe a punição também para o aliciamento de menores para a prostituição, e o interessante aqui é o destaque para “mulher menor, virgem ou não”. Pela primeira vez aparece na lei a mulher não virgem como alvo de proteção sem a distinção nas penas. O artigo prevê a mesma punição para o aliciamento da “mulher maior, virgem ou não” por meio de ameaças, enganos ou abuso de poder, destacando “ainda mesmo por causa de dívidas contrahidas”. Se uma lei é reformulada para acrescentar um item que prevê punição para quem obriga mulheres a se prostituírem para o pagamento de dívidas significa que tal ação era recorrente na sociedade. As mulheres eram socialmente diminuídas em relação aos homens e as mulheres pobres ainda mais. Se as primeiras contavam com a proteção da família que desejava manter sua honestidade, ainda que isso significasse privação de liberdade, não podendo sair sozinhas, vivenciar sua sexualidade, frequentar determinados lugares, para as segundas a situação era pior. Se o valor das mulheres era calculado pela honestidade corporificada na sexualidade reprimida, das mulheres pobres, endividadas, até este valor podia lhes ser tirado. A lei estipulou uma pena para os homens que agissem de tal modo, a questão era se as mulheres pobres conseguiriam provar que se prostituíram coagidas.

Para além do Código Penal, o Código Civil de 1916 proporciona reflexões a respeito da discriminação da mulher na legislação brasileira. Cortês argumenta que este código “esbanjou em discriminações, tratando-a como um ser inferior, ‘relativamente incapaz’, necessitada da proteção, orientação e aprovação masculina”¹⁶⁷. A autora faz tal afirmação ao analisar trechos do código que segundo ela, “hoje parecem piada sem graça, machista e preconceituosa”, como, por exemplo, a necessidade de assumir o sobrenome do marido com o casamento o que conferia a ele o título de “chefe da sociedade conjugal”¹⁶⁸ sendo o único que poderia administrar os bens ou fixar e alterar o domicílio da família.

O Código Civil de 1916 dispõe sobre as possibilidades de anulação do casamento e entre elas está, no artigo 219, o “erro essencial sobre a pessoa do cônjuge” e como ‘erro’ está disposto o defloramento da mulher ignorado pelo marido. O código previa que a mulher

¹⁶⁷ CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres**. *Op. cit.* p. 265.

¹⁶⁸ Artigo 233 da **LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brazil.

agravada em sua honra tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quiser reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente à condição de estado da ofendida: I. Se, virgem e menor, for deflorada. II. Se, mulher honesta for violentada, ou aterrada por ameaças. III. Se for seduzida com promessas de casamento. IV. Se for raptada.¹⁶⁹

A questão que se impõe é que se por um lado a busca por indenização diante da justiça podia significar a reparação de um mal, a defesa da honra perdida, por outro, colocava as mulheres em uma situação vexatória. Pitt-Rivers destaca que “recorrer à lei para obter uma reparação é confessar publicamente ter sido vítima de uma malevolência e esta demonstração de vulnerabilidade põe a honra em risco [...] dá ao ofensor mais oportunidades de humilhar o ofendido”¹⁷⁰.

As mulheres que recorriam à justiça eram publicamente humilhadas, e exemplos disso serão apresentados no próximo subtítulo, e corriam o risco de não conseguir mais um bom casamento, considerado na época uma via de dignidade para as mulheres. Ainda que isso pareça muito contraditório, já que as mulheres casadas eram consideradas “relativamente incapazes” pelo código e para exercer uma profissão precisavam da autorização dos maridos bem como para vender bens, aceitar ou rejeitar uma herança e entrar com ações na justiça. Os pais tinham o privilégio também de decidir sobre os atos dos filhos de menor idade, as mães somente teriam esse direito no caso de morte ou ausência do marido.¹⁷¹

O Código Penal de 1940 é que trouxe mudanças mais substanciais. Para Caulfield¹⁷²:

Algumas das mais controvertidas e dramáticas mudanças no Código de 1940 envolviam a honra, os crimes sexuais e os crimes contra a família. Em parte, essas mudanças respondiam às demandas feministas pela igualdade de direitos e às amplas críticas feitas pelos profissionais liberais aos aspectos arcaicos das tradições patriarcais no Brasil. Na tentativa de assegurar a punição dos assassinos de esposa, o código estipulou que ‘a emoção ou a paixão’ não excluem a responsabilidade penal, mas ainda podiam ser atenuantes. Mais importante, a honra da família desapareceu do texto do código. Os crimes classificados como ‘crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias’ no código de 1890 foram separados em duas seções. Os ‘crimes contra a família’ incluíam bigamia, abandono ou maus-tratos de crianças, fraude conjugal e adultério – este último com penas iguais para ambos os sexos (seis meses a um ano de prisão). Os crimes sexuais – estupro, atentado ao pudor, sedução, corrupção de menores e rapto – foram definidos como ‘crimes contra os costumes’, e a maioridade passou de 21 para 18 anos.

¹⁶⁹ **LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

¹⁷⁰ PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. *Op. cit.* p. 15.

¹⁷¹ Cortês salienta que ao longo dos anos o código civil de 1916 foi sendo alterado, mas mudanças significativas ocorreram apenas em 1962 com o Estatuto da Mulher Casada que suprimiu o artigo que as definia como ‘relativamente incapazes’, por exemplo. (CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. *Op. cit.* p. 267).

¹⁷² CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra.** *Op. cit.* p. 340.

Na legislação brasileira, a honra familiar pautada na honestidade (sexualidade controlada) das mulheres e o direito dos homens de defender esta honra através de ações violentas permanece por um longo período. As mudanças nos códigos de leis aparecem gradativamente acompanhando as transformações da sociedade que não são rápidas ou radicais. Permanências nos costumes, nas tradições, são sempre perceptíveis. Fausto¹⁷³ destaca que Nelson Hungria e Romão Cortes de Lacerda ao comentarem, em 1959, o Código Penal de 1940, sustentam que a relação sexual é um dever dos cônjuges e se necessário é permitido aos homens exercê-lo à força. Demonstrando assim a permanência de um discurso no qual o controle da sexualidade das mulheres pertencia ao poder marital.

2.2 JURISTAS, ADVOGADOS, PROMOTES: INTERPRETAÇÕES DA LEI

O discurso jurídico do final do século XIX reflete uma preocupação extremada com a moral sexual. O jurista Viveiros de Castro publicou em 1897 *Os delictos contra a honra da mulher*, refletindo sobre os crimes sexuais dispostos no *Código Penal* de 1890. Na obra a importância da virgindade para as mulheres é exaltada e a relação sexual comparada a um ultraje às mesmas¹⁷⁴. Ao esclarecer que um dos elementos constitutivos do crime de defloração era a cópula carnal com uma mulher virgem, daí o termo “deflorar, desfolhar, arrancar a flor”, ele argumenta que virgem “é a mulher que não está poluída pela cópula¹⁷⁵”. Ultrajadas e poluídas eram as mulheres não virgens, não apenas aquelas que tivessem sido violentadas. Qualquer relação sexual dentro ou fora do casamento, forçada ou não, deveria ser entendida como ruim pelas mulheres que só poderiam consentir com tal prática visando cumprir com suas obrigações de esposas e gerar filhos.

Para o jurista, as mulheres que não fossem mais virgens poderiam ser consideradas honestas se continuassem “a viver em companhia de suas famílias de um modo recatado e sério.”¹⁷⁶ Porém aquelas que decidissem dispor de seus corpos para satisfazer os seus desejos não deveriam ser objeto de muita preocupação da justiça, assim como aquelas que solicitassem o “suplemento de idade” que lhes dava direito de libertarem-se do estado de tutela, podendo comparecer em juízo e reger seus bens. Essa possibilidade existia para jovens

¹⁷³ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. *Op. cit.* p. 196.

¹⁷⁴ Ao discorrer sobre a caracterização do crime de defloração que tem a necessidade da cópula, o que o difere do crime de atentado ao pudor, o jurista declara que “a mulher póde sofrer os últimos ultrajes com a conservação do hymen”. (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 42).

¹⁷⁵ *Idem.* p. 43.

¹⁷⁶ *Idem.* p. 44.

mulheres órfãs, por exemplo. “Ora, guardar uma virgindade é muito mais fácil do que dirigir uma fortuna, bastam o sentimento do pudor, as idéas moraes correntes.”¹⁷⁷

Com estas palavras Viveiros de Castro demonstra concordar com o pensamento da época de que as mulheres precisavam dos olhares vigilantes da família, dos tutores, como garantia de suas virtudes e também de seus bens. Aquelas que se afastavam desses cuidados não mereciam o mesmo empenho de proteção por parte da justiça. É como se afirmasse que ao abrirem mão da proteção familiar, rompendo com as normas estabelecidas socialmente que estipulavam que apenas os homens poderiam satisfazer desejos sexuais e a eles cabia a tarefa de administrar os bens da família, as mulheres estavam se expondo a um mundo de perigos por conta própria, sendo responsáveis pelo próprio infortúnio.

Desta forma, as punições mais brandas para crimes sexuais sofridos por prostitutas ou ‘mulheres públicas’ eram justificadas, assim como todo rigor para analisar os mínimos detalhes dos processos judiciais no intento de verificar se as mulheres que recorriam à justiça eram merecedoras ou não da proteção legal. Retoma-se aqui a argumentação de Fausto¹⁷⁸ de que a justiça se deparava com o problema de ao mesmo tempo, querer punir as transgressões que manchassem a honra da família materializada na conduta sexual das mulheres e ser condescendente com a impulsividade sexual dos homens. Eles precisavam das prostitutas para satisfazerem seus desejos e não ofenderem a moralidade de suas mulheres que mesmo após o casamento deveriam manter certo pudor nas relações sexuais.¹⁷⁹

Esse dilema se refletia numa série de minúcias que eram levadas em conta na hora do julgamento. Em relação ao crime de defloração, “Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”¹⁸⁰, era necessário o exame de corpo de delito, a comprovação documental da menoridade da vítima e posteriormente, para verificar a existência ou não da sedução, engano ou fraude, o relato da vítima deveria apresentar alguns elementos importantes. Em seu testemunho a jovem precisava deixar claro que se deixou influenciar por promessas de casamento de um rapaz com quem namorava oficialmente e, portanto, dele poderia esperar tais promessas, agindo não impulsivamente para satisfazer seus próprios desejos, mas apenas adiantando um direito a seu futuro marido. Esse relato evidentemente deveria ser comprovado por testemunhas que confirmassem que a vítima era uma mulher honesta.

¹⁷⁷ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 45-46.

¹⁷⁸ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. *Op. cit.* p. 197.

¹⁷⁹ Ver PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**. *Op. cit.*; CAUFIELD, Suean. **Em defesa da honra**. *Op.cit.*

¹⁸⁰ **DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890**. Promulga o código penal.

Os relatos das jovens que aparecem como vítimas nos casos estudados serão discutidos mais detalhadamente no capítulo três. Aqui serão analisados outros elementos constitutivos do crime, como a menoridade que precisava ser certificada e a virgindade que deveria ser verificada pelo corpo de delito.

O código de 1830 definia a idade máxima de dezessete anos para as vítimas que seriam defendidas em caso de defloração. As *Ordenações Filipinas* estipulavam a idade de vinte e cinco anos, mas salientavam que a mulher precisava ainda viver em companhia do pai ou tutor. A questão da idade foi novamente alterada pelo código de 1890, e Esteves argumenta que:

Sobre a questão da idade, o Código de 1890 trazia mais uma evidência de que os processos abertos em defesa da honra das famílias permitiam uma intervenção mais ampla. Pelo Código de 1830 a idade máxima para se configurar um crime de sedução era de 17 anos. O primeiro código republicano ampliou a idade para 21 anos. Essa ampliação, juntamente com a presunção de violência (estupro) em qualquer crime sexual em que a ofendida tivesse menos de 16 anos, permitiu atingir (controlar) um maior número de mulheres. Estendeu o prazo legal de tutela sobre a mulher e garantiu a punição em um maior número de casos.¹⁸¹

Anexar o registro de batismo das jovens defloradas junto aos autos do processo era uma forma de comprovar a menoridade e definir o tipo de crime: defloração ou estupro presumido. Florentina foi batizada no dia 15 de outubro de 1876, conforme registro de batismo anexado aos autos pelo promotor público que apresentou a queixa em dezembro de 1890¹⁸², tinha, portanto, mais de 14 anos. Todas as testemunhas foram questionadas a respeito da idade da jovem para confirmar se de fato ela era menor de idade e tinha menos de 16 anos, em uma possível dúvida em relação ao documento apresentado.

Viveiros de Castro discorda de tal prática e argumenta que “as tres grandes épocas da existência humana, fonte e origem dos mais importantes direitos” eram o nascimento, o casamento e o óbito, portanto, “não podem ficar à mercê da prova testemunhal, somente são provadas pelos assentos do registro civil ou eclesiástico, segundo a legislação de cada

¹⁸¹ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.* p. 94.

¹⁸² Processo por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR. Vale ressaltar que o promotor apresentou a queixa do caso de Florentina pelo artigo 219 do Código Criminal de 1830, “Deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos”, assim era definido o crime de estupro, cuja pena seria o desterro por três anos para fora da comarca onde residia a vítima que deveria ainda receber um dote do acusado, caso se comprovasse a culpa. Somente o casamento o livraria das penas. A denúncia data de 18 de dezembro de 1890 e o novo código data de 11 de outubro de 1890, ou seja, já estava em vigor e o crime seria o estupro por Florentina ser menor de 16 anos, artigo 268, porém, a lei é válida ao tempo da ação, ou seja, a pessoa é punida pela lei vigente à época do crime e só deixa de ser punida por aquela lei anterior se a nova vem para beneficiar o réu, e o suposto crime teria ocorrido em setembro de 1890.

paiz”.¹⁸³ Assim, Maria Florentina, Maria do Livramento e Pedrina¹⁸⁴ tiveram seus inquéritos arquivados por não apresentarem certidão de idade.

Não tendo sido possível até hoje obter-se um documento que prove ser a offendida de menor idade e firmado na declaração paterna a folhas 19, que diz deixar de fazer uma justificação que prove a menoridade de sua filha, por absoluta falta de prova, esta promotória requer o archivamento destes autos na forma da lei.¹⁸⁵

Antonia¹⁸⁶, que teve sua idade de dezesseis anos incompletos comprovada pela certidão de batismo anexada aos autos, relatou que “no fim do ano passado indo ella offendida lavar milho em um riacho que existe no lugar de sua residência, ali encontrou Agostinho que já estava esperando, seduzindo-lhe com promessas de casamento [...] e levada por esta promessa, ela ofendida finalmente cedeu aos seus desejos”. Como a relação sexual foi consentida pela jovem e não aconteceu por meio violento, o crime seria defloramento, mas como ela tinha menos de dezesseis anos, Agostinho foi acusado de estupro, pelo artigo 268 “Estupro de mulher virgem ou não, mas honesta”, com a circunstância agravante “§ 6.º Ter o delinquente procedido com fraude, ou com abuso de confiança”.

A idade das ofendidas definiria o tipo de crime¹⁸⁷, Maria Augusta, por exemplo, teve seu caso julgado improcedente porque já tinha 21 anos, não constituindo, portanto o crime e a existência do crime precisava ser confirmada pelo exame de corpo de delito. Retornando à história de Florentina, no primeiro corpo de delito, os peritos, um deles empregado do comércio e outro empregado público, constataram que houve o defloramento e que houve violência no ato. O auto de corpo de delito foi julgado procedente, mas posteriormente foi solicitado outro exame na jovem com a alegação de incoerência nas respostas dos peritos e o pedido de que desta vez se convocassem, se possível, profissionais para proceder o exame. Neste segundo exame os peritos eram um farmacêutico e um fazendeiro, que constataram que houve o defloramento, mas quanto ao emprego de violência para tal ato “por falta de vestígios não podem responder”. Como o exame “até indicou por parte da offendida o habito da cópula”, palavras do juiz Philadelpho de Moraes Lima, a denúncia foi julgada improcedente.¹⁸⁸

¹⁸³ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 56.

¹⁸⁴ Processos por crime de defloramento. Maria Florentina. Caixa: Ano 1893; Maria do Livramento. Caixa: ano 1900 e Pedrina Carneiro Saldanha. Caixa: ano 1903. CCEE. Castro/PR.

¹⁸⁵ Processo por crime de defloramento. Pedrina Carneiro Saldanha. Caixa: Ano 1903. CCEE. Castro/PR.

¹⁸⁶ Processo por crime de estupro. Antonia Machado da Conceição. Caixa: Ano 1898. CCEE. Castro/PR.

¹⁸⁷ Processos por crime de defloramento. Maria Augusta da Silva. Caixa: Ano 1913.

¹⁸⁸ Processo por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

Viveiros de Castro discorre sobre a necessidade do corpo de delito para reconhecer a existência do que ele chama de fato material, o defloramento, mas alerta que “Para resolver uma questão dessa ordem é preciso ter estudos especiaes, conhecimentos technicos”¹⁸⁹. Que tipo de conhecimento técnico médico-legal teria um empregado do comércio ou um fazendeiro? A falta de profissionais fazia com que muitos exames de corpo de delito fossem realizados por cidadãos comuns. No processo de Zeferina de Tal de 1892, os peritos eram um negociante e um professor particular; no caso de Maria Florentina, de 1893, só consta que não eram profissionais.¹⁹⁰ A partir de 1900 são os farmacêuticos os mais frequentemente convocados como peritos nos processos analisados.

A queixa de Florentina não apenas foi julgada improcedente pelo resultado do segundo exame de corpo de delito, desfavorável a ela, como o juiz ainda acrescentou que “a queixa não tem lugar pela promotoria pública por faltar a miserabilidade exigida”¹⁹¹. Isto revela que comprovar a materialidade do crime pelo exame e certificar a menoridade da vítima nem sempre era o suficiente para que a mesma fosse defendida.

Esteves¹⁹², ao refletir sobre questão semelhante, declara que se fosse considerada uma ação pública o período de prescrição seria ampliado e não haveria direito de perdão ou de desistência. De acordo com o artigo 274 do Código Penal de 1890, uma ação pública teria lugar se a ofendida fosse miserável ou asilada de algum estabelecimento de caridade, se da violência carnal resultasse morte, perigo de vida ou alteração grave de saúde da ofendida ou se o crime fosse perpetrado com abuso do pátrio poder ou da autoridade do tutor, curador ou preceptor. Mas se fosse provada a não miserabilidade, a denúncia, provavelmente, seria julgada improcedente ou a jovem perderia o apoio do promotor e teria que seguir com o processo por conta própria.

Se o pai da jovem vítima de um crime sexual apresentasse então o atestado de miserabilidade, a Justiça podia intervir para proteger a família pobre que foi ofendida em sua honra.

Pelas leis do Império, segundo Viveiros e Crysólito de Gusmão, a situação de miserabilidade estava bem limitada. Só atendia aos que não tivessem nenhum trabalho. Foi o novo código penal e, posteriormente, o Decreto nº 2.456 de 1897,

¹⁸⁹ O jurista ressalta que “para ser perito não basta ser medico; ainda mesmo de grande clinica, de grande talento; é necessário ser especialista, ter conhecimento desse ramo e grande prática”. (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 73)

¹⁹⁰ Processos por crime de defloramento. Zeferina de Tal. Caixa: Ano 1892 e Processo por crime de estupro. Maria Florentina. Caixa: Ano 1893. CCEE. Castro/PR.

¹⁹¹ Processos por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

¹⁹² ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.*

pertencente ao Distrito Federal, que garantiram o fim das possíveis injustiças passadas ou o início de um controle mais sistemático da Justiça sobre as relações de amor. Considerou-se pobre (miserável juridicamente), para se obter a assistência judiciária, "toda pessoa que tendo direito a fazer valer em juízo estiver impossibilitada de pagar ou adiantar as custas e despesas do processo sem privar-se de recursos pecuniários indispensáveis para as necessidades ordinárias da própria manutenção ou da família"¹⁹³

Leandrina tinha 13 anos quando precisou hospedar-se com sua mãe na casa de uma conhecida que era uma senhora já de idade avançada. Ela relatou que para ajudar esta senhora foi lavar roupas “no rio que fica no matto e distante da casa, que quando ella estava lavando roupas, apparecera no lugar um homem da cor de bugre e muito sujo e agarrou-a forçosamente e deflorou-a, que não conhece esse homem porque julga que seja um desertor”.¹⁹⁴ O corpo de delito confirmou que houve a cópula carnal porém como a miserabilidade da ofendida não foi reconhecida os autos foram arquivados.

Para o crime de estupro disposto no artigo 268 do Código Penal de 1890 “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta”, Viveiros de Castro ressalta que “é indispensável que fique perfeitamente constatada, que a resistência da mulher tenha sido real e não simulada”¹⁹⁵. Os vestígios da violência seriam procurados pelos peritos no exame de corpo de delito, mas para além deles a mulher devia deixar claro que resistiu em todo momento, para não ser acusada de consentimento. Se os gritos da vítima pedindo socorro fossem ouvidos por testemunhas ela teria mais chances de ser defendida. E ainda devia existir uma desigualdade evidente de forças entre réu e vítima, porque Viveiros de Castro argumenta que médicos legistas levantavam dúvidas sobre a possibilidade de um só homem subjugar uma mulher que estaria lutando contra a consumação do ato sexual.¹⁹⁶

Geralmente deve-se oppôr a maior circumspecção e as maiores reservas às asserções de certas mulheres adultas e capazes de resistir, que pretendem terem sido violadas, porque a experiência nos ensina que é pura invenção a maior parte destes casos. O perito em cada exame que proceder deve procurar os vestígios da violência e é claro que os encontrará tanto mais pronunciados quanto mais longa e enérgica tiver sido a resistência.¹⁹⁷

Somente a fraqueza física poderia fazer uma mulher ceder pela impossibilidade de resistir por mais tempo a um homem muito mais forte fisicamente e os juristas alertavam para que todos ficassem muito atentos, pois mulheres adultas poderiam mentir, inventar o ato

¹⁹³ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.* p. 90-91.

¹⁹⁴ Processo por crime de estupro. Leandrina Saldanha. Caixa: Ano 1896. CCEE. Castro/PR.

¹⁹⁵ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 89.

¹⁹⁶ *Idem.* p. 91.

¹⁹⁷ *Idem.* p. 93.

violento para parecerem honestas. Teriam mais crédito “as idiotas e dementes de todo gênero, as ébrias, as reclusas, as menores de 16 anos”¹⁹⁸.

Abusar sexualmente de uma mulher portadora de algum tipo de deficiência mental era considerado infame porque sua condição não permitia que ela pudesse consentir ou não com o ato e nem avaliar as consequências de sua falta. Da mesma forma as mulheres embriagadas, ainda que isso fosse socialmente condenável, tinham direito à proteção em caso de violência sexual porque seu estado mental estaria alterado.

Quanto às reclusas em hospitais, asilos ou casas de detenção se afirmava que só conseguiriam resistir aos desejos masculinos se possuíssem uma “extraordinária energia moral”¹⁹⁹, o que era considerado difícil por serem movidas pelo medo das penas disciplinares ou de algum tipo de privação. Já as jovens menores de 16 anos eram consideradas ingênuas, não tendo a devida noção da seriedade do desvio de conduta e isso fazia com que o ato mesmo que consentido não configurasse no crime de defloração e sim de estupro.

A defesa da honra de moças honestas e pobres estava garantida por lei. Na prática, porém, eram tantas as minúcias exigidas para que merecessem essa defesa que a maioria dos casos acabava com resultados desfavoráveis a elas. Não comprovar a idade, não comprovar a miserabilidade, exceder o prazo para a denúncia²⁰⁰, e isso acontecia porque algumas não contavam o fato por vergonha e só buscavam ajuda diante de uma gravidez, falta de provas contra o acusado ou absolvição deste pelo júri, mesmo que tenha sido considerado anteriormente culpado pelas provas apresentadas²⁰¹.

O rigor na comprovação de todos esses elementos materiais era acompanhado ainda pela necessidade de certificação do elemento moral. As jovens defloradas, estupradas, raptadas precisavam comprovar sua honestidade, afinal, antes de serem defendidas eram julgadas.

¹⁹⁸ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 102.

¹⁹⁹ *Idem.* p. 105.

²⁰⁰ Art. 275. O direito de queixa privada prescreve, findos seis meses, contados do dia em que o crime for cometido. (**DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890**. Promulga o código penal.)

²⁰¹ “Não basta que o facto resulte de um acto, é preciso ainda que o jury reconheça e proclame este resultado. Theoria do Código Penal, volume 2, § 2807-2808.” “Perante o jury não há outra regrasão o capricho dos jurados. Estes senhores formam sua convicção, não segundo os princípios de direito, mas segundo as inspirações de sua consciência. Toda e qualquer prova pode ser por elles invalidada ou admitida”. (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 48;54).

2.3 O JULGAMENTO DAS VÍTIMAS

Neste processo apesar de intenso labirinto que nelle se nota por parte do réu, para que seja escurecida a luz da verdade, ella surge bella diafana e clara como a luz radiante do sol, é porque a justiça é filha da providencia e esta nunca falha!²⁰²

Viveiros de Castro questiona “o que é o processo senão o meio de fazer brilhar a verdade entre as afirmações da acusação e as negativas da defesa?”²⁰³. Mas os processos analisados remetem ao pensamento de Chalhoub²⁰⁴, quando este afirma que o fundamental de cada história não é saber exatamente o que se passou, mas buscar compreender as diferentes versões. Diante de todas as afirmações desconstruídas de peritos, réus, vítimas e testemunhas, a verdade nem sempre aparece assim tão reluzente.

Essa busca por uma verdade não parecia ser mesmo a intenção principal. É evidente que promotores e advogados discursavam em prol daqueles que defendiam e para que esses discursos fossem eficazes, mais do que a verdade dos fatos o que precisava aparecer eram as formas de adequação social, pois o que estava em jogo era a manutenção de uma ordem. Punir um homem que agredisse sexualmente uma mulher podia ser importante, mas deixar claro que esta mulher não poderia frequentar lugares inapropriados ou agir de forma inadequada era essencial.

Verena Stolcke ao apresentar a obra de Mariza Corrêa, *Morte em Família*, afirma que o objetivo dos julgamentos “não é a elucidação dos determinantes contextuais e sociais da quebra das normas. O desdobrar dos processos deixa claro que o que está em questão é a defesa de um sistema de normas visto tanto como universal, quanto como absoluto”.²⁰⁵ Assim, muitas vezes, o que mais importava era a verificação do grau de adequação da conduta dos acusados e das vítimas à moral estabelecida antes mesmo do delito que estava sendo julgado.

As regras de conduta são estabelecidas por um conjunto de valores dominantes que nem sempre se adequam à realidade vivida por algumas parcelas da sociedade. Mesmo assim, diante de uma situação de conflito que chega à justiça, as exigências de cumprimento destas regras se dá de forma igual para todos, visando afirmar a máxima de que todos são iguais perante a lei.

²⁰² Discurso do promotor de justiça no processo em que foi vítima Palmyra e réu Evaristo. (Processo por crime de defloramento. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR).

²⁰³ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 52

²⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. *Op. cit.*

²⁰⁵ CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 12.

As jovens pobres de Castro cujas vidas estão expostas nos processos analisados andavam pelas ruas sozinhas, lavavam roupa no rio, buscavam pinhões ou lenha no mato. Algumas agiam assim por que estes eram os afazeres habituais das jovens da roça que deveriam ajudar seus pais na lida diária e outras cumpriam estas tarefas como trabalho remunerado para ajudar no sustento da família. O fato de ter uma empregada que saía à rua para as compras na feira ou outros serviços e ia ao rio lavar a roupa ou buscar água permitia que jovens mais ricas seguissem as normas morais estabelecidas e ficassem mais reclusas nas casas, recatadas, aparecendo em público somente na companhia de um responsável. Diante de um processo, porém, das empregadas e das mulheres pobres seria cobrada a mesma conduta recatada de suas patroas.

Esteves²⁰⁶ discorre sobre esses referenciais definidos por ela como distorcidos que buscavam pautar a conduta das jovens:

Como provar na justiça sua honestidade, se eram julgadas e condenadas pelos padrões da mulher da elite? É justamente dessa forma que a Justiça exercia um papel educativo frente às camadas populares. Por trás da simples punição de estupradores e defloradores existia uma nítida estratégia de difusão de um modelo familiar.²⁰⁷

Modelo que as ‘meninas perdidas’ dos processos analisados por Esteves não tinham como seguir em sua busca pela sobrevivência, vivendo em casas de cômodos e trabalhando em fábricas ou como empregadas domésticas. As jovens pobres de Castro, órfãs, lavradoras, lavadeiras, empregadas domésticas, também não. Maria Florentina estava socando farinha, Bertulina foi ao rio buscar água, Antonia foi lavar milho no riacho, Escolástica estava em casa sozinha, pois seus pais estavam na roça, Pedrina trabalhava no quintal, Manoela lavava roupa no rio. Todas as jovens mulheres citadas acima estavam sozinhas por necessidade no momento em que os crimes teriam ocorrido.²⁰⁸

No processo em que José foi acusado do defloramento de Lucia²⁰⁹ consta um discurso de seu defensor visando demonstrar que Lucia não era uma jovem honesta. Ele argumenta que “O zeloso pai acreditou talvez na ingenua confissão de Lucia, que para passar aos olhos de seu pai como mulher honesta, não trepidou de atirar para o denunciado a autoria de sua

²⁰⁶ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.*

²⁰⁷ *Idem*. p.75.

²⁰⁸ Processo por crime de defloramento. Maria Florentina. Caixa: ano 1893; Processo por crime de atentado contra o pudor. Bertulina Maria do Espírito Santo. Caixa: ano 1894; Processo por crime de estupro. Antonia Machado da Conceição. Caixa: ano 1898; Processo por crime de estupro. Escolástica Maria Pedroso. Caixa: ano 1904; Processo por crime de defloramento. Pedrina Carneiro Saldanha. Caixa: ano 1903. Processo por crime de defloramento. Manoela Rosa. Caixa: ano 1902. CCEE. Castro/PR.

²⁰⁹ Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

deshonra” (grifos do documento) e em seguida passa a relatar uma série de atitudes da jovem que comprovariam sua desonestidade.

Mas passemos a narrar minuciosamente a vida de Lucia. Há muitos annos vive ella fora da companhia de seu pai e é creada de servir. Ora isso nada prova em seu desabono, si ella tivesse um bom comportamento; mas tendo o exemplo em caza, onde outra irmã já se prostituio, vivendo quase livre.²¹⁰

O advogado se preocupa em declarar que o fato de Lucia precisar trabalhar para sobreviver era compreendido, mas utiliza isso para comprovar que ela, por residir em seu local de trabalho ficava longe dos olhares do pai que poderia regular sua conduta. E, para além disso, tinha uma irmã que não lhe dava bom exemplo.²¹¹ Ter uma irmã que já havia perdido sua honestidade não sendo mais virgem conferia à Lucia uma propensão à desonestidade.

Tal mentalidade estava arraigada na sociedade brasileira a tal ponto que a literatura regionalista de Monteiro Lobato, reveladora de costumes da cultura interiorana brasileira do início do século XX, dá mostras disso. No conto ‘Mata pau’, publicado em 1918 em ‘Urupês’, Lobato apresenta o jovem Eslebão, que desejava casar-se com Rosa, mas o pai do rapaz o advertiu dizendo que “A mãe de Rosa é falada. Laranjeira azeda não dá laranja lima”.²¹² No conto, o rapaz não dá ouvidos ao conselho e acaba assassinado pelo amante da esposa. A adúltera também tem um final trágico: enganada, louca e pobre.

O desfecho do conto reforça o pensamento da época de que o ‘meio viciado’²¹³ pode levar as jovens facilmente à transgressão, mas salienta que o fim dessas jovens desviantes não poderia ser feliz. Somente o enquadramento às normas sociais poderia conduzir a uma vivência tranquila.

O final da história de Lucia também não foi feliz para ela, já que a ação criminal foi julgada impropriedade. A jovem entrou na história como vítima e acabou tendo que se defender de várias acusações, morar longe dos olhares do pai e ter uma irmã supostamente prostituída eram apenas os primeiros argumentos. O advogado segue declarando:

Quem ignorava que Lucia a mais de anno era mulher perdida? Uma mulher honesta e principalmente donzella frequenta ou é costume frequentar, pelo carnaval, aos

²¹⁰ Processo por crime de defloração. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

²¹¹ Nada mais foi encontrado a respeito desta irmã de Lucia. Se era ou não prostituta, a única referência que existe é esta fala do advogado.

²¹² LOBATO, Monteiro. Urupês. São Paulo: Editora Urupês, 1957.

²¹³ Utilizando aqui novamente a expressão de Esteves (In: **Meninas perdidas**. *Op. cit.*) que se refere às más companhias que podem estimular à transgressão.

bailes das meretrizes com as danças mais escandalosas?... Entretanto assim Lucia procedia. Disse ella que foi o denunciado o autor de sua desonra, na tarde de 28 de fevereiro deste anno, n'um matto, além da ponte onde foi a seu convite, sem violência, apenas com promessa de casamento... Ora se isso fosse verdade era crível que uma donzella em pleno dia, fosse assim, sozinha à um matto tão distante como o é o do outro lado da ponte sem receio para entregar-se ao denunciado? (grifos do documento)²¹⁴

Até que ponto as afirmações do advogado condiziam com a verdade em relação ao comportamento de Lucia não é possível definir com certeza. O que se pode apreender de seu relato é que determinados eventos como bailes de carnaval e determinadas posturas como o passear sozinha com um rapaz em um lugar ermo não eram apropriados às moças honestas. Levantar estas questões durante o julgamento tinha a função de lembrar a todos que o que estava em jogo era o desvio de conduta que se não recriminado poderia abrir precedentes para ações futuras de outras mulheres.

O advogado de José nem se preocupa em seu discurso em construir uma defesa do jovem rapaz no sentido de alegar que este seria um jovem honesto, de bom proceder. Ele foca em todo o momento a suposta má conduta de Lucia, recorrendo até mesmo ao fato de que as testemunhas de acusação eram “moças solteiras” e afirmaram que foi a própria Lucia que lhes relatou o acontecimento. O destaque não é dado ao fato de que as testemunhas só sabiam do crime pelo relato da própria vítima, mas ao fato de serem “moças solteiras”. O que elas faziam ali testemunhando a favor de uma jovem considerada prostituta? Seu testemunho também perdia o valor por andarem na companhia de uma mulher considerada desonesta.

No processo há ainda um requerimento da defesa de José para que se atestasse que Lucia era “tida como gatuna” e foi apresentada uma testemunha do fato para que se analisasse o “procedimento moral de Lucia”. Esta testemunha também afirmou que sabia dos fatos por ouvir dizer, mas suas afirmações não foram desmerecidas pelo advogado. Era a testemunha um homem casado, lavrador, portanto, homem honrado.

Diversos fatores podiam desabonar a concepção moral de uma jovem e tornarem-se alegações dos advogados de defesa do homem. A situação irregular da família, a liberdade excessiva, se ela não era educada num ambiente de recato, se carecia de assistência materna, se vivia em habitação coletiva, se sua irmã não casou virgem ou cometeu aborto, se tinha um irmão alcoólatra ou pais separados.

As filhas de mulheres separadas precisam provar com maior veemência a sua honestidade. O advogado de defesa de Emílio, acusado do rapto de Francelina²¹⁵, ao dirigir-se

²¹⁴ Processo por crime de defloração. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

²¹⁵ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: Ano 1909. CCEE. Castro/PR.

às testemunhas fez questão de perguntar a todas a respeito da separação dos pais da jovem e se a mãe dela vivia ou não honestamente. O teor das perguntas sugere uma concepção negativa em relação às mulheres que não viviam mais com seus maridos, pois estas poderiam ser mais propensas ao desvio de conduta até mesmo pela busca de sobrevivência considerando que a família teria perdido seu principal provedor, o marido.

A falta de rigor na vigilância das filhas por parte dos pais, a liberdade excessiva, é utilizada como argumento da defesa de Domingos acusado do rapto e do defloramento de Eugênia²¹⁶. O advogado do réu afirma: “O fato é: Eugênia Martins é prostituída a mais de anno, sahiu livremente da casa dos pais que pouco se importam com as filhas, as quais se prostituíram todas”. As testemunhas afirmaram que Domingos anunciava publicamente que iria “tirar a moça de qualquer forma somente para jogar na rua”, que era um homem casado e que várias vezes a vizinhança precisou acudir sua esposa para que este não a matasse. Domingos teria abandonado sua mulher e ido viver com outra, tida como prostituta. Essa mulher teria contribuído para convencer a jovem de 14 anos a sair de casa.

A acusação de aliciamento de menor por parte da mulher e a suposta conduta violenta do rapaz não foram suficientes para desviar o foco do argumento da defesa repetido por uma testemunha que “sabe que os pais de Eugenia não zelam muito pela família, tendo acontecido que a filha mais velha sahiu de casa em companhia de um negro”²¹⁷. Este relato não apenas salienta o preconceito em relação às jovens mulheres que não seguiam os padrões de conduta, neste caso a irmã da vítima é apontada como transgressora por ter saído da casa paterna, mas também em relação à cor da pele. A testemunha faz questão de declarar que a irmã de Eugenia saiu em companhia de um ‘negro’. No fim, a ação foi julgada improcedente.

Bertulina também enfrentou o fato de não ter sido educada em um ambiente de recato e vigilância tendo em casa um exemplo ruim: “a offendida criou-se sem zelo algum, caminhando pelas estradas sozinhas, pois que a mãe da dita offendida era mulher pública e não tinha cuidado algum com sua filha”. Seu processo ficou inconcluso.²¹⁸

A postura de mães e irmãs mais velhas influenciava no julgamento das jovens tornando mais difícil uma defesa daquelas que não tinham a figura paterna em casa. Mas como no caso de Eugênia, cujos pais foram acusados de desleixo na vigilância da filha, o pai de Florentina²¹⁹ também foi chamado à responsabilidade. O advogado questionava as

²¹⁶ Processo por crime de rapto e defloramento. Eugenia Martins. Caixa: Ano 1906. Castro/PR

²¹⁷ Processo por crime de rapto e defloramento. Eugenia Martins. Caixa: Ano 1906. Castro/PR

²¹⁸ Processo por crime de atentado contra o pudor. Bertulina Maria do Espírito Santo. Caixa: Ano 1984. Castro/PR.

²¹⁹ Processo por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890. Castro/PR

testemunhas a respeito dele: “se Manoel Borges tem criado esta filha com o devido cuidado que um pai deve ter não deixando-a pousar fora de casa”. O defloramento da jovem teria acontecido em uma noite em que esta foi dormir na casa de uma colega e o advogado quis chamar a atenção para este fato. Sendo ou não de boa índole o acusado, o pai da jovem teria errado ao permitir que a filha ficasse distante de seus cuidados.

Ao questionar: “Agora: tem valor o dito de Lucia? Merece crédito uma mulher considerada prostituta e principalmente a seu favor?”²²⁰ o advogado do réu deixou claro que os padrões morais definiam quem merecia ou não ser defendido pela justiça. José foi apontado por uma das testemunhas como deflorador de outra jovem, de nome Isabel, com a qual residia no período em que se desenrolava o processo de Lucia, segundo o relato de uma testemunha. Ele também frequentava bailes nos quais tocava gaita e foi na saída de um destes bailes que teria se envolvido numa briga sendo por isso denunciado por tentativa de homicídio. Foi um baile em sua casa que Evaristo, acusado do defloramento de Palmyra, utilizou como álibi para alegar inocência.²²¹ Mas frequentar bailes, agir violentamente, ter relações sexuais fora do casamento não eram ações consideradas inapropriadas aos homens, já para as mulheres a lei e os costumes eram rigorosos. O que sugere a condição de desigualdade das mulheres em relação aos homens. Para Pitt-Rivers “é o sentimento de vergonha que garante a honra da mulher, mas ele não contribui em nada para a honra masculina.”²²²

Esteves²²³ salienta que “o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade, e a conduta total do réu, no sentido de se determinar seu grau de periculosidade”. Não se analisava apenas o crime cometido, “mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam”. Nos processos analisados, a boa conduta dos homens era facilmente aceita. Já as jovens pobres dificilmente saíam destes processos sem uma mancha ainda maior em sua honra. Tinham suas vidas vasculhadas e expostas, pois os advogados de defesa do réu buscavam a todo o custo marginalizar seu comportamento para que fossem consideradas indignas de defesa. A lei pautada em um discurso machista acabava

²²⁰ Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. Castro/PR

²²¹ Ver processos: Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. Processo por crime de tentativa de homicídio. Paulo Carneiro. Caixa: Ano 1906. Processo por crime de rapto. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

²²² PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. *Op. cit.* p. 24. O autor segue afirmando que “De acordo com os costumes do sul da Europa tradicional, todo homem jovem e viril é de fato desculpado da responsabilidade das consequências de sua virilidade natural, em si uma qualidade admirável e essencial à sociedade da qual faz parte, não somente para reprodução da população (literalmente falando), mas também para a ordem social e a defesa da comunidade, seja ela família, linhagem, nação, etc.” (*Idem.* p. 26).

²²³ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas.** *Op. cit.* p. 41.

por corroborar com estes advogados deixando brechas para que os resultados dos processos fossem na maioria das vezes favoráveis aos réus e não às vítimas.

2.4 “DYNAMICA DO DIREITO, AO SERVIÇO DA LEI”: O JUIZ JOAQUIM IGNACIO DANTAS RIBEIRO E O RAPTO DE FRANCELINA CORRÊA

O processo em que foi vítima Francelina Corrêa²²⁴ permite uma série de outras considerações. Diferente da grande maioria dos casos, a jovem menina de treze anos foi amplamente defendida não apenas pelo promotor público, cuja função era essa, mas por testemunhas e pelo juiz. É evidente que o advogado de defesa do réu buscou veementemente inverter isso e fazer com que a culpa por seu infortúnio recaísse sobre ela, criando uma imagem de desonestidade dela e das demais mulheres de sua família. Com um rol de testemunhas arroladas posteriormente com o intuito de contradizer os primeiros depoimentos favoráveis a ela e alegar que já era ‘mulher pública’ há muito tempo, apesar da pouca idade. Supostamente deflorada por um subcomissário de polícia, ela teria sofrido abuso sexual por outro homem na mesma noite em que foi raptada. O subcomissário teria tomado as primeiras providências em relação ao caso, mas o comissário de polícia assumiu a investigação logo em seguida, solicitando inclusive um novo exame de corpo de delito. Um processo em que não se optou pelo mais fácil: culpabilizar a vítima. Envolvia a justiça, envolvia a polícia, provar os fatos e responsabilizar os culpados era imprescindível. Afinal, trata-se de uma acusação contra um homem que deveria zelar pela ordem, não transgredi-la.

A mãe de Francelina recorreu à justiça no dia 04 janeiro de 1909 para que providências fossem tomadas em relação ao seu suposto rapto. Ela justificou que foi sozinha buscar ajuda porque além de ser “pessoa miserável”, seu marido estava “ausente a mais de oito meses”. O promotor público que faz a denúncia destaca:

No dia três de janeiro do corrente anno estava em festa a Villa do Piray, à noite havia leilão, baile, espetáculo, movimento e vozerio, alegria por toda parte. Não partilhava porém desse regozijo geral Galdina Lopes de Almeida porque ia e vinha procurando sua filha Francelina, de treze annos de idade, que nessa noite desaparecera de sua casa e não era encontrada em parte alguma. Temendo que tivesse sido raptada, correu à autoridade policial narrando o facto, pedindo seu auxilio. Aleas pobre mãe, que não sabia que estava exercendo o cargo de sub comissário não um homem pponderado e serio que a pudesse ouvir e socorrer, mas sim um moço viciado que não cumpria os deveres que a sociedade lhe confiara. Sim,

²²⁴ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR. Todas as transcrições de fonte deste subtítulo se referem ao mesmo processo, portanto não repetiremos esta nota ao final das transcrições.

ele a quem a pobre mãe fora se queixar, antes dela já sabia do ocorrido, pois era ele o raptor.²²⁵

O promotor continua seu discurso declarando que Emilio Rinaldi, jovem de 27 anos que nasceu na Itália, casou-se em Castro e ali ocupava a profissão de ferreiro quando foi designado para o cargo de subcomissário de polícia, enganou a mãe de Francelina. Prometeu tomar providências em relação ao desaparecimento, mas ao invés disso “em lúbricos devaneios ia protegido pela noite, leva-la a casa de Antonio Hespanhol para nos braços della alli passar algumas horas de prazer (sic), rindo-se talvez da burla que pregara, satisfeito de sua arrojada habilidade”.

A descrição dramática do caso, com expressões como ‘pobre mãe’, tinha tanto a intenção de salientar a condição de miserabilidade para alcançar a proteção da justiça que tem um discurso de igualdade como de destacar a tristeza de uma mãe que sozinha sofria com o desaparecimento da filha. O promotor visava ressaltar a fragilidade das mulheres que precisavam ser protegidas. Em seguida, ele destaca que Galdina teve a sorte de encontrar no dia seguinte o comissário de polícia em serviço, e se Emilio foi descrito como “moço viciado que não cumpria com os deveres”, este foi apontado como zeloso e enérgico no exercício da autoridade, tendo sido ele quem encontrou Francelina e interrogou diferentes testemunhas que não só afirmavam que ela era honesta e que nada desabonava seu proceder até então, como apontavam Emílio como seu raptor.

Francelina teria ido à festa na vila do Piray com a mãe, lá teria encontrado com Emílio e depois de voltar para casa, de lá saiu novamente com ele. No depoimento, Galdina faz questão de destacar que participaram da novena e depois da oração teriam ido embora. Provavelmente foi orientada pelo promotor antes do depoimento, mas ela mesma devia entender que ressaltar sua boa conduta representada pela prática religiosa era imprescindível para ser ouvida. Ela não vivia mais na companhia do marido e o advogado do réu fazia questão de perguntar às testemunhas se ela desde então “vivia honestamente”.

As testemunhas são contraditórias. As primeiras afirmam que Francelina era honesta e o que provava isso era que vivia na companhia da mãe. Já sobre Emílio, Benoni Simão, testemunha, disse que ele mesmo havia lhe falado que

queria ver se pegava a menor Francelina Corrêa afim de deflorar-la. [...] Que Emílio já tentou seduzir uma cunhada delle depoente e como elle depoente falasse que Emílio havia ido ao quintal da casa onde elle depoente reside, com o fim de fazer

²²⁵ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR.

essa sedução o dito Emílio o mandou intimar pelo cabo da polícia e o ameaçou de prisão.²²⁶

Depois, durante o processo, as testemunhas mudam. Surgem outras que afirmam que tanto Francelina como sua mãe e suas irmãs eram mulheres públicas e “que na casa da mãe da offendida onde esta morava, era ponto de reunião da rapaziada com mulheres prostitutas irmãs da offendida”²²⁷. E mesmo tendo Francelina apenas 13 anos, foi apontada como sendo “mulher perdida a tempo”.

Confuso era também o relato de Francelina, que primeiro diz ter encontrado com um moço desconhecido na festa, Antonio, por quem teria sido deflorada “com promessas de que haviam de viver sempre juntos” e que por convite dele saiu da casa da mãe e foi até a casa de Francelina de Tal, de onde somente saiu por ordem do subcomissário de polícia Emílio. Seu segundo depoimento é mais dramático. Admitiu que mentira no depoimento anterior para livrar Emílio da culpa e que saiu de casa com ele, tendo sido deflorada logo depois de sair da casa da mãe e em seguida a isso apareceu ali Silvano Capillé, com quem também teve relações sexuais e depois disso foi levada por Emílio até a casa de Antonio, que emprestou um quarto para que ela ficasse e não contou nada ali a pedido de seu deflorador.

Chamado a depor, Antonio Hespanhol confirmou que Emílio solicitou um quarto em sua casa para deixar Francelina, mentindo que a jovem era de São Paulo e estava de passagem e ele precisava ir à Villa do Piray e mais tarde voltaria para conduzir a jovem à Villinha. Antonio disse que assim que o rapaz saiu, Francelina perguntou se poderia conversar com sua esposa, por quem foi reconhecida. O teor dessa conversa não aparece no relato de Maria Rosa de Lima, esposa de Antonio, que apenas reforça o que outras testemunhas já haviam dito: Francelina era moça honesta que vivia na companhia da mãe. Teria tido Francelina vontade de contar tudo que sofrera à outra mulher e não teve coragem? Ou seria medo de ficar sozinha? Solicitar a presença de alguém por quem seria reconhecida, mesmo depois do pedido de Emílio a Antonio, de que este não contasse à sua esposa quem era a jovem que estava ali, não parece uma simples vontade da jovem de conversar futilidades depois de uma noite agitada.

A história é longa. Este é o processo mais extenso entre os selecionados para a pesquisa. As testemunhas, réu e vítima são ouvidas mais de uma vez. E entre as estratégias de defesa e acusação que de um lado buscavam ressaltar a fragilidade das mulheres envolvidas, mãe e filha que precisavam ser defendidas, e de outro se empenhavam para destruir a imagem das mesmas, apresentando-as como mulheres desonestas, está o discurso do juiz, que mais do

²²⁶ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR.

²²⁷ *Idem*.

que pronunciar-se apresentando suas considerações a respeito do caso, discorre longamente sobre a legislação referente ao crime em questão, o rapto, e sobre o conceito de honestidade expresso na lei.

É certo que o promotor público foi hábil ao destacar que a honestidade de Francelina era uma “preocupação legal” e por isso ela precisava de proteção da justiça, afinal se havia uma lei que visava punir o raptor/deflorador, as jovens que recorriam a ela mereciam atenção e amparo. E, para além disso, a honestidade dela havia sido declarada por todas as testemunhas do sumário e o caso provocou uma indignação na villa do Piray e também a intervenção do Comissário de Polícia do Termo. Os depoimentos contrários aparecem depois, com novas testemunhas escolhidas por Emílio. O promotor salientou ainda que o próprio réu não negou os fatos narrados na denúncia.

Sem desmerecer a habilidade do advogado do réu que empenhou-se em retratar Francelina como desonesta argumentando que

no meio em que vive e cresce a menor Francelina Corrêa, não é de notar-se nem notável não ter ella, embora muito jovem, conservado a sua virgindade corporal e d'alma porque, divide ao meio em que vivia aos perniciosos exemplos da vida desregrada em que viviam sua mãe e irmãs, fatalmente a levariam como a levaram ao estado em que hoje se acha, o de ser mulher pública.²²⁸

Diante de tais argumentações, o juiz Joaquim Ignacio Dantas Ribeiro entendeu ser pertinente uma explicação sobre o crime de rapto que consistia em tirar do lar uma mulher honesta, por sedução ou violência, para fins libidinosos. Para ele, a expressão ‘honesta’ que aparece no texto do código penal de 1890 é que merecia maior reflexão e declara: “A palavra honesta não pode ser tomada em sentido absoluto. Parece (sic) que nosso código vigente empregou honesta (mulher solteira) como sinônimo de virgem. Não há tal”. Essa afirmativa parece contradizer o que encontramos até então a respeito do tema, mas o juiz continua sua narrativa declarando que Francelina era uma “pessoa miserável e menor que o legislador providente e liberal” deveria amparar e em seguida argumenta que a inserção da palavra ‘honesto’ no código penal de 1890 foi propícia e apresenta a interpretação de um jurista cujo nome não foi possível identificar, que afirma: “não é necessário que a mulher seja virgem, basta que seja honesta, presumindo-se como tal; a mulher recatada e de bom proceder”.²²⁹

Para estes intérpretes da lei a mulher que não fosse mais virgem por qualquer que fosse a circunstância, um ato de vontade, tendo sido seduzida, ou um ato de violência, mas

²²⁸ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR.

²²⁹ *Idem*.

que depois de tal fato se mantivesse recatada, buscando proceder de acordo com os padrões estabelecidos, poderia ser tomada como honesta. A estigmatização das mulheres solteiras não virgens como prostitutas, mulheres públicas, era assim rechaçada, o que não significa que os padrões de moralidade fossem desprezados. Os juristas reforçam a compreensão de que as mulheres eram frágeis, física ou moralmente, então podiam, em momentos de fraqueza, acabar desvirtuando-se, mas não significa que não poderiam retornar ao bom proceder.

O juiz ainda recorre aos ensinamentos de Viveiros de Castro para conferir maior consistência a tais reflexões, citando a obra *Os delictos conta a honra das mulheres* e o questionamento do autor em relação ao conceito de ‘mulher honesta’ para efeito do crime de rapto. Para Viveiros de Castro o delito de sedução é complexo e pode levar a injustiças:

O que se entende por *mulher honesta* para o efeito deste artigo? Não póde ser a virgem, porque o delicto seria o defloramento. Não póde ser a casada, porque o delicto seria o adultério. Não pode ser finalmente a viúva, porque o castigo exige que além de honesta seja menor de 18 annos e a viúva não é mais menor, ficou emancipada pelo casamento. A lei só póde compreender as menores de 18 annos já defloradas por um outro e que continuam a viver em companhia de suas famílias de um modo recatado e sério.²³⁰

Toda essa explicação do juiz seria para mudar o foco da questão. Como nos demais processos analisados, exceto em poucos casos de estupro envolvendo crianças²³¹, o promotor público e o advogado utilizavam todos os argumentos possíveis na tentativa de provar a honestidade ou não da vítima. E então, o juiz alerta que o fato de Francelina não ser mais virgem foi constatado no exame de corpo de delito, mas como a denúncia havia sido feita pelo crime de rapto e não de defloramento, e no caso de Francelina seria estupro presumido, já que era menor de 16 anos, o que deveria ser julgado e com rigor era o crime de rapto. E continua declarando:

Estrelava com proficiência a figura jurídica do rapto escreve o notável Legancie: ... ‘A impunidade assegurada a esses criminosos redobra o número dos filhos naturais, fomenta a libertinagem; alimenta a prostituição; (sic) a raça; destrói a saúde pública e converte em uma profissão a licenciosidade e a preguiça’ (Dic. Drummond, Estudos de Direito Criminal, pag. 166).

²³⁰ CASTRO, Viveiros. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 44.

²³¹ Anna Maria tinha oito anos quando foi estuprada por Diego Madureira na presença de sua irmã menor, de cinco anos. Diego foi descrito pelo promotor como um malvado, um perverso, que quis “saciar seus instintos de fera” e por uma testemunha foi dito que “não é homem de bons costumes”. O réu estava foragido e o processo ficou inconcluso, assim como o de Maria da Conceição que alegava ser estuprada constantemente pelo pai desde os doze anos de idade. O processo de Joanna Disgepola, de oito anos, é estranho. Seu pai fez a denúncia de que Benjamin Massa a havia estuprado, mas o corpo de delito não confirmou o fato e o caso foi considerado improcedente. (Processos por crime de estupro. Anna Maria Rodriguez da Silva. Caixa: ano 1906; Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: ano 1893 e Joanna Disgepola. Caixa: ano 1897.)

Como visto anteriormente, as vítimas de defloração passavam por um longo processo vexatório. Suas vidas eram expostas, suas ações analisadas, suas famílias julgadas. Essa culpabilização das vítimas era uma forma de tornar os casos exemplares de forma que outras jovens mulheres ao saberem das consequências dos desvios de conduta evitassem correr os mesmos riscos. Por outro lado, a punição dos culpados tinha, para muitos juristas, efeito semelhante, como vimos na citação acima. No caso do subcomissário de polícia como réu, era necessário agir com muita prudência. Permitir a infração por parte de um representante da lei diante da comunidade seria deslegitimar todo o aparato de punição. Ainda que os costumes interioranos fossem condescendentes com o desregramento e com a violência por parte dos homens, este réu em específico retratava outro universo: o da ordem.

O juiz recordou em sua narrativa que um elemento essencial do crime de rapto é o fim libidinoso e que em todo procedimento em jurisprudência criminal é necessária a verificação da existência do delito, pois não pode haver acusação penal sem prova concreta. Nos casos de crimes de ordem sexual a prova se alcança com o exame de corpo de delito. Francelina foi submetida a um primeiro exame realizado por moradores da vila, “não profissionais”. Considerando a gravidade do evento que envolvia um membro da polícia, o comissário, assim que chegou à vila, solicitou um novo exame “feito por perito profissional” que foi realizado em Curitiba, na Repartição Central de Polícia. O resultado constatou que houve o defloração, não recente, e que houve violência para fim libidinoso.

Constatado, portanto, o que se podia considerar ‘prova do crime’, o juiz argumentou que as testemunhas do sumário afirmaram que Francelina vivia honestamente na companhia da mãe, “a despeito do não proceder desta (...) que vive separada do marido”. Desta forma o juiz se ateve aos fatos e sujeitos do processo, não deixando, no entanto, de reprovar a separação dos pais da vítima. A conduta moral irrepreensível devia ser defendida pela justiça e neste sentido o juiz declara:

É sabido que embora de reputação duvidosa uma mulher, forçada às vezes pela necessidade ou arrastada, não raro por um desvio lamentável na sua existência, não deixa de falar com orgulho e carinho do futuro e da honra dos filhos. A história está repleta de factos e episódios brilhantes, que neste sentido saiam pelo heroísmo. O fato de uma mulher ser viciada ou prostituta não quer dizer que abandone ou atire a honra de sua filha aos anases do vício ou da prostituição.²³²

²³² Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR.

O ‘meio viciado’, a família desviante, não seriam para o juiz determinantes para o desregramento das jovens. Para ele, a figura da mãe que protegia poderia se sobressair à da mulher que por qualquer que fosse o motivo tivesse uma ‘reputação duvidosa’. Diferente do pensamento comum da época, aparece aqui um entendimento de que sendo ou não a mãe prostituta a conduta da filha não deveria ser tomada como igual. A honestidade das mulheres foi defendida aqui como atributo individual, a honra como pessoal e não familiar.

As testemunhas apresentadas posteriormente pelo acusado que desabonaram o comportamento de Francelina foram deslegitimadas pelo juiz que considerou que o fato de o réu estar investido de certo poder no exercício de seu cargo oficial fazia com que o mesmo tivesse facilidade para convencer pessoas a depor em sua defesa. Para o juiz foi perceptível que o réu exerceu “franca preponderância sobre o espírito de algumas testemunhas (...) que tímidas e apavoradas vacilaram manifestadamente em seus depoimentos silenciando sobre os detalhes e esclarecimentos”²³³.

Afirmando que sua argumentação “não é uma divagação flácida e vaporosa: é, ao contrário, a resultante da dinâmica do direito, ao serviço da lei, no campo da experiência, cujo coeficiente econômico-social é a cristalização da vontade e da justiça”, o juiz julgou o denunciado Emílio Rinaldi incurso no artigo 270 do Código Penal de 1890, combinado com o § 2º do artigo 273 do mesmo código que define um aumento da pena por ser o réu casado. No dia 09 de setembro de 1909, seis meses depois da denúncia, o juiz solicitou que o nome do réu fosse escrito no rol dos culpados e lhe fosse expedido um mandato de prisão.

Emílio foi preso em setembro de 1911 e posto em liberdade no mesmo dia, mediante fiança paga pelo Tenente Antonio Carlos Cavalcante de Carvalho e Pacífico Caxambú. Ele desistiu de interpor novo recurso e o processo seguiu até o dia 27 de setembro de 1911, quando o réu foi absolvido pelo júri por unanimidade de votos.

Corrêa utiliza as ideias de Vladimir Propp quando este explica que a fábula russa atrai para si somente elementos que correspondam à sua forma de construção e faz com isso uma analogia afirmando que os atores jurídicos para alcançar seus objetivos deixam rastros dos elementos utilizados para construir o que ela chama de fábula a ser apresentada aos julgadores. Estes elementos “devem se adequar ao molde legal e social do seu contexto de ação, sugerindo certa coerência entre as normas escritas e as vividas e aceitas pelos componentes do grupo construtor e julgador”²³⁴.

²³³ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR.

²³⁴ CORRÊA, Mariza. **Morte em família**. *Op. cit.* p. 33

Na história de Francelina e Emílio, os construtores da fábula, promotor e advogado, utilizaram todos os argumentos possíveis e o juiz atento às ‘normas escritas’ e a um ideal de vivência, julgou a favor de Francelina. O final da história, porém, revela que o corpo de jurados acatou as normas vividas e aceitas pela comunidade, pendendo para o lado de Emílio, deixando-o livre. Infelizmente não é possível saber se a acusação do juiz de que o subcomissário de polícia utilizava a parcela de poder que seu cargo lhe outorgava para manipular as testemunhas era real. Caso fosse, o mesmo poderia ter acontecido em relação ao júri. Emílio podia não exercer mais o cargo, porém ainda pertencia a um meio influente, vide sua fiança paga por um tenente.

Todo o empenho do juiz Joaquim Ignacio Dantas Ribeiro para fazer cumprir a lei e, ao que parece, tornar a punição do subcomissário de polícia Emílio um caso exemplar para conferir legitimidade ao discurso de ordem propagado pela justiça, esbarrou no júri popular. Se os atores jurídicos procuram conciliar a escrita com a vivência, os jurados se apegam às práticas sociais. Seja por medo de represálias posteriores ou não, os indivíduos julgaram de acordo com o padrão de conduta da comunidade que compreendia o fato de homens envolverem-se com diferentes mulheres ou de recorrerem à força, à violência, para alcançar seus objetivos.

Os outros quatro casos que chegaram ao júri popular entre os processos analisados tiveram o mesmo fim. Santiago Correa foi absolvido pela maioria dos votos do júri no processo em que era acusado pelo defloramento de Anna de Paula; João Rodrigues Fernandes, conhecido como João Barra, foi inocentado pelo júri da acusação de estupro de Durvalina, Alcides Bueno da Piedade foi absolvido por 8 votos a 4, no processo em que era réu pelo estupro de Guilhermina Maia e Manoel Antonio Machado foi absolvido por unanimidade do crime de defloramento de Thereza de Ramos.²³⁵

Ao argumentar a respeito da possibilidade do júri invalidar uma certidão de idade, o jurista Viveiros de Castro afirmou: “As gerações de hoje entusiasmam-se porém pelas bellezas da instituição; consideram o jury o baluarte das liberdades publicas e acham muito justas, muito naturaes, as consequências estupidas e insensatas de tal modo de julgamento”²³⁶. A implantação do júri popular no Brasil buscou uma garantia de imparcialidade nas decisões. “O pensamento por trás do sistema de jurados era incluir na feitura da justiça indivíduos que, atuando como juízes leigos, ou populares, reatificassem o princípio de paridade legal. Por isso

²³⁵ Processo por crime de defloramento. Anna de Paula. Caixa: ano 1902; Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: ano 1905; Processo por crime de atentado contra o pudor. Guilhermina Maia. Caixa: ano 1917; Processo por crime de defloramento. Thereza de Ramos. Caixa: ano 1918. CCEE. Castro/PR.

²³⁶ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 55.

esse tipo de juízo foi também chamado de julgamento pelos pares”²³⁷. Tal sistema não foi implantado sem discussões e controvérsias, entre elas estava a capacidade ou não dos populares julgarem sem conhecimento profundo das leis, mas como afirma Ameno a decisão pelo júri popular nos juízos criminais validou-se no entendimento de que tal conhecimento não era essencial “bastando somente o discernimento na apreciação dos fatos.”²³⁸

Nos casos acima citados, nos cinco processos que foram a júri, os réus foram de fato julgados por seus pares, homens que partilhavam de um mesmo entendimento em relação às condutas consideradas apropriadas ou não para homens e mulheres. A apreciação dos fatos não se pautou em um discernimento da legislação, explicitada pelo discurso do juiz, mas no senso comum que tinha como “consequência estúpida e insensata”²³⁹ o julgamento das vítimas e absolvição indiscriminada dos réus. Esteves²⁴⁰ argumenta que os crimes sexuais podem ter deixado de ser julgados pelos tribunais populares após 1916 porque o júri popular julgava baseado não nas teorias civilizadoras, mas nos parâmetros sociais que vivenciavam.

²³⁷ AMENO, Viviane Penha Carvalho Silva. **Implementação do júri no Brasil: debates legislativos e estudo de caso (1823-1841)**. Dissertação. Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UMG, 2011. p. 73-74.

²³⁸ *Idem*. p. 63.

²³⁹ Apropriando-se aqui da expressão de Viveiros de Castro anteriormente citada. (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 55.)

²⁴⁰ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.* p. 129.

3. ENTRE PROMESSAS, AMEAÇAS E ESCOLHAS: JOVENS MULHERES DE CASTRO

Neste último capítulo a fonte foi analisada a partir das narrativas das vítimas e dos réus. O objetivo foi procurar compreender o que seus relatos apresentam sobre suas perspectivas ou estratégias de vida e sobre o entendimento que tinham em relação à moralidade e à desigualdade de gênero determinante de condutas consideradas apropriadas para mulheres, diferentes do que se esperava dos homens. Compreende-se que assim como as mulheres trabalhadoras do século XIX, estudadas por Dias, as mulheres e homens do meio rural de Castro do final do século XIX e início do XX tinham “a palavra falada” como “instrumento essencial do seu trato de sobreviver”. Eram em sua maioria analfabetos “e por isso, quando transcritas, de modo indireto, suas palavras ficaram necessariamente desvirtuadas, de maneira que apenas resvalam nos documentos”.²⁴¹ Réus e vítimas eram normalmente instruídos por advogados e promotores antes de seus depoimentos, mas mesmo com este cuidado, deixaram transparecer em suas falas elementos que possibilitam compreender o modo com que viviam e o que esperavam para a vida. Os desfechos dos processos positivos, no caso de condenação do réu, prisão ou casamento (para os crimes de defloração) ou negativos, quando o réu foi absolvido ou o processo foi arquivado por falta de provas, serão também apresentados e refletidos.

A tabela abaixo fornece um panorama dos resultados dos processos:

TABELA 04: DESFECHOS DOS PROCESSOS

Crime	Inconcluso	Procedente	Improcedente	Absolvido pelo júri	Arquivado	Totais
Defloração	3	2	1	2	5	13
Estupro	3	3	4	2	7	19
Rapto	1	1	-	1	1	4
Atentado contra o pudor	1	1	-	-	-	2
Totais	8	7	5	5	13	38

Fonte: 38 processos analisados.

Somando-se os casos inconclusos, improcedentes, absolvidos pelo júri e arquivados, tem-se 31 processos que favoreceram os réus, ou seja, 81,58% dos casos e apenas 18,42%

²⁴¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 20.

favoráveis às vítimas, 7 casos. Há, porém, entre os processos por defloramento, rapto ou estupro presumido que foram arquivados, alguns que não podem ser considerados como resultados negativos para as vítimas quando as histórias são analisadas. Por exemplo, dois casos de estupro presumido foram arquivados porque os envolvidos se casaram e um de rapto porque a vítima não apareceu para depor por ter ido embora para outra cidade morar com o réu.²⁴² Narrar as histórias, portanto, permite uma melhor compreensão em relação ao entendimento que estas pessoas tinham sobre as práticas culturais da comunidade em que estavam inseridas e como se submetiam a elas ou as negligenciavam.

Entre os considerados crimes de ordem sexual estão aqueles que retratam a violência física contra mulheres e crianças, outros que constituem a exploração dos sentimentos de jovens esperançosas e alguns que demonstram atitudes de mulheres que não querem se submeter a uma determinada ordem e a subvertem. Os casos de estupro e atentado ao pudor são os mais dramáticos e refletem uma concepção de dominação de homens em relação às mulheres com o uso da força física para satisfazer seus desejos. Os raptos, defloramentos e alguns casos de estupro presumido revelam a ingenuidade de jovens mulheres que acreditavam no amor e em promessas de casamento e foram enganadas, mas também apresentam histórias de mulheres que decidiam sozinhas o rumo de suas vidas. Este capítulo foi dividido de forma a proporcionar reflexões sobre essas três diferentes situações, iniciando pelos relatos de submissão a situações violentas ou vexatórias e concluindo com os relatos que refletem escolhas, opções das mulheres por uma vida diferente da ditada pelos padrões de conduta.

O que se pretende refletir é que a noção de moralidade dessa comunidade interiorana segue também a lógica da desigualdade moral.²⁴³ Há uma moralidade idealizada que dita condutas sexuais consideradas apropriadas para as mulheres, e outra diferente para homens, condescendente com seus instintos. Essa duplicidade moral é também caracterizada pelas possibilidades de seguir o recato esperado das mulheres, diferente para ricas e pobres, já que não apenas a vivência de sua sexualidade era controlada, mas também toda forma de comportamento social. Havia a preocupação de determinar com quem as mulheres poderiam se relacionar, os lugares que poderiam frequentar, como deveriam se vestir e tudo isso era formulado a partir de um determinado grupo social, formado por homens, que entendiam que

²⁴² Processo por crime de estupro. Avelina dos Santos. Caixa: ano 1902; Processo por crime de estupro. Escolástica Maria Pedroso. Caixa: ano 1904; Processo por crime de rapto. Eusébia da Silva. Caixa: Ano 1899. CCEE. Castro/PR.

²⁴³ Sobre esta duplicidade moral ver: ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op cit.* e PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

o lugar das mulheres era o da casa, da família. Porém mulheres pobres não conseguiam se enquadrar pela necessidade do trabalho, da sobrevivência, elas transitavam em regiões de matas para colher lenha ou para dirigir-se até o rio para lavar roupa, ficando sozinhas à mercê do perigo. Elas também saíam às ruas para compras e outros serviços e a rua não era considerada um local apropriado para mulheres honestas.

Pedro declara que o isolamento das mulheres em atividades domésticas para o cumprimento das funções de esposa e mãe se tornou no século XIX uma forma de distinção para uma classe urbana rica ou em ascensão, como famílias de comerciantes e funcionários públicos. A autora lembra, porém que

Os papéis familiares como os únicos próprios para as mulheres, eram referências de distinção apenas para a elite e para a classe média locais. As camadas populares não partilhavam dessas referências, embora as mulheres de tais camadas pudessem sofrer, por parte das autoridades, uma série de repressões que as visavam por serem pobres e mulheres; estas não correspondiam às imagens femininas construídas para a elite, e que determinavam como devia ser uma ‘verdadeira mulher’.²⁴⁴

A expressão ‘verdadeira mulher’ se refere às mulheres que se submetiam às normas sociais de conduta e cumpriam seus papéis sociais de esposa e mãe. As mulheres pobres de Desterro/SC, foco dos estudos de Pedro, precisavam assumir outras funções além dessas. Elas trabalhavam para o sustento da família e não podiam ficar reclusas em seus afazeres domésticos. O mesmo acontecia com as mulheres pobres de Castro/PR, suas práticas cotidianas não permitiam o enquadramento a esse modelo ideal. Além de trabalharem na roça junto aos seus pais ou maridos, muitas buscavam outras formas de trabalho remunerado para complementação da renda familiar.

A moralidade diferente de homens e mulheres as inferiorizava. A ideia de que os homens eram os provedores do lar, da família e as mulheres as esposas responsáveis pela procriação e cuidados da casa, do marido e dos filhos, por mais que sugerisse uma divisão de tarefas acabava por estabelecer hierarquias. A divisão desigual do poder definia que por serem eles aqueles que mantinham a casa, tinham o direito de submeter os bens e as mulheres, esposas ou filhas, às suas vontades.²⁴⁵ Nas regiões interioranas, onde a violência definia as pendências era comum o seu uso para submeter as mulheres, como pode ser percebido nos

²⁴⁴ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 113.

²⁴⁵ “As mulheres, como já vimos, eram retratadas nos papéis de esposas, mães e donas-de-casa. Tais funções eram consideradas ideais, sendo a casa o espaço privilegiado da mulher. Um trabalho remunerado fora de casa, embora pudesse ser aceito como complementação do rendimento familiar, era encarado como exceção, e temporário, visto que o marido ideal era aquele cujos rendimentos poderiam manter a família sem a ajuda ‘complementar’ feminina.” (PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**. *Op. cit.* p. 122).

diferentes casos de estupro. A sociedade estava impregnada a tal ponto com essa desigualdade de gênero que, como destacou-se no capítulo anterior e como será possível perceber nos relatos a seguir, os atos ilícitos dos homens, como violência, traição e desordem por embriaguez eram menos condenáveis que as posturas de mulheres em relação ao próprio corpo ou à escolha de seus relacionamentos.

Nos processos analisados a subordinação sexual das mulheres pela violência física era na maioria das vezes voltada a mulheres pobres, independente de serem ainda muito jovens. Excetuando-se apenas o caso de Josephina, esposa do pastor, agredida pelo empregado embriagado.²⁴⁶ Mulheres de melhores condições financeiras eram também inferiorizadas por essa moralidade dúbia, porém os casos que chegaram à justiça de Castro, no período analisado referentes a elas, não tratavam de violência sexual, mas de desobediência da vontade paterna, como o caso de Urçulina, filha de um coronel que desejava se casar com o cocheiro da família.²⁴⁷ A tipificação do crime era de ordem sexual, mas os eventos se caracterizavam pela insatisfação paterna por não terem conseguido submeter as filhas ao seus domínios, elas transgrediam e por isso eram expostas ao pedido de reparação na justiça da honra familiar.

3.1 A VIOLÊNCIA FÍSICA

A violência física ou psicológica pressupõe relações de poder e atinge aqueles que em alguma medida são considerados inferiores. No caso da violência de gênero, trata-se de uma manifestação das relações de poder que historicamente colocam as mulheres como subordinadas aos homens. Os mitos da feminilidade que acarretam em uma internalização da dependência afetiva e do papel de esposa e mãe fazem com que se estabeleça uma desvalorização pessoal e uma falta de projetos de vida próprios para as mulheres. Esses mitos, para Benlloch,²⁴⁸ referem-se à ideia de que as mulheres nasceram para tornarem-se esposas e mães e seria somente no cumprimento de tais papéis sociais que as mulheres se sentiriam plenamente realizadas. Para a autora, esses mitos fazem com que muitas mulheres deixem de

²⁴⁶ Processo por crime de atentado violento ao pudor. Josephina Bickerstaph. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

²⁴⁷ Processo por crime de defloramento. Ursulina da Silva Rocha. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

²⁴⁸ BENLLOCH, Isabel Martinez. 'Construcción psicosocial de los modelos de género: subjetividade y nuevas formas de sexismo'. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **Marcadas a ferro: Violência contra a mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

pensar em si mesmas e de buscar outras formas de realização pessoal, como por exemplo, no estudo ou no trabalho e também se submetam a relações que as inferiorizam ou as machuquem emocional ou fisicamente. Em contrapartida, a internalização, na mesma medida, dos mitos da masculinidade que exigem a comprovação da virilidade e da coragem traz como consequência a violência como forma de resolução de conflitos.

O entendimento dos diferentes papéis sociais vivenciados por homens e mulheres no final do século XIX e início do XX legitimava a subordinação das mulheres em relação aos homens e a justiça aceitava até mesmo quando se utilizava a força física. A falta de condenação para crimes de violência sexual motivada pelo medo da denúncia por um lado e pela condescendência da justiça com os réus por outro fez proliferar os crimes dessa natureza.

Para este tópico foram selecionados apenas os processos em que os relatos das vítimas ou de seus responsáveis, no caso de crianças, salientam a violência física, descartando aqueles em que os depoimentos revelam o consentimento da vítima após promessas de casamento ou algum tipo de pagamento. São ao todo 11 processos, 1 por atentado contra o pudor e 10 por estupro.

O relato de Josephina, esposa do pastor no caso já mencionado anteriormente, revela uma conduta considerada apropriada na época para mulheres de bem. Na ausência do marido que estava em viagem, ela chamou a jovem Carolina que vivia com eles para dormir em seu quarto. A proteção que isto proporcionava não era tanto em caso de uma invasão, como se deu, mas a isentava de comentários ruins por parte da comunidade. Como esposa recatada não ficava sozinha na ausência do marido. No depoimento ela afirmou que:

Ouviu barulho sobre o corredor de seu quarto e sentando-se na cama com intenção de ver o que era, sentiu que esse homem entrou no quarto e foi sobre ella e segurou-a fortemente lhe dando pancadas que a deixaram atordoada, que defendeu-se o mais que foi possível, até que conseguiu apoderar-se de um revólver do qual não fez uso por achar-se as escuras porque podia ofender também a referida Carolina que nessa ocasião também defendia-se da agressão desse homem.²⁴⁹

A mulher preocupou-se em ressaltar sua desesperada tentativa de defesa, declarando que mesmo atordoada pelas pancadas que teria levado não deixou de se esquivar das investidas do homem. Ciente ou não da legislação vigente e dos comentários de juristas, como o já mencionado Viveiros de Castro²⁵⁰ que destacava a necessidade de gritos e de tentativas reais de defesa das mulheres contra agressões nos crimes de ordem sexual para que fossem

²⁴⁹ Processo por crime de atentado violento ao pudor. Josephina Bickerstaph. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

²⁵⁰ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.*

defendidas, ela relatou tudo em detalhes. Como esposa de um pastor, a preocupação com a moralidade e com a honra familiar era ainda maior para ela. Carolina, de 17 anos, que a acompanhava, disse que acordou com os gritos de D. Josephina

demonstrando medo e lutando com alguém na cama, então ella depoente saltou por outro lado da cama procurando fugir, mas arrependeu-se e voltou e procurou acudir a dona Josephina e para esse fim puxou um homem pela gola do paletó, nessa ocasião o dito homem lhe deu um forte empurrão e saindo da cama avançou sobre ella depoente segurando-a e tentando derrubá-la (...) notou que era baixo, gordo, de vestimentas grossas, de cabelos curtos e grossos e achava-se cheirando a pinga.²⁵¹

Elas declararam que não conseguiram reconhecer o agressor porque tudo estava escuro. Com os gritos de pedido de socorro ele fugiu do quarto, e logo em seguida apareceu Franck, que morava com sua esposa nos fundos da casa do pastor. Ele teria dito à Josephina que estava voltando de um fandango, ouviu os gritos e correu para socorrê-las. No depoimento, porém confessou o ato criminoso afirmando:

que no dia vinte do corrente veio para esta cidade pelas sete horas da manhã onde estivera trabalhando até as seis da tarde em casa do senhor Sergio de Macedo, dirigindo-se dali à casa do senhor Indalício de Macedo onde esteve mais ou menos uma hora conversando e tratando da pintura de uma (ilegível) e da casa deste dirigiu-se a casa de Nicolau polaco, onde bebeu com alguns companheiros diversas bebidas, sendo um desses companheiros Balbino Sampaio e mais outro Andre Succo etcetera, em seguida deixou os companheiros e em companhia de Balbino foi divertir-se em um fandango que então havia em casa de Joaquim Mãosinha, deixando o seu referido companheiro indo num intervallo conversar com Innocencio carpinteiro não se lembrando o que, tendo apenas ido a casa delle por telo visto em sua casa, voltando dali novamente para o fandango onde divertiu-se entre conhecidos até onze horas aproximadamente, dirigindo-se depois disso para sua casa, lembrando-se que apenas ali chegou sem bater nem chamar por sua mulher que devia estar esperando até que voltou a si na ocasião em que abria a porta da casa do senhor Jorge Bickerstaph, onde sentiu sua mulher que lhe pegou na mão perguntando em inglês “O que é isto, pelo amor de Deus”, disse mais, que sua mulher sabe tudo o que é acusado e de que foi autor, mas de que nada se recorda e que pede perdão à senhora dona Josephina e as autoridades deste mao acto praticado, único praticado na sua vida e devido ao estado de embreagado em que se achava.²⁵²

A preocupação do réu foi de destacar suas atividades de trabalho durante o dia e suas conversas sobre trabalho depois do expediente para que o fato de beber posteriormente e divertir-se num fandango fosse justificado. Como trabalhador entendia-se no direito de distrair-se após a labuta. Se o álcool é apresentado como prêmio ao trabalhador é também

²⁵¹ Processo por crime de atentado violento ao pudor. Josephina Bickerstaph. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

²⁵² *Idem.*

destacado como causa do mal cometido, como desculpa para as ações ruins das quais nem se lembrava.

Cancelli lembra que o combate ao alcoolismo ocupou um lugar de destaque no início do século XX, como forma de prevenir a vagabundagem e a criminalidade que estavam relacionadas às camadas mais pobres da população. O código penal de 1890 destinou três artigos sobre a questão da embriaguez, o 396 que previa punição para quem tivesse o hábito de embriagar-se em público, o 397 para quem estimulasse outra pessoa a embebedar-se e o 398 que ampliava a pena para além da prisão, multa no caso do infrator ser proprietário de um estabelecimento que vendesse bebidas alcóolicas. O abuso do álcool era entendido como “causa da decadência do caráter do indivíduo”²⁵³ e a punição era uma forma de educar a sociedade.

Franck, portanto, enganou-se ao pensar que a alegação do estado de embriaguez justificasse o crime cometido por não estar consciente de seus atos. Em seu último depoimento afirmou que “apesar de ter sido elle interrogado o autor do crime conforme lhe disseram, nada se lembra entretanto, por se achar embriagado nessa ocasião e que desistia dos três dias que ali lhe dava para apresentar defesa, visto como não tem consciência de ter praticado crime algum”.²⁵⁴

Os costumes locais podiam consentir que os homens participassem de bebedeiras com conhecidos depois do trabalho e que os maridos frequentassem os fandangos sem suas esposas, como relatado por Franck, mas ele ultrapassou os limites invadindo a casa e agredindo a esposa do pastor e sua acompanhante. As testemunhas afirmaram que “os precedentes do réu sobre fatos idênticos não são bons, pois na cidade de Ponta Grossa já tentou forçar a mulher de um camarada”, “que o réu não tem bons costumes, abusando da bebida”, que em Curitiba “esteve preso por furto de dinheiro de um polaco e todos dizem que não é boa pessoa”, “que elle bebe e nesse estado fica provocante e mostra ter um caráter muito ruim”.²⁵⁵

Em novas declarações, Josephina e Carolina confirmaram que teria sido Franck o agressor e que só não afirmaram isso nos depoimentos anteriores porque Josephina estava perturbada com os eventos e Carolina com medo. Franck foi preso. Sua tentativa de justificar-se declarando ser um trabalhador que depois de um dia cansativo bebeu demais com os companheiros não o isentou da culpa perante a justiça, porém, o réu beneficiou-se de outra

²⁵³ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 156.

²⁵⁴ Processo por crime de atentado violento ao pudor. Josephina Bickerstaph. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

²⁵⁵ *Idem*.

forma, com a moral cristã do pastor que perdoou a ofensa e fez cessar o processo. Não há como saber qual teria sido a reação de Josephina, vítima no processo, sobre esta decisão do marido. A discriminação de gênero impunha uma obediência por parte dela prevista inclusive na Bíblia que ordenava a vida e o trabalho do pastor. Na mesma medida que o ensinamento cristão valoriza o perdão das ofensas²⁵⁶, determina que as mulheres devam ser submissas aos seus maridos.²⁵⁷ Mesmo que Josephina desejasse a punição de Franck, seu posicionamento cristão não a levaria a questionar o perdão concedido pelo marido.

A justiça nesse caso não foi condescendente com o réu como foi em outros processos e determinou sua condenação. A posição social da esposa do pastor era superior à do agressor tanto financeiramente, já que ele era empregado de seu marido, quanto moralmente, pois ela mantinha uma conduta ilibada e ele não. As distinções sociais e não apenas as de gênero moviam a sociedade e a justiça.

A proximidade do agressor com a família da vítima facilitou o acesso à casa, pois como empregado do pastor, Franck era considerado uma pessoa de confiança. Nos outros casos de violência, exceto em um deles, os agressores eram também pessoas com algum tipo de vínculo com as vítimas o que fazia com que o medo de denunciar aumentasse. A tabela a seguir demonstra as relações existentes entre vítimas e agressores:

TABELA 05: VÍNCULO ENTRE VÍTIMAS E RÉUS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA

Agressor	Quantidade	Percentual
Pai	2	18,18 %
Tio	1	9,09 %
Patrão	1	9,09 %
Empregado	1	9 09 %
Amigo da família	5	45,46 %
Pessoa desconhecida	1	9,09 %
Totais	11	100%

Fonte: 11 processos analisados.

Em outro caso de violência, a jovem Maria da Conceição, de 17 anos, que foi violentada por seu pai, disse que ele “lhe ameaçava de matar se contasse para sua mãe, que depois disso sempre continuou o dito seu pai a ter relações com ella ofendida; q. sempre

²⁵⁶ No Evangelho de Mateus consta que o apóstolo Pedro perguntou a Jesus quantas vezes era necessário perdoar e Jesus teria dito “Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete”. (Mateus 18: 21,22).

²⁵⁷ Na carta de Paulo apóstolo aos efésios está disposto que “As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos.” (Efésios 5: 22-24).

ameaçava ella ofendida de matar e de matar também a sua mãe”²⁵⁸. A jovem recorreu à justiça cinco anos depois da primeira agressão e disse “que só agora contou por não poder resistir mais”²⁵⁹. O processo, porém, ficou inconcluso, pois seu pai fugiu e não pode ser interrogado pela justiça.

A pesquisa realizada por Souza e Adesse²⁶⁰ sobre a violência sexual no Brasil revela que no século XXI os crimes sexuais são pouco denunciados e que o número real de casos é muito superior aos notificados à polícia e ao judiciário. Somente entre 10% e 20% das vítimas denunciam o estupro e isto está relacionado, entre outros fatores, ao descrédito em relação às instâncias judiciárias, ao medo e à vergonha das vítimas. Essa realidade já se configurava no final do século XIX e início do XX já que os resultados dos processos eram em sua maioria favoráveis aos réus e as vítimas acabavam passando por um longo processo vexatório, sendo em muitos casos culpabilizadas pela violência sofrida.

Andreлина, de 16 anos, também foi vítima de um estupro cometido pelo próprio pai em 1910. Em seu depoimento ela disse que:

um dia pelas dose horas indo seu pai ao mato furar velheiras, chamou ela interrogada para o ajudar levar machado e gamela no mato, afim de trazer o mel e que chegando no mato o referido pai a pegou a força derrubando-a, que ela [...] começou a gritar, sendo neste ato subjugada por seu pai que levantando as suas roupas a deflorou. Dizendo depois a ela que ã contasse à sua mãe, que ele ia procurar um noivo para ela, [...]. Disse que no dia seguinte ela contou o fato à sua mãe, disse mais, que depois disto seu pai a levou a força para o mato e obrigou-a a entregar-se e ele mais quatro vezes. Que tudo isto ele fazia contra a vontade dela. Que [...] ficou grávida dando a luz a um menino no dia dez deste mês e que no dia onze seu pai foi embora abandonando a família. Disse que não teve relações com outro homem além de seu pai.²⁶¹

Andreлина não suportou a humilhação e recorreu à mãe logo em seguida. A infelicidade da jovem consistiu no fato de que a mãe se limitou a conversar com o marido sobre o fato e não recorreu de imediato à polícia. No depoimento a mãe disse que Napoleão, seu marido, lhe confessou “que realmente havia feito esse grande mal, mas que estava atentado. Disse que ela depoente notou que depois desta vez seu marido ainda abusou de sua filha” e mesmo assim não fez denúncia alguma e ainda destacou “que seu marido sempre foi um bom esposo e bom pai, que só depois de vinte e dois anos de casados é que ele praticou dessa forma”. Uma testemunha afirmou que “o denunciado maltratava muito a sua mulher por

²⁵⁸ Processo por crime de estupro. Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: Ano 1893. CCEE. Castro/PR.

²⁵⁹ Processo por crime de estupro. Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: Ano 1893. CCEE. Castro/PR.

²⁶⁰ SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila. **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 25.

²⁶¹ Processo por crime de estupro. Andreлина Teixeira de Oliveira. Caixa: Ano 1910. CCEE. Castro/PR.

causa da filha”. Somente quando Andrelina deu à luz a uma criança, o que motivou seu pai a abandonar a família, é que ela teve coragem de o denunciar. Neste caso a justiça pediu a condenação do réu, porém o mesmo estava foragido e não foi preso. Com os agressores distantes, as jovens recorreram à justiça pensando talvez em evitar uma reaproximação futura. Fugir foi também o que fez Diego Madureira, após ser acusado do estupro da menina Anna Maria, de apenas 8 anos. A violência foi presenciada e denunciada aos pais da menina pela irmã mais nova dela, de apenas cinco anos.²⁶²

O fato de testemunhas apresentarem os agressores como pessoas de bem, como fez a mãe de Andrelina afirmando que ele era “bom esposo e bom pai”, não era incomum. João Barra, um estuprador reincidente também foi identificado por testemunhas como uma boa pessoa ²⁶³. Acusado do estupro de duas jovens em momentos diferentes, Durvalina e Hermínia, no primeiro foi absolvido pelo júri e no segundo o caso foi julgado improcedente. E João Rodrigues Fernandes, vulgo João Barra, de 67 anos, casado, mesmo tendo fama na comunidade de ‘seduzir moças’, foi descrito como “respeitador das famílias”. A discriminação de gênero e o entendimento de que aos homens era dado o direito de violentar as mulheres era algo enraizado na comunidade a tal ponto que seus atos ilícitos não eram tão recriminados. Os homens somente demonstraram medo do julgamento nos casos em que as filhas estupradas por eles ficaram grávidas e no caso da menina de 8 anos que foi estuprada diante da irmã mais nova. Estes pais fugiram para não serem presos, os demais, confiaram na impunidade.

Os responsáveis pelas menores vítimas de crimes sexuais precisavam reunir uma série de documentos, pois qualquer falha fazia cessar o processo. Os autos do caso de Leandrina Saldanha, de 13 anos que foi vítima de um estupro, foram arquivados por que não foi apresentado o certificado de miserabilidade da vítima. Ela teria sido violentada por um “homem da cor de bugre e muito sujo” quando foi ao rio lavar roupas.²⁶⁴ Já o processo da vítima Anna Lopes Teixeira, cuja autuação data de 08 de setembro de 1890 prescreveu doze anos depois.²⁶⁵ A morosidade sugere a discriminação das mulheres pela justiça.

Anna Lopes Teixeira, de 12 anos, disse que

Estava em casa de sua mãe no bairro do Fundão em ocasião que sua mãe estava na roça e chegando o dito Manoel e deu oh de casa na porteira e peou-se entrou e

²⁶² Processo por crime de estupro. Anna Maria Rodriguez da Silva. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

²⁶³ Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905; Processo por crime de estupro. Hermínia do Rosário. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

²⁶⁴ Processo por crime de estupro. Leandrina Saldanha. Caixa: Ano 1896. CCEE. Castro/PR.

²⁶⁵ Processo por crime de estupro. Anna Lopes Teixeira. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

perguntou da mai della interrogada e como não encontrou disse a ella interrogada que lhe pagava e nessa ocasião ella interrogada quis correr, mas o dito Manoel lhe pegou e desonrou-lhe.²⁶⁶

Manoel tinha 29 anos, era casado e trabalhava como professor particular. Ao ser interrogado solicitou “o prazo da lei para apresentar a defesa por escripta”. O prazo concedido foi, sem dúvidas, favorável para o réu que sendo mais instruído que a vítima que não sabia nem ler e nem escrever e que sua mãe que trabalhava na lavoura para o sustento da família, soube aproveitar das brechas da justiça para benefício próprio. O caso prescreveu, sugerindo mais uma vez a discriminação da justiça em relação às mulheres e de forma especial às mulheres pobres e analfabetas.

Outras personagens como Florentina, Joanna e Balbina tiveram suas queixas julgadas improcedentes.²⁶⁷ Balbina teria sido violentada pelo tio e disse que “não contou nada para ninguém, que só quando sentiu-se com dores de parto é que relatou à sua mãe”. Neste, como em outros casos de violência apresentados, a vítima só denunciou como último recurso e porque não pode esconder o fato por conta da gravidez. O parentesco com o agressor e também a dependência financeira eram motivadores do medo de recorrer à justiça. A mãe que era viúva e casou-se novamente teve todo o cuidado de relatar “que criou duas filhas e as fez casar honestamente e agora continuava a criar com todo o zelo sua filha Balbina, que para conseguir meios de subsistência por serem pobres, ella depoente trabalhava em casa de seu cunhado Firmiano Marcondes Leal”, acusado do estupro. Por ter se casado uma segunda vez, a mãe procurou comprovar sua integridade moral e seu zelo em relação à boa conduta das filhas, ciente de que para as mulheres, qualquer desvio moral poderia acarretar a culpabilidade pela violência sofrida. Ao longo do processo, lançou-se a dúvida de que o padrasto da vítima seria o real culpado. O fato de ele ser mais jovem que a esposa seria o motivador do interesse pela enteada. Por fim, a alegação de falta de provas contra Firmino fez cessar o processo.

Há nessas histórias de violência física elementos que se repetem. Quando os agressores eram parentes ou pessoas próximas à família, as denúncias só eram feitas em casos de gravidez, o que inviabilizava o silêncio em relação às violências sofridas, ou quando os agressores fugiam, permitindo que as vítimas se fortalecessem com a distância e buscassem amparo legal para proteger-se de aproximações futuras. Esse medo de denunciar podia ser motivado pela internalização da subordinação das mulheres em relação aos homens, pela

²⁶⁶ Processo por crime de estupro. Anna Lopes Teixeira. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

²⁶⁷ Processo por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890; Processo por crime de estupro. Joanna Disgepola. Caixa: Ano 1897; Processo por crime de estupro. Balbina Marcondes Ribas. Caixa: Ano 1912. CCEE. Castro/PR.

dependência emocional ou financeira, mas também pela impunidade frequente. Denunciar um homem com quem se convivia por violência sexual e ter o processo arquivado por falta de provas ou então o réu ser absolvido pelo júri, significaria continuar a conviver com o agressor. Ninguém poderia garantir a estas mulheres que após a exposição pública os agressores não ficariam ainda mais violentos em relação a elas e a situação familiar e financeira delas sugere que não teriam condições de afastarem-se por conta própria.

3.2 AS PROMESSAS DE CASAMENTO

Ao discorrer sobre a publicidade em torno dos casos de rapto e defloramento em jornais da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, Cancelli afirma que o argumento utilizado era de que respeitar a honra das mulheres era um sinal de civilidade e “como a virtude era o contraponto da prostituição, os casos de sedução ultrapassavam a preocupação da esfera pública para se tornarem casos de salvaguarda moral da sociedade.”²⁶⁸ Os jornais circulavam nas casas das famílias e as notícias eram divulgadas entre as pessoas residentes ou visitantes, desta forma, tornavam-se também um meio para reger as condutas. Famílias mais abastadas ou influentes não desejariam ter seus nomes estampados em notícias assim e mulheres pobres poderiam temer a exposição que proporcionaria dificuldades futuras para manter ou conseguir um emprego. A pesquisa de Souza e Adesse²⁶⁹ revelou que muitas mulheres deixam de denunciar agressões sexuais por medo de perder o emprego.

Essa preocupação moral acabava por salientar um discurso de valorização do matrimônio e como salienta Algranti²⁷⁰, as jovens eram desde cedo educadas para o casamento, tanto que os conventos não serviam apenas para a vivência devocional, eram também lugares em que as jovens mulheres eram protegidas e educadas até a idade ou o momento de se casarem. Com o enlace matrimonial as mulheres passavam da guarda paterna para a marital e assim o casamento tinha uma importância na manutenção ou restauração da honra familiar, mas também carregava uma importância econômica já que poderia servir como junção de bens entre famílias abastadas ou como forma de alívio financeiro para pais mais pobres que pensavam na educação de filhas em um período em que o trabalho não era bem visto para as mulheres.

²⁶⁸ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. *Op. cit.* p. 174.

²⁶⁹ SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila. **Violência Sexual no Brasil**. *Op. cit.* p. 26.

²⁷⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**. *Op. cit.*

Nas regiões interioranas, entre as famílias mais pobres que viviam da agricultura os filhos homens eram importantes para ajudar nos afazeres da roça, enquanto as filhas mulheres poderiam ser um peso financeiro, mesmo que muitas delas também trabalhassem na lavoura, o costume era de que as meninas ficassem nas casas auxiliando as mães em afazeres domésticos. Na já mencionada obra ‘Urupês’ de Monteiro Lobato, dois contos retratam essa realidade interiorana. O trágico conto ‘Bucólica’ narra a história da mãe de uma menina deficiente que deixa sua filha morrer de sede porque ela era um peso para a família, e em “Comprador de fazendas’ Lobato trata do tema de forma menos chocante: o pai, Moreira, resolveu vender sua fazenda Espiga, pois estava decepcionado com o cafezal que não dava mais lucro, com o filho mais velho que só queria saber de bebedeiras e ‘namoricos’ e com a filha de dezessete anos descrita como ‘sentimental mais do que pede a razão’ e por isso ‘pede o sossego dos pais’, ou seja, precisava casar-se para não ser mais uma preocupação. Ao receberem a visita de um comprador e descobrirem que o rapaz era solteiro, a jovem colocou o melhor vestido, acendeu uma vela a Santo Antônio e usou as pétalas de rosa da capelinha para corar o rosto, pois “na roça o ‘rouge’ e o casamento saem do mesmo oratório”. Depois de muita negociação, a fazenda não foi vendida e “Moreira, o caipora, perdia assim naquele dia o único negócio bom que durante a vida inteira lhe deparara a fortuna: o duplo descarte – da filha e da Espiga...”²⁷¹

Pinheiro afirma que “casar-se, segundo os padrões dominantes na sociedade escravista colonial, significava garantir o mínimo de condições necessárias à sobrevivência em áreas agrícolas.”²⁷² Entre os processos analisados, há 14 deles em que a promessa de casamento é mencionada como motivo para que as jovens cedessem aos desejos dos homens. Há também a menção à promessa de “viver sempre juntos”²⁷³ sem referência ao casamento formal, mas é o desejo de oficialização do ato que levava pais e também vítimas a recorrerem à justiça. Como a jovem Maria Alves do Nascimento que em seu depoimento reclamou que

A cinco meses mais ou menos Armando Rodrigues junto com Joaquim Teixeira, pousaram em casa de sua mãe e que nessa noite o dito Armando foi na cama onde ella offendida dormia e ali sob promessa de casamento teve cópula carnal com ella offendida, que sua mãe tendo acordado e acendido as luzes, viu o dito Armando em sua cama e ficara muito zangada, que então Armando prometera casar-se com ella

²⁷¹ LOBATO, Monteiro. **Urupês**. *Op. cit.* p. 238-250.

²⁷² PINHEIRO, Philipi Gomes Alves. Direitos no crime: as mulheres, os crimes e sua busca por direitos na comarca de Vitória/ES (1841-1871). **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPHU- Rio**. São Gonçalo, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1339503577_ARQUIVO_DIREITOSNOCRIME.ASMULHERES,OSCRIMESESUABUSCAPORDIREITOSNACOMARC ADEVITORIAES_1841-1871_-PhilipiGomesAlvesP.pdf. Acessado em 10 de janeiro de 2013. p. 15-16.

²⁷³ Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: ano 1909. CCEE. Castro/PR.

offendida e que não dessem parte as autoridades, que por essa promessa conviveu Armando até quinze dias mais ou menos como sua amasia, tendo disto sciencia sua mãe, que ella offendida vendo que Armando estava lhe logrando, resolveu dar parte a justiça, que nunca teve relações com outro homem, a não ser o mesmo Armando, que as testemunhas de vista da primeira vez foram sua mãe e Joaquim Teixeira.²⁷⁴

Maria foi apontada por testemunhas como ‘mulher pública’ e não há nada no processo que indique o motivo dos dois rapazes estarem passando a noite na casa da jovem que vivia só com sua mãe, pois era órfã de pai. Na maioria dos casos é o pai da vítima que recorre à justiça, as queixas somente são apresentadas por mulheres (mãe ou vítima) na ausência deste. Mas fossem ou não ‘mulheres públicas’, o desejo do casamento por parte da jovem é claro, ela não estava satisfeita em apenas conviver como amásia, deseja oficializar a união. Não é possível saber se de fato Armando pediu que não levassem o caso às autoridades, não há no documento o depoimento do réu. Essa pode ter sido a estratégia de Maria para indicar que era virgem até aquela noite, do contrário não haveria porque levar o caso à justiça. Porém ela não foi feliz em seu intento e o caso foi julgado improcedente porque o corpo de delito considerou que o defloramento não era recente, o que já havia sido indicado pela própria Maria no depoimento quando respondeu que “há cinco meses mais ou menos” havia se dado o fato.

Viveiros de Castro salienta que

Si a mulher de dezesete annos consente em ser deflorada, si o homem não empregou para obter o seu consentimento nem seducção, nem engano e nem fraude, si ella obedeceu unicamente aos impulsos de sua ternura ou as exigências lubricas de seu temperamento, não há neste acto crime de defloramento. Pode e deve a moral estygmatisar severamente o procedimento do homem. O juiz porém não pode condemnal o, porque faltou ao facto e elemento moral que caracteriza o delicto.²⁷⁵

Portanto, ressaltar que se deixaram deflorar por acreditarem nas promessas de casamento e estavam apenas adiantando um direito do marido era importante no momento do depoimento das vítimas para caracterizar a própria honestidade. Esteves argumenta que para os juristas da época “o espírito da mulher transformava-se com a promessa de casamento, e se não houvesse esse ‘gancho’ nenhum crime de defloramento seria punido. É no casamento que os desejos da mulher se realizam; ela poderia vivê-los antes, se realmente tivesse o casamento como garantia futura.”²⁷⁶

Não é possível afirmar quantas dessas 14 vítimas de fato acreditavam nas promessas e quantas apenas alegavam isso para serem defendidas já que o caso chegou à justiça, por conta

²⁷⁴ Processo por crime de defloramento. Maria Alves do Nascimento. Caixa: ano 1897. Castro/PR.

²⁷⁵ CASTRO,, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 60.

²⁷⁶ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op. cit.* p. 55.

de uma gravidez, por exemplo. Quatro dentre elas fizeram questão de afirmar que os deflорadores eram seus namorados, Josephina, Bertulina, Balbina e Mécia.

Josephina declarou que “tem um namorado de nome Antonio de Ramos com o qual teve cópula carnal pela primeira vez no domingo de carnaval deste ano, sob promessa de casamento, que foi o único com quem teve relações sexuais”²⁷⁷ e Bertulina relatou que

há já um anno mais ou menos o dito Venceslau andara lhe namorando com o fim de casar-se, em um dia que ella offendida fora ao rio buscar água sozinha, o dito Venceslau lhe segurara forçosamente e praticara com ella offendida cópula carnal e ella offendida gritara mas não teve quem a acudisse e depois deste fato não dissera nada a ninguém por lhe haver pedido o mesmo Venceslau illudindo-a com promessa de casamento.²⁷⁸

Bertulina provavelmente foi orientada pelo promotor antes de seu depoimento e preocupou-se em ressaltar duas coisas: o namoro longo antes do defloramento e os gritos de pedido de socorro. Se o relacionamento era duradouro, seria mais facilmente justificável que a jovem acreditasse em promessas de casamento. Viveiros de Castro ao descrever as ações do sedutor que deveria ser punido pelo crime de defloramento afirma que seria aquele que frequentava a casa da jovem vítima com assiduidade fingindo estar apaixonado, fazendo planos de casamento e com juramentos solenes “consegue da pobre moça um adiantamento de direitos de marido para logo depois abandoná-la”.²⁷⁹ Se a primeira estratégia de Bertulina não obtivesse bom resultado, o que de fato ocorreu, já que nenhuma testemunha confirmou seu namoro com o réu, a segunda, destacar que foi forçada a ceder e que gritou por socorro seria importante para indicar uma postura de mulher honesta. Mas mesmo tendo todo esse cuidado ao narrar sua história, o processo ficou inconcluso.

Balbina, ao ser interrogada, respondeu que

Achava-se ella offendida sozinha em casa de seu pai José Vieira da Rosa, quando ali chegou José Pedroso de Oliveira que era seu namorado e convidou ella offendida, para ter relações com elle, que ella acendendo o seu pedido foi a um quarto na mesma casa de seu pai, e ali o dito José a deflorou. Que depois dessa vez nunca mais teve relações com José Pedroso e nem com qualquer outro homem, que José Pedroso não empregou violência e nem ameaças, porque prometeu casar-se com ella offendida. Que José ainda continuou a frequentar a sua casa, durante os dias que esteve a passeio em Catanduva, retirando-se depois para o bairro do Tronco onde reside. Que ella offendida não contou a ninguém esse fato por ter vergonha, sabendo

²⁷⁷ Processo por crime de estupro. Josephina Fernandes França. Caixa: Ano 1919. CCEE. Castro/PR. O processo era por crime de estupro presumido, a vítima era menor de 16 anos. O processo não foi concluído.

²⁷⁸ Processo por crime de Atentado contra o pudor. Bertulina do Espírito Santo. Caixa: Ano 1894. CCEE. Castro/PR.

²⁷⁹ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 63,

o seu pai mais tarde, isto é, no dia treze deste mês, dia em que a offendida deu a luz um menino.²⁸⁰

Seu relato não revela uma estratégia de defesa, como no caso de Bertulina, e sim a ingenuidade da menina de 15 anos que não sabia ler, nem escrever e trabalhava com serviços domésticos para ajudar a família. Ela envolveu-se com um rapaz que não morava na região e deixou-se seduzir. Ela não se preocupou em afirmar que teria sido forçada a consentir, apenas aceitou o convite do rapaz por acreditar em suas promessas. E não contou nada a ninguém, mesmo tendo sido abandonada pelo rapaz, porque teve vergonha, denotando assim o entendimento de que se desviou da conduta moral esperada e isso traria consequências ruins para ela, seria motivo de desencanto do pai, se tornaria assunto na comunidade, não seria mais considerada uma moça honesta.

A gravidez de Balbina e o nascimento de seu filho é que não permitiram que seu segredo fosse mantido e fizeram com que seu pai recorresse à justiça, mas a demora em denunciar acabou ocasionando a prescrição do crime e o arquivamento dos autos. Menor ingenuidade aparece no depoimento de Mécia, que pode ter acreditado em promessas de casamento para deixar-se deflorar, porém não esperou mais do que três dias para solicitar reparação:

Respondeu que a cinco ou seis meses mais ou menos, ela offendida se considerava noiva de Manoel Gomes, em vista deste ter pedido a sua mão, que apesar da insistência de seu pai o noivo ia demorando a realização do casamento, dando ora um e outro pretexto mas sempre prometendo a ella offendida que se casava, que no dia vinte e um de fevereiro último, houve um baile em casa de Lourenço Chrispin da Rosa, onde ella offendida esteve e dançou juntamente com seu noivo, que esse baile amanheceu e dali ela offendida pela manhã em companhia de outras suas irmãs, do noivo e de suas irmãs, retirou-se para sua casa que fica bem vizinha a uns cem metros da casa de João Gomes, pai de seu noivo onde este ficou, que as oito horas ella offendida foi sozinha ao rio buscar água, rio este que fica entre meio das duas casas, onde ella offendida reside e o seu noivo, que chegando ao rio ali tratou de lavar uns lenços e nessa ocasião ali apareceu o seu noivo que com bons modos, prosa amorosa, a foi seduzindo e levando-a para o mato bem próximo do rio, e ali apesar da resistência que opunha a offendida fora violada pelo dito seu noivo Manoel Gomes, a pretexto de que se casaria muito em breve, pedindo ainda a ella offendida que nada dissesse a ninguém sobre este fato porque logo se casava, que ella offendida guardou segredo por dois ou três dias, mas sabendo de novos pretextos e adiamentos para a realização do casamento, contou a sua tia Carolina Pedrosa o que lhe havia sucedido. Disse mais, que ella offendida nunca teve relação alguma com outro homem, a não ser por uma única vez, no dia que se referiu, com o dito Manoel Gomes, porque considerava seu noivo.²⁸¹

²⁸⁰ Processo por crime de defloração. Balbina Vieira da Rosa. Caixa: Ano 1894. CCEE. Castro/PR.

²⁸¹ Processo por crime de defloração. Mécia Martins de Oliveira. Caixa: ano 1914. CCEE. Castro/PR.

O noivado formal e a saída do baile na companhia das irmãs e não sozinha com o noivo são as justificativas da honestidade da jovem que só teria consentido com a relação sexual iludida com as palavras amorosas do rapaz e porque a promessa de casamento era de longa data. Diferente, porém de Balbina, Mécia não escondeu o que aconteceu, e como era órfã de mãe, pediu ajuda a uma tia. Ao saber da história, o pai da jovem primeiro procurou resolver a questão de forma amigável, não obtendo bons resultados. O jovem respondeu a ele com um bilhete que foi anexado aos autos. Escrito em papel quadriculado, com a formalidade das antigas cartas, o conteúdo era bem atrevido:

Ilmo Sr.
Benedicto Pedroso de Oliveira
Em primeiro lugar saúde é que lhe desejo. Sobre o que o Sr. Veio falar commigo eu para logo não posso e para nos tratar com grande praso não nos é conveniente. É melhor o Sr. achar outro não invocar commigo porque eu tensiono me cazar tão logo sem fazer cazar ao menos uma das minhas irmãs. Nada mais neste assumpto. Saude fraternidade.
Manoel Gomes²⁸²

Indignado com mais uma desculpa para não se casar e com a petulância do rapaz em pedir para que o pai da jovem encontrasse outro rapaz para casar com sua filha ele recorreu à justiça “confiado de que encontrará proteção na lei para punição deste crime que veio manchar a honra da família do respondente, que embora pobre tem vivido honestamente até hoje”. O exame de corpo de delito confirmou o defloramento da jovem e a solicitação para intimar as testemunhas foi feita, mas o caso ficou inconcluso.

Querer que outro assumisse a responsabilidade pela reparação do ‘mal’ feito a uma jovem não parecia tão incomum. Em outro processo consta que Cyrino Antonio de Oliveira, depois de deflorar Zeferina, com promessas de casamento, acabou se casando com outra mulher e, arrependido, confessou ser o autor do crime e “procurou ver se arremediava fazendo com que seu irmão Zeferino Antonio de Oliveira casasse com ella offendida, o qual não se realizou”.²⁸³ A recusa de Zeferino para assumir o que era considerado responsabilidade do irmão não foi estranha, já que nem mesmo Antonio, noivo de Durvalina, vítima de um estupro, aceitou casar-se com ela depois que ela havia sido violentada por João Barra.²⁸⁴ O casamento era entendido por homens como Manoel e Cyrino como uma forma de reparação de um mal, de restaurar a honra perdida e não como uma consequência de um relacionamento amoroso que conduz à decisão de convivência e constituição de família.

²⁸² Processo por crime de defloramento. Mécia Martins de Oliveira. Caixa: ano 1914. CCEE. Castro/PR.

²⁸³ Processo por crime de defloramento. Zeferina de Tal. Caixa: ano 1892. CCEE. Castro/PR.

²⁸⁴ Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: ano 1905. CCEE. Castro/PR.

A busca dos pais pela reparação com o casamento de forma amigável antes de recorrer à justiça era também comum. Além do pai de Mécia, teve o mesmo procedimento o pai de Maria Augusta da Silva que ficou noiva de Gumercindo após o defloramento. Como o rapaz fugiu na véspera do casamento, João Batista, o pai, buscou a ação da justiça²⁸⁵. Outro processo revela que o pai de Anna de Paula combinou o casamento da filha com Santiago que teria deflorado a jovem e depois prometido casamento, segundo o depoimento de Anna. Dois negociantes locais testemunharam a favor da jovem, dizendo que o pai e o irmão da vítima já haviam comprado vários “objetos de casório” em suas “casas de comércio” e convidado testemunhas para o casamento. A desistência do jovem de se casar fez com que Serafim, pai de Anna, recorresse à justiça. O rapaz foi, porém, inocentado pelo júri.

E ainda Amaro, o pai de Antonia, jovem que também tentou esconder o fato de ter sido deflorada, mas que por estar grávida foi obrigada a revelar, foi outro que buscou organizar o casamento da filha antes de prestar queixa. Agostinho, o réu, dizia que não era o autor do crime, mas que se casaria com ela se seus pais consentissem. Negar o crime, mas consentir no casamento, sugere uma tentativa de livrar-se da prisão apenas, pois se fosse de fato inocente dificilmente concordaria com o casamento. O caso só foi parar na justiça porque os pais do rapaz de 18 anos não permitiram que se casasse.

As testemunhas do processo confirmaram que “as famílias tinham relação de amizade e que se frequentavam, isto é, se visitavam”; que “Antonia era muito considerada no bairro, sendo até esse acontecimento tida como uma moça de bem de cujo comportamento nunca se falou” e que Agostinho havia falado que “estava pronto para casar-se, que Amaro podia tratar dos papéis, só faltava a licença dos pais”. Todos esses relatos favoráveis à jovem fizeram com que Agostinho se tornasse um dos poucos réus condenados por estupro presumido, já que Antonia tinha apenas 15 anos, e com circunstâncias agravantes, pois o réu teria abusado da confiança da família ao cometer o crime.²⁸⁶

²⁸⁵ Como a jovem tinha 22 anos, não sendo, portanto, menor de idade, não se constituiu o crime. Há ainda a constatação de que mesmo que isso não ocorresse, o crime já teria prescrito com a demora da queixa. (Processo por crime de defloramento. Maria Augusta da Silva. Caixa: ano 1913. CCEE. Castro/PR)

²⁸⁶ Outro entre os réus condenados foi Sebastião Pereira acusado do estupro de Maria das Neves da Silva. A jovem revelou que “no dia oito do corrente mês as sete horas da anoite, no distrito dos morros em um mato próximo à casa de seus pais, ella offendida foram violentamente deflorada por Sebastião Pereira, que no dia seguinte sob ameaça de matar o pai dela offendida o dito Sebastião a obrigou a sair de casa de seus pais e ir com elle para a casa de Maria da Conceição onde passou a noite junto com Sebastião Pereira, que este prometeu casar-se com ella offendida”. No mesmo dia em que a jovem saiu de casa seu pai buscou ajuda do inspetor de polícia que buscou a menina na casa de Maria Conceição. As testemunhas todas favoráveis à jovem, destacando sua boa conduta, o fato de que vivia sob a proteção dos pais e de que era “público e notório” que o culpado era mesmo Sebastião, auxiliaram na condenação do mesmo. (Processo por crime de estupro. Maria das Neves da Silva. Caixa: ano 1906. CCEE. Castro/PR).

Entre os sete casos em que as jovens não relataram a promessa de casamento como fator que motivou o defloramento apenas dois casos foram considerados procedentes e apenas um réu, Zeferino, foi condenado.

No processo em que foi vítima de defloramento a menor Manoela Rosa de 16 anos consta em seu depoimento que

um dia no mês de janeiro deste ano no Socavão, estava ella offendida lavando roupa em um rio, ali chegou Zeferino de Tal, compadre da mãe della offendida, e por meio violento deflorou ella offendida sem que nada promettesse, que no dia seguinte ella depoente contou isso à sua mãe, que o dito Zeferino era homem de confiança e morava em casa da mãe da offendida, e depois deste fato retirou-se e consta que promete roubar ella offendida.²⁸⁷

O destaque dado à violência sofrida, as testemunhas favoráveis e a fuga do réu ajudaram a vítima neste caso. Em outro caso em que foi vítima Thereza de Ramos, de 17 anos, o réu Manoel foi inocentado pelo júri, mesmo tendo sido declarado por uma das testemunhas que ela “encontrou o denunciado e sua vítima deitados em posição de cópula, nas imediações de um monjolo”²⁸⁸. Thereza, a vítima, disse que Manoel a tomou a força e apenas depois do ato consumado é que teria prometido “reparar esse mal”. Para Viveiros de Castro, “a promessa de casamento deve ser anterior ao primeiro concubito; nenhum valor tem se foi feita no acto deste para fim de obte-lo, ou depois deste”.²⁸⁹ Manoel foi inocentado pelo júri, casou-se com outra mulher e Thereza ficou sozinha e grávida.

Maria Adelaide, que acusou o sobrinho do patrão de seu defloramento, teve seu processo inconcluso²⁹⁰. Mulheres pobres deviam saber seu lugar, Viveiros de Castro afirma que em determinadas circunstâncias não seria admissível que a mulher acreditasse em alguma promessa de casamento “tal é, por exemplo, o caso de uma criada, sem família, de condição humilde e baixa, que se disse iludida pela promessa de casamento que lhe fez seu amo, homem rico ou de elevada posição social”²⁹¹. Já outras vítimas, Pedrina, Maria Florentina e Maria do Livramento, não conseguiram provar sua menoridade e os processos foram arquivados, mesmo que em seus relatos as jovens tenham afirmado que foram agarradas à força.²⁹²

Em outro caso, Maria Joana acusou José de estupro dizendo que era

²⁸⁷ Processo por crime de defloramento. Manoela Rosa. Caixa: ano 1902. CCEE. Castro/PR.

²⁸⁸ Processo por crime de defloramento. Thereza de Ramos. Caixa: ano 1918. CCEE. Castro/PR.

²⁸⁹ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 65.

²⁹⁰ Processo por crime de defloramento. Maria Adelaide de Mello. Caixa: ano 1902. CCEE. Castro/PR.

²⁹¹ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 60-61.

²⁹² Processos por crime de defloramento. Pedrina Carneiro Saldanha. Caixa: ano 1903; Maria do Livramento. Caixa: ano 1900; Maria Florentina. Caixa: ano 1893. CCEE. Castro/PR.

moradora no lugar denominado Areia, onde tracta honestamente de prover a sua subsistência e de suas irmãs mais moças, pois seus pais são falecidos a seis annos, que no dia 14 de setembro ao meio dia mais ou menos no dito lugar Areia, quando se achava no rio lavando roupa, José Felix de Oliveira, também residente nas Areias, a forçou deflorando-a e se recusando a casar-se²⁹³

Aqui é interessante notar que não apenas homens tinham o casamento como forma de reparação, não importando a existência ou não de algum sentimento de afeto comum entre o casal. Maria Joana disse ter sido forçada por José a ter uma relação sexual e depois disso queria que ele se casasse com ela, foi a recusa dele que a levou a buscar ajuda na justiça. Para ela que ao se tornar órfã ficou com a responsabilidade de criar as irmãs mais novas, um casamento, ainda que sem vínculo amoroso, seria talvez um alívio financeiro. Um marido que assumisse com ela o cuidado das irmãs e o sustento da família talvez fosse seu anseio.

José Felix ao depor tomou cuidado em destacar que é “casado religiosamente” e que era falsa a acusação de Maria Joana “e que atribui a ella ter dado essa queixa por querer ella casar-se consigo a tempos”. A denúncia foi julgada improcedente.

A determinação de papéis sociais distintos para homens e mulheres na sociedade era assumida por eles e elas. O casamento não significava para as jovens maior liberdade, pois mesmo que fosse uma oportunidade de sair da casa paterna elas passavam do pátrio poder ao poder marital. Mesmo assim, o casamento era o anseio da maioria das jovens, eram preparadas para isso desde muito cedo e não tinham outras perspectivas de vida, especialmente nas áreas rurais que inviabilizavam ou dificultavam o acesso aos estudos. Promessas de casamento podiam encantar as jovens mulheres que almejavam concretizar seus sonhos de casamento e de constituição de uma família. Ao mesmo tempo, rapazes podiam utilizar tais promessas como artifício para satisfazer seus desejos, sem uma preocupação real de que seriam punidos por tal atitude.

3.3 AS ESCOLHAS

Nem todas as mulheres subvertiam a ordem, transgredindo os padrões de conduta, por terem sido violentadas ou seduzidas por promessas enganosas de casamento. Elas faziam escolhas, optavam por fugir à norma e viver de acordo com os próprios anseios. Algumas saíam das casas dos pais para viverem com seus namorados, utilizavam o rapto como meio

²⁹³ Processo por crime de estupro. Maria Joana da Rosa. Caixa: ano 1899. CCEE. Castro/PR.

para poderem se casar com rapazes que os pais não aprovavam. Outras viviam sua sexualidade de forma mais livre em relacionamentos que não terminariam em casamento e outras ainda encararam a virgindade como moeda de troca para obter coisas que julgavam importantes naquele momento de suas vidas.

Entre os processos, seis deles nos revelam atitudes de jovens mulheres que fizeram escolhas diferentes, não agindo de acordo com o comportamento esperado para ‘mulheres honestas’. Três processos foram arquivados, um foi considerado improcedente, um pai desistiu do processo e um réu foi absolvido pelo júri. Aparentemente estes resultados foram negativos para as vítimas, mas as histórias apontam para outra direção. Não eram elas que esperavam reparação da justiça, mas os pais, elas deixaram-se deflorar não por ingenuidade, mas porque assim escolhiam o rumo que dariam às suas vidas, independente da aceitação ou não da família ou da comunidade em relação às suas escolhas.

Guilhermina Maia, vítima no processo de atentado contra o pudor cujo réu, Alcides Bueno da Piedade, foi absolvido pelo júri, surpreende com seu relato:

A mandato de sua mãe, sahiu de casa para ir fazer umas compras na casa de negócio de Benedicto Alves Pereira e que ao passar em frente ao portão do mercado público, o preto de nome Alcides chamou-lhe e ella declarante attendeu o chamado, que Alcides prometeu-lhe dar um tostão se ella fosse com elle a uma das latrinas do mercado, ao que ella asseitou, tendo acompanhado Alcides e estando ambos em uma das latrinas do mercado Alcides fes que ella declarante tirasse as calças e suspendeu-lhes as neste ficando ella desnudada da cintura para baixo, que Alcides então desceu suas calças e colocou entre suas pernas o peniçe; que tendo isto foi feito da seguinte forma: Alcides colocou a de pé em cima de uma caixa e ficou de pé junto a ella, que feito isto ella vestiu-se novamente as calças e sahiu da latrina depois de ter sahido Alcides; que Alcides pediu a ella depoente que nada contasse a ninguém e nem lhe deu o tostão que havia prometido, que de facto ella não contou o accordo a ninguém tendo sua mãe tido conhecimento por outras pessoas, que depois que sahiu da latrina fez as compras e foi para casa.²⁹⁴

Esteves, ao se referir aos testemunhos das vítimas de processos por crime de defloração, destaca que as mesmas eram geralmente instruídas pelos promotores a ressaltar a dor sentida no ato, a fragilidade diante da força do réu e a vergonha posterior.²⁹⁵ Esses elementos não aparecem no relato de Guilhermina que tinha apenas 12 anos quando a queixa foi apresentada. Não é possível afirmar que ela não recebeu essas orientações ou simplesmente as ignorou. A questão é que de acordo com seu depoimento não foram promessas de casamento e nem a violência que a colocaram em tal situação, ela queria o dinheiro, não parecendo se importar com a moral social estabelecida. Não se trata de afirmar

²⁹⁴ Processo por crime de atentado contra o pudor. Guilhermina Maia. Caixa: Ano 1917. CCEE. Castro/PR.

²⁹⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**. *Op cit.*

que sua opção por prostituir-se tenha sido tranquila, mas de demonstrar que as situações concretas do cotidiano moviam as ações de homens e mulheres que buscavam a subsistência e podiam conduzir algumas jovens, mesmo de tão pouca idade como Guilhermina, a não empregarem o mesmo valor ou o mesmo sentido à virgindade designado pela maioria da comunidade. Para ela perder a virgindade poderia significar a resolução imediata de uma carência financeira e isto poderia parecer mais importante no momento do que a castidade para garantia de um casamento futuro. Frustrante deve ter sido o fato de que Alcides que em seu depoimento disse que “não se lembra que tivesse praticado o facto pelo qual foi denunciado, pois que neste dia tinha bebido e estava embriagado” nem mesmo a pagou.

Eugenia, de 14 anos, não se deixou levar por algum tipo de acordo financeiro, mas também não foi enganada por falsas promessas de casamento ou forçada a fazer algo que não queria. Ela teria se deixado seduzir por conselhos de uma mulher mais velha que estavam longe de compactuarem com os padrões de conduta esperados:

Declarou que o dito Domingos é casado com uma mulher por nome Maria das Dores, mas como elle tinha deixado della e vive com outra mulher por nome Geraldina de Tal, cuja Geraldina foi quem seduziu ella para sahir com Domingos e como todos os dias Geraldina lutava com ella para sahir com Domingos e ella sempre estava em casa de Geraldina e como ambos os dois lutavam com ella tantos dias aproveitando-se das fraquezas da menor, até que um dia ella sahiu de seus pais e foi para a casa de Domingos, o qual esteve parada três dias com elle, e acabo de três dias foi abandonada pelo Domingos, o qual se acha em casa de uma sua irmã, disse mais, que a culpa mais é da tal Geraldina que enquanto ella não sahiu não parou de aconselhar ella para que saísse.²⁹⁶

Domingos tinha 22 anos e uma testemunha declarou que

ele dizia que havia de tirar a moça de qualquer forma somente para jogar na rua. Disse mais que Domingos é homem que tem procedido mal no município de Piray e que casou com uma mulher de nome Maria das Dores cuja mulher por várias vezes foi preciso que a vizinhança acudi-la para poupar-se a sua vida, disse que o dito Domingos costumava andar rondando monjolos alheio, casa alheia, cercando pessoas em estradas para brigar (...) abandonou sua própria mulher deixando um filho. E foi onde mora o tenente Albino de Souza Mello e lhe tirou a sua casa uma mulher por nome Geraldina, prostituta e mora com ella.²⁹⁷

Geraldina tinha 46 anos e negou que tivesse influenciado Eugênia a sair de casa. Disse que era velha e doente, era viúva e lavradora e que Domingos trabalhava em sua roça como camarada e por isso pernoitava em sua casa. Sendo ou não Geraldina prostituta e sendo ou não Domingos um rapaz violento que desejava o mal para Eugênia, a jovem sabia com quem

²⁹⁶ Processo por crime de rapto. Eugenia Martins. Caixa: ano 1906. CCEE. Castro/PR.

²⁹⁷ Processo por crime de rapto. Eugenia Martins. Caixa: ano 1906. CCEE. Castro/PR.

estava se envolvendo. Ela mesma declarou ter conhecimento de que ele já havia sido casado e vivia com outra mulher, portanto provavelmente não esperava dele um relacionamento dentro dos padrões morais que a sociedade impunha, tanto que afirma que a influência maior foi de Geraldina e não dele.

A jovem Eugênia foi acusada de ser “prostituída” porque “costuma andar só, sem companhias pelas estradas” porque a viram “trocando lenço com a rapaziada pelas festas e nos domingos os moços juntava-se para ir a casa della, que não tinha entrada em muitas casas de família por esse motivo” e seus pais foram acusados de não zelar muito pela família “tendo acontecido que a filha mais velha saiu de casa em companhia de um negro” com quem mais tarde se casou. Foi relatado também por uma testemunha que Eugenia teria dito que saiu da casa de seus pais “porque estes a estavam maltratando”.

Se a necessidade ou o interesse financeiro poderia impulsionar jovens como Guilhermina a romper com as determinações sociais de boa conduta para jovens mulheres²⁹⁸, outras situações como o relacionamento ruim com os pais poderiam as motivar a seguir caminhos não tradicionais. A irmã de Eugenia saiu de casa e depois se casou, talvez porque seus pais não apoiassem seu relacionamento com o jovem negro²⁹⁹ e Eugênia provavelmente não teria se encantado tanto com os conselhos que disse ter ouvido de Geraldina se a convivência familiar fosse agradável. A vida fora das convenções parece ter se apresentado mais atrativa do que a convivência familiar, talvez violenta ou talvez carente de zelo. Interessante é perceber que no caso da irmã não houve a denúncia por rapto, provavelmente porque a jovem se casou logo após sair da casa paterna, mas no caso de Eugênia a situação era diferente, ela saiu de casa pensando em conviver com um homem já casado, considerado violento, na casa de uma mulher apontada como prostituta. Se um casamento que desagradava os pais poderia ser perdoado, uma atitude como esta era mais grave para a honra familiar e precisava de punição. No caso de Eugênia, o processo foi arquivado por falta de provas contra os acusados, porém o pai cumpriu sua função de buscar defender a integridade moral da família.

Diferente destes relatos de mulheres que muito jovens ainda teriam escolhido prostituir-se ou liberar-se sexualmente são as histórias dos casais que transgrediram a norma para permanecerem juntos, entendendo que esta seria a única maneira de obter o consentimento dos pais para a união. Samara, ao pesquisar as relações de poder nas famílias

²⁹⁸ Processo por crime de atentado contra o pudor. Guilhermina Maia. Caixa: Ano 1917. CCEE. Castro/PR.

²⁹⁹ Bernardo, cunhado de Eugênia, foi assim caracterizado por diferentes testemunhas demonstrando uma preocupação com a cor por parte das mesmas. (Processo por crime de rapto. Eugenia Martins. Caixa: ano 1906. CCEE. Castro/PR.)

do século XIX em São Paulo, lembra que “a escolha do cônjuge dependia da interferência da família, o casamento, sob essa perspectiva, era um ato social de grande importância, polarizando vários interesses”³⁰⁰ e a legalização da união dependia do consentimento paterno. Caufield revela que nos processos em que analisou durante sua pesquisa encontrou casos de mulheres que “tiveram relações sexuais com o namorado com o objetivo de fazer com que os pais aceitassem um relacionamento proibido”.³⁰¹ Foi assim que Avelina e Manoel Bernardo conseguiram se casar. Ela era uma lavradora de 20 anos que afirmou

De volta da casa de uma vizinha para a casa de sua avó onde vive, foi pegada à força por Manoel Bernardo que prometendo casar-se com ella depoente, deflorou-a e que tem continuado a estar com ella, tendo sempre relações ilícitas, isso já a uns meses e não teve relações com mais ninguém. (...) Que o mesmo Manoel Bernardo disse estar pronto a casar-se com ella perante seu pai que não consentiu.³⁰²

Como o casamento era a única forma de livrar o rapaz da prisão, os pais acabaram consentindo e os dois realizaram sua vontade. Escolástica, de 15 anos, causou maior confusão. A jovem órfã de 15 anos no primeiro depoimento prestado acusou seu primo Manoel Pinheiro do Prado de seu defloramento. Disse que “guardou silêncio, a pedido do dito primo, até que tendo ficado grávida e não podendo mais esconder os vestígios, contou às suas irmãs e irmãos quem tinha sido o autor de sua deshonra, isso depois que deu à luz uma criança do sexo masculino, que veio a falecer no dia seguinte”.³⁰³ Ao ser interrogado, o jovem Manoel de 17 anos negou tudo e disse que provaria sua inocência e Escolástica então disse:

Que não era verdade a declaração que haverá feita de ter sido o autor de sua deshonra Manoel Pinheiro do Prado, pois que este era inocente e ella offendida havia declarado que elle tinha sido o autor porque ella offendida queria casar-se com elle, mas como elle não quis e para que não seja processado injustamente, declara que o dito Manoel nunca teve cópula carnal com ella offendida.³⁰⁴

Em seguida, ela acusou seu irmão Thomé da autoria do crime e “pedia que não fosse ele processado, porque ella offendida tinha esperança que elle Thomé, havia de conseguir um marido para ella. Que fazia essa declaração para salvar sua consciência, que ninguém a insinuou. Que em tudo isso só ella offendida é responsável, porque seu irmão não a forçou”. A denúncia era muito grave, ainda mais por ser a menina órfã, sendo seu irmão o tutor dela e

³⁰⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 88.

³⁰¹ CAUFIELD, Suan. **Em defesa da honra**. *Op. cit.* p. 237.

³⁰² Processo por crime de defloramento. Avelina dos Santos. Caixa: ano 1902. CCEE. Castro/PR.

³⁰³ Processo por crime de defloramento. Escolástica Maria Pedroso. Caixa: ano 1904. CCEE. Castro/PR.

³⁰⁴ *Idem*.

das demais irmãs. Independente de ter assumido a responsabilidade pelo ato afirmando que não havia sido violentada, mas agiu de acordo com sua vontade, o irmão seria preso e para ela e as irmãs seria designado outro tutor. Porém, mais uma vez seu depoimento mudou. Talvez ela tenha se arrependido de colocar o irmão em tal situação ou então, Escolástica era astuta e audaciosa para causar todo esse tumulto em torno de sua história mostrando que era capaz de complicar a vida das pessoas ao seu redor caso fosse contrariada. Em seu último depoimento afirmou:

Que tudo que houvera dito com referência a seu irmão Thomé não era verdade, pois que o havia acusado porque elle não queria que ella casasse com o verdadeiro autor do seu defloramento que é Bonifácio Lourenço do Prado, testemunha citada para esse processo. O dito Bonifácio é o único responsável pela sua deshonra, e estava certa que elle sendo inquerido haverá de declarar tudo, por isso ella offendida o faz já. Devido a fraqueza de sua pessoa e pelos trabalhos porque está passando é que tem obrigado ella offendida a afastar-se da verdade.³⁰⁵

Bonifácio confirmou tudo e o processo foi suspenso porque os dois se casaram. Para justificar tantas mentiras durante o interrogatório Escolástica se definiu como uma pessoa fisicamente frágil que precisa trabalhar muito e tais declarações remetem a uma ideia de que a fragilidade física e moral das mulheres que era ainda mais evidente nas jovens menores de 16 anos conferia a elas uma propensão ao erro, o que justificava a vigilância a que muitas eram submetidas. Viveiros de Castro vai além e afirma que

as moças das cidades são muito mais inteligentes e finas do que as moças da roça, não acreditam em tolices e superstições que facilmente iludem as outras. Quanto mais simples e ignorante a mulher, mais facilmente se deixa enganar. Compreende-se que uma moça de fina sociedade, lida e conversada, não acredita na fraude grosseira e tola que entretanto illudiu a pobre mulher, analfabeta e boçal.³⁰⁶

Escolástica era uma moça da roça e seu depoimento final pode ter sido construído a partir de instruções do promotor que certamente entendia que recorrer a tal fragilidade colocava a jovem na posição de alguém que precisava ser defendida, pois não tinha nem forças físicas para defender-se de um deflorador e nem força moral para fugir de tal situação e entender que não poderia mentir diante da justiça. Contrariando, porém, a ideia de Viveiros de Castro que julgava as moças da roça como tolas e ignorantes, o conjunto de relatos de Escolástica revelam a astúcia de uma mulher que sabia o que queria e mentia sem medo, ou

³⁰⁵ Processo por crime de defloramento. Escolástica Maria Pedroso. Caixa: ano 1904. CCEE. Castro/PR.

³⁰⁶ CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. *Op. cit.* p. 71-72.

para tentar defender o rapaz com quem queria se casar ou para mostrar ao irmão tutor sua capacidade de causar efeitos nocivos àqueles que não lhe respeitassem a vontade.

Guilhermina, Eugênia, Avelina e Escolástica eram jovens pobres, como a maioria das vítimas nos processos analisados e pode-se concluir que em seu cotidiano, devido aos diferentes afazeres pelos quais eram responsáveis, não ficavam por muito tempo próximas aos olhares vigilantes das famílias, o que facilitava o encontro com os rapazes que as defloraram. As condições de vida impulsionaram estas jovens pobres a traçar os seus caminhos, planejando casamentos sem o consentimento dos pais ou tutores ou aceitando a prostituição como possibilidade. Mas entre os processos, dois casos se referem a jovens de famílias mais abastadas, demonstrando que ainda que houvesse uma moral comum entre esse grupo social, que exigia das mulheres uma conduta submissa diante dos homens e uma passividade diante das decisões que eles tomavam a respeito de suas vidas, nem todas se deixavam submeter. Era comum que os pais escolhessem com quem as filhas se casariam, que lugares poderiam frequentar, com quem poderiam conversar e que as mulheres de famílias mais influentes eram subjugadas a uma vigilância maior porque não precisavam sair constantemente às ruas, nem trabalhar na roça ou lavar roupas nos riachos, porém sempre existiram exceções e entre elas estavam Eusébia e Urçulina.

O pai de Eusébia conheceu o jovem Lázaro durante uma viagem a Lençóis/SP, onde residia seu filho, estudante de direito. O rapaz lhe disse que “por motivo de moléstia vinha a este estado tomar ares e pediu-lhe hospitalidade”³⁰⁷ que foi concedida. Passados quatro meses de sua estadia na casa de Agostinho, pai de Eusébia, Lázaro teria raptado a jovem, menor de idade. Testemunhas disseram que o rapaz “prometia casamento a menor Eusebia e que se não se realizasse o casamento por consentimento dos pais a tiraria da casa destes”. O casal saiu da casa dos pais da jovem e pediu a um lavrador, João Evangelista, que morava próximo para que os levasse à cidade. João testemunhou que a jovem saiu da casa de seus pais por livre vontade para se casar com o acusado e que “mostrou-se muito alegre e satisfeita passeando pelo campo e em derredor da casa delle testemunhas”, disse ainda que no tempo em que permaneceu com eles, não viu e nem ouviu nada que pudesse sugerir que Lázaro pretendia enganar ou aproveitar-se de Eusébia e que o casal somente deseja se casar “o que demonstrarão por palavras e ações”. Na cidade, se hospedaram em um lugar conhecido como

³⁰⁷ Processo por crime de rapto. Eusébia da Silva. Caixa: ano 1899. CCEE. Castro/PR.

“casa das Pintas”³⁰⁸ de onde a madrinha de Eusébia a retirou assim que soube de sua fuga. Consideradas suficientes as provas contra Lázaro, o rapaz foi preso.

A vítima foi para a cidade de Ponta Grossa, para um lugar onde nem seu pai sabia. As testemunhas diziam que nunca tinham ouvido “fallar senão bem della” desde criança e que “a menor ficava na sala da casa do pai com as irmãs jogando baralho e saía com a mãe, as irmãs e o acusado”. Não saía sozinha, estava sempre na companhia da mãe ou das irmãs. Mas Eusébia não compareceu no dia marcado para seu depoimento. A desculpa apresentada pelo pai é de que um temporal havia impedido sua vinda para Castro. Diante disso o juiz mandou que a mesma fosse interrogada em Ponta Grossa, mas antes que isso acontecesse, seu pai desistiu do processo.

Mas se Eusébia foi corajosa para enfrentar a família e viver seu romance com um jovem de igual condição social, maior ímpeto teve Urçulina, filha do coronel Antonio Maria da Rocha Tico, que enamorou-se do cocheiro Vergílio, empregado da família. O processo ficou inconcluso, porém as poucas páginas disponíveis com o relato da vítima e de algumas testemunhas revelam uma história interessante de uma mulher disposta a assumir o controle de sua vida. Não se trata da vítima Urçulina e sim de sua mãe dona Luiza da Silva Rocha.

A jovem disse em seu depoimento que

A nove meses mais ou menos, Vergílio Mendes do Prado, cocheiro, empregado do pai da offendida mostrava-se amoroso para com a offendida, chegando ao ponto de pedir-lhe em casamento, dali nascendo a confiança da offendida para com o mesmo Vergílio que vivia sob o mesmo teto, iludida pelo mesmo sob promessa de casamento, fora deflorada a nove meses mais ou menos de cujo acto ficou grávida e hoje às... deu a luz uma criança do sexo..., que é filha do mesmo Vergílio. Que o fato de sua deshonra só contou a sua mãe e isto fez meses depois quando já se sentia com sinais de gravidez. (As reticências são do documento, não constando nele a referida hora e o sexo da criança).³⁰⁹

Na narrativa são perceptíveis elementos comuns a outros testemunhos de vítimas de defloração, a crença na promessa de casamento justificada aqui pela confiança que a jovem tinha no rapaz que convivia com a família e o silêncio sobre o defloração até que a gravidez impedia que o segredo se perpetuasse. Mas diferente de outras jovens que tentavam esconder tudo até o momento do parto, Urçulina contou tudo à sua mãe assim que percebeu a gravidez. Seria compreensível que dona Luiza, esposa de um coronel, proprietário de terras,

³⁰⁸ Não foi possível localizar maiores informações a respeito deste local, nem na bibliografia disponível sobre a cidade e nem em algum outro documento.

³⁰⁹ Processo por crime de defloração. Urçulina da Silva Rocha. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

levasse o fato ao conhecimento do marido, responsável pelo provimento e defesa da honra da família. Não foi o que ela fez. Ao depor disse que:

A cinco meses mais ou menos, sua filha Urçulina contou a ella respondente que Vergílio Mendes do Prado a tinha deflorado sob promessa de casamento, mas pedindo-lhe pelo amor de Deus que não contasse nada a ninguém, que guardou silêncio procurando ocultar esse facto, até ontem, onde seu marido teve conhecimento, impedindo por toda a forma a realização de um casamento projectado entre sua filha e seu seductor, que temendo exprobações do marido, pediu auxílio ao coronel Theotonio Marcondes para cuja casa se transportou com sua filha offendida, a qual hoje deu a luz uma criança que é filha do mesmo Vergílio, o qual desde ontem se acha occulto.³¹⁰

A atitude insubmissa de dona Luiza, que não repreendeu a filha pelo que seria considerado um desvio de conduta, mas a protegeu do pai, não hesitando em sair com a filha de sua casa e refugiar-se na casa de amigos para que a criança nascesse em segurança é reforçada por outros testemunhos, como de Ambrosina, que destacou que

o coronel Tico Rocha a muito tempo não morava com sua esposa, por sua mulher não o querer mais em sua presença e que era para elle estar ausente desta cidade durante um anno, para satisfazer as exigências de sua esposa, disse mais, que Vergílio era tratado na casa do coronel Tico Rocha como filho, que ouviu dizer a offendida quer se casar com seu offensor e este também quer.³¹¹

Sem preocupar-se com possíveis comentários sobre o fato de não ter mais a presença do marido em casa, em um período em que a sociedade inferiorizava as mulheres que tinham o casamento desfeito, dona Luiza colocou o coronel para fora de sua casa e este não deveria retornar no período de um ano. O tempo seria suficiente para Urçulina dar à luz e casar-se com Vergílio. No retorno de seu pai tudo estaria consumado. Que autoridade exercia essa mulher sobre seu marido quando o comum era que as decisões fossem tomadas pelo homem, chefe da casa, e não pela esposa? O fato é que mesmo tendo o coronel retornado antes do previsto e se revoltado com a situação em que encontrou a filha, não conseguiu levar adiante seu plano de punir o empregado por ter ferido sua honra. Não encontrou apoio e nem obediência em sua esposa, pelo contrário, ela colocou-se contra ele e a favor da filha. Samara afirma que

Provavelmente houve um certo exagero dos estudiosos e romancistas ao estabelecerem o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa. As variações nos padrões de comportamento de mulheres provenientes dos diferentes

³¹⁰ Processo por crime de defloração. Urçulina da Silva Rocha. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

³¹¹ *Idem.*

níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas por rebeldia e mesmo insatisfação.³¹²

Dona Luiza é um exemplo disso. Sua lavadeira, senhora Rufina, disse em seu depoimento que “o coronel Tico Rocha não morava com sua família e há muito tempo que se achava viajando constando que ele se achava apartado de sua mulher, que ele esteve muito tempo doente e logo que sarou abandonou sua família vivendo sempre viajando”. Longe de sentir-se diminuída ou fragilizada por não contar com a presença de um marido protetor, Dona Luiza enfrentou as questões que lhe foram impostas, apoiou a escolha da filha, garantiu o nascimento seguro da criança, compareceu à justiça para relatar sua versão, não se resignou, não se submeteu ao poder marital e nem temeu o julgamento da sociedade.

A violência de gênero pode ser entendida como a agressão física ou psicológica contra as mulheres. Ela nasce da discriminação historicamente construída que sugere uma inferiorização delas em relação aos homens e que permitiu a eles subordiná-las. A violência sexual apresentada no início deste capítulo com narrativas dramáticas encontradas nos processos crime de Castro/PR revelam como esta subordinação podia, e infelizmente ainda pode, chegar ao extremo. Para além da dor física, a violência de gênero causa traumas. As mulheres enganadas por falsas promessas tiveram suas vidas marcadas. No final do século XIX e início do XX as jovens mulheres de regiões interioranas eram preparadas quase que exclusivamente para o casamento e perder a virgindade antes dele poderia significar perder também a chance de que outras pessoas as quisessem como esposas e para elas isso significava romper com expectativas de vida que construíram desde a infância. A dominação masculina em relação às mulheres se manifestava ainda na prática, comum no período, dos pais escolherem os noivos das filhas, independente dos sentimentos das mesmas, o que pode ser entendido como outra forma de violência já que tentava impedi-las de decidir sobre suas próprias vidas.

Essa discriminação, no entanto, não é natural, é construção social. Desta forma, mulheres subverteram esta ordem ao longo da história e não se deixaram dominar. Nos processos analisados nesta pesquisa a rebeldia das mulheres em relação à discriminação de gênero foi manifesta nos casos em que elas utilizaram do defloramento anterior ao casamento como artifício para escolherem com quem e como desejavam construir suas vidas, independente da vontade dos pais, independente dos comentários da comunidade, independente da exposição pública que sofriam ao terem suas histórias levadas à justiça.

³¹² SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. *Op. cit.* p. 105.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade de Castro, cidade do interior do Paraná que surgiu como ponto de parada dos tropeiros e em torno dessa atividade econômica foi se desenvolvendo ao longo do tempo, a diferença na noção de honra e moralidade para homens e mulheres era tão perceptível quanto nas outras regiões brasileiras analisadas pela historiografia, como São Paulo e Rio de Janeiro. Distinções claras entre posturas aceitas para homens e condenáveis para mulheres surgiram nos relatos das testemunhas dos processos por crimes de ordem sexual, fontes desta pesquisa. No final do século XIX e início do século XX eram considerados homens honestos os provedores do lar, enquanto as mulheres honestas eram aquelas que se adequavam a uma moral sexual e se submetiam à dominação masculina, fruto da discriminação de gênero.

A grande maioria das testemunhas selecionadas para os processos era composta por homens casados que declararam uma profissão. Tais características eram consideradas como sinal de respeitabilidade, eram os homens responsáveis pelas famílias, pelo provimento material e manutenção da honra. Samara salienta inclusive que “os homens legitimamente casados, por sua vez, também eram considerados mais adequados para ocupar postos de importância e responsabilidade”³¹³. Homens casados e trabalhadores eram considerados homens honestos e seus relatos dignos de crédito. Diferente do observado em relação às testemunhas mulheres, minoria nos processos, quando eram solteiras e amigas da vítima de crime sexual tinham seus testemunhos desmerecidos ou postos em dúvida, pois da mesma forma que a jovem vítima era julgada e culpabilizada pelo próprio infortúnio, moças que com ela convivessem poderiam ter sua honestidade posta à prova. A superioridade atribuída aos homens em relação às mulheres no período é perceptível nesta legitimidade conferida aos testemunhos deles e não aos delas. O trabalho para as mulheres não era fator de dignidade, pelo contrário. Mulheres pobres que precisavam trabalhar para a sobrevivência sua e de sua família eram inferiorizadas.

Os relatos das testemunhas demonstram que a comunidade de Castro considerava adequado o fato dos jovens rapazes, réus nos processos, frequentarem bailes, andarem armados, envolverem-se em brigas que terminavam em lutas e às vezes em tiroteios. Nenhum rapaz foi rotulado de desonesto por tais práticas. Até mesmo João Barra, acusado por dois

³¹³ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. *Op. cit.* p. 126.

crimes de estupro e que era, segundo relato de testemunhas, “célebre nesses crimes” e “perigoso sobre questões de honra” foi apontado pelas testemunhas como “de posição social e respeitador das famílias”³¹⁴. Contradições que revelam uma aceitação de posturas violentas para os homens.

Franco ao abordar o ‘código do sertão’³¹⁵ ressalta a existência de relações de solidariedade das comunidades interioranas que tinham um entendimento comum sobre a moralidade que não excluía a violência como padrão de comportamento. Para Monteiro, que estudou o sertão do Contestado³¹⁶, este espaço podia ser definido como um mundo de violência seja por questões de terra, de política ou de honra. Ele afirma que na região interiorana do Sul do Brasil se conferia maior importância ao crime de furto do que ao homicídio motivado pela defesa da honra, para este assassino não havia tanta condenação moral, pois ele era considerado uma vítima do destino.

Ainda que a pesquisa tenha revelado similaridades no entendimento de honra no final do século XIX e início do século XX para a comunidade de Castro, cidade do interior do Paraná e para os moradores do Rio de Janeiro, centro urbano maior e objeto de estudo das historiadoras Suan Caufield³¹⁷ e Martha de Abreu Esteves³¹⁸, os atos violentos dos homens e o porte de armas eram mais toleráveis nas regiões interioranas entre os homens considerados ‘de bem’, como é o caso de Castro/PR.

José Mazzine Galletto³¹⁹ e João Barra³²⁰ são exemplos da permissividade da violência e do desregramento moral para os homens. José envolveu-se em diversas confusões que chegaram à justiça e possivelmente em outras que não foram denunciadas. Ele aparece em três diferentes processos, em um como acusado do defloramento de Lucia, em outro por tentativa de homicídio ao final de um baile e no terceiro ele é testemunha de um amigo acusado de defloramento que usou como álibi uma festa na casa de José. Dois dos crimes teriam ocorrido na saída ou durante bailes que eram realizados nas casas de pessoas da comunidade. Os jovens festejavam juntos, envolviam-se em brigas e seduziam jovens mulheres, testemunhando depois uns a favor dos outros para livrarem-se das responsabilidades. José foi

³¹⁴ Processos por crimes de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905 e Hermínia do Rosário. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

³¹⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Op. cit.*

³¹⁶ MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Op. cit.*

³¹⁷ CAUFIELD, Suan. **Em defesa da honra**. *Op. cit.*

³¹⁸ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. *Op. cit.*

³¹⁹ Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. Processo por crime de rapto. Caixa: Palmyra Maria Novaes. Ano 1902. Processo por crime de tentativa de homicídio. Paulo Carneiro. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

³²⁰ Processos por crimes de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905 e Hermínia do Rosário. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

inocentado dos dois crimes de que foi acusado. João Barra é ainda mais expressivo, não era mais um jovem, mas um senhor casado que na primeira denúncia contava com seus 58 anos e na segunda tinha 67 anos. Foi inocentado dos dois crimes de estupro. Ele mesmo declarava para os conhecidos que havia tido relações sexuais com as jovens, ambas de 15 anos na época dos supostos crimes. Foi apontado como perigoso, sedutor, ordinário e célebre nesses crimes por diferentes testemunhas e mesmo assim não sofria punição da justiça e era contraditoriamente denominado como ‘respeitador das famílias’.

As testemunhas dos processos consideraram, porém, inadequadas as posturas mais intempestivas das moças. Foram encontradas expressões que rotulavam as jovens a partir de suas posturas sexuais: ‘de bem’ e ‘honesta’ eram termos utilizados para descrever as jovens polidas em sua conduta; ‘mulher pública’ não eram necessariamente as prostitutas, mas aquelas que viviam sua sexualidade de forma mais livre. Para a prostituta o termo utilizado era ‘mulher do comércio’.

É claro que estas terminologias não fogem a uma padronização dos escrivães. Porém os relatos das testemunhas revelam o que a comunidade entendia como comportamento adequado para as jovens. Exemplo é o relato de Seviriana, irmã da vítima Durvalina.³²¹ Ela acusou a irmã de sair sozinha, de andar “de abraços” com o padrasto, de ganhar presentes. Para ela, acusar a irmã poderia ser uma forma de fugir da condenação pública mostrando que concordava com os padrões de conduta socialmente estabelecidos. Seu discurso se assemelha ao discurso do advogado de José, acusado do defloramento de Lucia.³²² O advogado acusou Lucia de frequentar baile de carnaval, sair sozinha na rua e morar longe da casa paterna. O fato de a jovem ser empregada doméstica, e por isso residir na casa dos patrões e não com o pai, não amenizou a condenação moral que sofreu. A realidade de jovens pobres exigia que se distanciassem do padrão de comportamento apontado como ideal para jovens mulheres na busca por sobrevivência, mas isso não as isentava de serem moralmente discriminadas pela sociedade e mais especificamente pelas autoridades.

Ainda que essa noção de moralidade seja semelhante à apresentada pela historiografia que não trata de regiões interioranas, foram encontrados detalhes que revelam percepções diferentes e aceitações do desvio da conduta padrão em casos específicos. Avelina³²³, por exemplo, foi uma das poucas vítimas defendidas pelas testemunhas masculinas dos processos por crime de defloramento. Todos afirmaram que sabiam que o réu a havia deflorado e que o

³²¹ Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

³²² Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

³²³ Processo por crime de estupro. Avelina dos Santos. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

casal vivia amasiado desde então e mesmo que esta união não fosse oficial, isto não fez com que a jovem lavradora fosse apontada pelas pessoas como desonesta, desonrada ou mulher pública. Nas comunidades menores, os vizinhos se conheciam e acompanhavam a vida uns dos outros. Burlar as regras não ficava escondido. No caso dos homens, porque eles mesmos comentavam com os outros como forma de exibição de sua virilidade as conquistas amorosas e ações violentas. No caso das mulheres, porque rapidamente se transformavam em assunto nas rodas de conversa, atividade de entretenimento mais comum no interior. O fato de Avelina ser bem considerada perante os demais indica que para aqueles, cujas condições financeiras o casamento oficial e religioso fosse dispendioso demais poderia ser aceitável o amasiamento sem prejuízos morais, desde que a jovem se mantivesse fiel ao companheiro e cumprisse com seu papel de esposa e mãe. Desde que seguisse subordinada a um homem, neste caso seu companheiro.

Nas regiões interioranas os comentários populares influenciavam e em certa medida ainda influenciam o proceder das pessoas, mas as regras de conduta social são formuladas em âmbitos maiores. Pela Igreja e seu discurso moralista, mas também pela legislação que visa controlar a sociedade. Pedro lembra que no século XIX e início do XX

Eram os homens que compunham o judiciário, que chefiavam a polícia, o exército, a administração, que decidiam sobre a educação, faziam sermões religiosos, votavam e eram eleitos, aqueles que participavam dos órgãos político-administrativos, eram, também, os redatores e os leitores dos principais jornais da cidade. Eles prescreviam as formas de ser ‘distinto’ e ‘civilizado’, que incluíam modelos idealizados para as mulheres, segundo os quais estas deveriam restringir-se aos papéis familiares.³²⁴

Tais modelos de conduta eram, portanto, constituídos por um olhar de homens configurando em práticas de dominação masculina. Somente em 1954, uma mulher, Thereza Grisólia Tang, foi nomeada juíza no Brasil.³²⁵ A trajetória histórica da legislação referente aos crimes sexuais no Brasil, desde as Ordenações Filipinas, vigentes de 1603 a 1830 que legalmente permitiam aos homens assassinar suas esposas em caso de adultério e que distinguiam claramente as pessoas de maior e menor qualidade pautando-se em posições sociais e relações de gênero até o Código Penal de 1890 deixa muito clara a discriminação de gênero na legislação.

O Código Criminal do Império, de 1830, procurou dar conta das contradições sociais que ao mesmo tempo exigiam comportamentos virtuosos para as mulheres e eram condescendentes com a liberdade sexual dos homens. Houve então um abrandamento das

³²⁴ PEDRO, Joana Maria. *Op. cit.* p. 31.

³²⁵ <http://www.ufrgs.br/caar/?p=1063>

penas para os crimes sexuais. Mas o código previa punições maiores para quem violentasse ‘mulheres honestas’ e penas menores para os que cometessem o crime contra ‘mulheres públicas ou prostitutas’. A discriminação de gênero permaneceu na lei e a moral sexual ainda definia as posturas de ‘mulheres honestas’, termo que permaneceu na legislação até 2003, quando foi excluído nas comemorações do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, em 25 de novembro.

No código penal de 1890, a pena para o crime de estupro de prostitutas era menor do que a pena para o crime de defloração, que era consentido pela mulher que poderia ter sido enganada por promessas de casamento ou poderia apenas afirmar isso na justiça como forma de inocentar-se aos olhos da família que descobriu sua ação desviante.

O artigo 39 do código que trata das circunstâncias agravantes no § 5º destaca como uma delas “ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa”. Ao referir-se à superioridade em sexo o artigo comprova que as mulheres eram discriminadas pela legislação e consideradas como o sexo inferior.

Mas ao mesmo tempo em que havia este destaque na lei para a fragilidade feminina, os seus intérpretes tomavam outros rumos. Viveiros de Castro, um dos mais importantes comentadores deste código na época, que escreveu em 1897 ‘Os delictos contra a honra da mulher’, afirmou que era indispensável a constatação de que a mulher vítima de crime sexual resistiu realmente porque para ele podia ser fingimento ou invenção, pois mulheres adultas eram capazes de resistir à violência. Ou seja, a lei as definia como sexo inferior, teoricamente pensando em sua fragilidade, mas os juristas não levavam isso em conta na defesa das mulheres.

Um pequeno avanço nas relações de gênero no Código Penal de 1890 é perceptível no que se refere às punições para o adultério. Não só negava aos homens o direito de matar suas esposas adúlteras, o que já foi definido anteriormente no código de 1830, mas definia punições iguais a homens e a mulheres adúlteros (prisão de um a três anos).

Para além do código penal, o código civil de 1916 possibilita reflexões a respeito da discriminação da mulher na legislação brasileira. O código define a necessidade das mulheres assumirem os sobrenomes dos maridos com o casamento, confere a eles o título de chefe da sociedade conjugal, sendo os únicos que poderiam administrar os bens, fixar ou alterar o domicílio das famílias. O código dispõe sobre a possibilidade de anulação do casamento por ‘erro essencial’ e o erro seria o defloração da mulher ignorado pelo marido.

As mulheres que recorriam à justiça eram publicamente humilhadas e corriam o risco de não conseguir mais um casamento, considerado na época como uma via de dignidade para as mulheres. Ainda que isso pareça contraditório, já que pelo código civil as mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes. Totalmente incapazes seriam as crianças, os indígenas e os loucos.

Uma das situações vexatórias que enfrentavam as mulheres de Castro/PR, foco desta pesquisa, era o exame de corpo de delito. A falta de profissionais em Castro fazia com que estes exames fossem realizados por cidadãos comuns, sem preparo técnico. Comerciantes, lavradores, professores eram nomeados peritos. E depois disso, todo o comportamento das jovens moças de Castro, vítimas nos processos por crimes sexuais era exposto pelos advogados de defesa dos réus. Punir um homem que agredisse sexualmente uma mulher podia ser importante, mas era essencial deixar claro que esta mulher não podia frequentar lugares inapropriados ou agir de forma inadequada, deixando de subordinar-se à dominação ou à vigilância masculina.

Nos processos analisados, as afirmações em relação à boa conduta dos homens eram facilmente aceitas. Já as jovens pobres dificilmente saíam desses processos sem uma marca negativa ainda maior em relação à sua honestidade ou honra. Tinham suas vidas vasculhadas, expostas e seu comportamento marginalizado para que fossem consideradas indignas de defesa. De vítimas passavam a ser julgadas culpadas pela violência sofrida. Infelizmente, isso é ainda recorrente gerando, inclusive, um movimento mundial de combate à violência contra as mulheres e à responsabilização das vítimas pela violência sofrida, denominado “marcha das vadias”. O movimento teve início após um crime de estupro em um campus universitário de Toronto, Canadá, em 2011. O policial que trabalhava nas investigações orientou as universitárias a não mais se “vestirem como vadias”, pois essa era a causa da violência, desviando, portanto a culpa do agressor e a colocando nas vítimas.³²⁶

Dos 38 processos analisados, 31 tiveram desfechos favoráveis aos réus e apenas 7 às vítimas. A virgindade era entendida pela comunidade de Castro como um ‘tesouro’ a ser protegido para manutenção da honra familiar e como atestado de honestidade das jovens. Perder a virgindade significava perder um bem e para muitas delas o único bem, já que eram na maioria jovens muito pobres. A estigmatização das vítimas era recorrente, jovens solteiras não virgens eram denominadas de ‘mulheres públicas’ e algumas de ‘mulheres do comércio’, prostitutas. Mas 6 dos processos analisados se referem a histórias de jovens que subverteram à

³²⁶

http://www.feminismo.org.br/livre/index.php?option=com_content&view=article&id=4689:marcha-das-vadias-chega-de-culpabilizacao-das-vitimas&catid=58:violencia&Itemid=574

ordem. Contrariando a exigência de manutenção da virgindade até a oficialização do casamento, elas deixaram-se deflorar, traçando assim um caminho diferente para suas vidas, caminho escolhido por elas e não pelo pai ou tutor. Movidas pela necessidade financeira trocaram o ‘tesouro da virgindade’ por tostões e objetos como “um corte de tecido e um cinto” ou movidas pela coragem de escolher o próprio caminho o utilizaram como estratégia para realizarem casamentos ou uniões consensuais que contrariavam a vontade paterna.

A discriminação de gênero é uma construção social que tem ferido, traumatizado e estigmatizado mulheres. Revela relações de poder entre os sexos que foram reproduzidas ao longo da história, mas como não são naturais, e sim construídas, podem e devem deixar de ser propagadas.

FONTES

CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha Editor, 1897.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (25 de março de 1824).

DECRETO N. 847 DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Código Criminal do Império do Brasil.

LEI DE 19 DE JUNHO DE 1775. Providência sobre a alliciação, sedução e corrupção dos filhos-famílias de ambos os sexos.

LEI Nº 2.092 DE 25 DE SETEMBRO DE 1915. Modifica aos arts. 266, 277 e 278 do Código Penal.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brazil.

PROCESSOS CRIMES:

Processo por crime de estupro. Florentina Pas dos Santos. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

Processo por estupro. Anna Lopes Teixeira. Caixa: Ano 1890. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Zeferina de Tal. Caixa: Ano 1892. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Alexandrina Rodrigues. Caixa: Ano 1892. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Maria Florentina. Caixa: Ano 1893. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: Ano 1893. Castro/PR.

Processo por crime de atentado contra o pudor. Bertulina Maria do Espírito Santo. Caixa: Ano 1894. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Leandrina Saldanha. Caixa: Ano 1896. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Joana Disgepola. Caixa: Ano 1897. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Maria Alves do Nascimento. Caixa: Ano 1897. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Antonia Machado da Conceição. Caixa: Ano 1898. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Maria Joana da Rosa. Caixa: Ano 1899. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de rapto. Eusebia da Silva. Caixa: Ano 1899. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Maria do Livramento. Caixa: Ano 1900. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Manoela Rosa. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Anna de Paula. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de rapto. Palmyra Maria Novaes. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Avelina dos Santos. Caixa: Ano 1902. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Maria Adelaide de Mello. Caixa: ano 1902. CCEE. Castro/PR

Processo por crime de defloramento. Pedrina Carneiro Saldanha. Caixa: Ano 1903. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Escolástica Maria Pedroso. Caixa: Ano 1904. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Durvalina Maria de Ramos. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de atentado contra o pudor. Josephina Bickerstaph. Caixa: Ano 1905. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de rapto. Eugenia Martins. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Maria das Neves da Silva. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Caixa: Anna Maria Rodriguez da Silva. Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de tentativa de homicídio. Paulo Carneiro. Caixa: Ano 1906. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de rapto. Francelina Corrêa. Caixa: Ano 1909. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Adrelina Teixeira de Oliveira. Caixa: Ano 1910. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Balbina Vieira da Rosa. Caixa: Ano 1911. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Balbina Marcondes Ribas. Caixa: Ano 1912. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Maria Augusta da Silva. Caixa: Ano 1913. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Mecia Martins de Oliveira. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Hermínia do Rosário. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Urçulina da Silva Rocha. Caixa: Ano 1914. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de atentado contra o pudor. Guilhermina Maia. Caixa: Ano 1917. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de defloramento. Thereza de Ramos. Caixa: Ano 1918. CCEE. Castro/PR.

Processo por crime de estupro. Josephina Fernandes França. Caixa: Ano 1919. CCEE. Castro/PR.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822.** Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

AMENO, Viviane Penha Carvalho Silva. **Implementação do júri no Brasil:** debates legislativos e estudo de caso (1823-1841). Dissertação. Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UMG, 2011.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo.** II A Experiência vivida. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BORBA, Oney B. **Os iapoenses.** Curitiba: Editora Lútero-técnica, 1986.

CANÇADO, Adriana Mello. **Um homem, uma mulher, um drama:** crimes da paixão em Ponta Grossa (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930.** Brasília: Editora da UnB, 2001.

CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **Marcadas a ferro:** Violência contra a mulher uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra:** Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1:** Artes de Fazer. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família:** representações jurídicas de papéis sociais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emereciana. **Castro Antiga:** cronologia. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Odiosos homicídios:** o processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo. São Leopoldo: Oikos, 2010.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas:** Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano:** A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 3ª Edição. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1983.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia.** História da Historiografia. Número 4. Ouro Preto. Março, 2010. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/139>. Acessado em: 20 de junho de 2011.

LARA, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas:** Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná:** terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão:GRAFIT, 2003.

LOBATO, Monteiro. **Urupês.** São Paulo: Editora Urupês, 1957.

LOPES, José Carlos Veiga. **Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí.** Curitiba: Torre de Papel, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MACHADO, Vanderlei. **Honra e Conduta:** Em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero(orgs.). História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MARCH, Kety Carla. **Entre promessas e reparações:** processos-crime de defloramento em Guarapuava (1932-1941). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.Curitiba, 2010.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher:** visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas:** a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARTINS, Romário. **Terra e Gente do Paraná.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense Ltda., 1944.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, 1998.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 1997.

PASSOS, Aruanã Antonio dos. **Histórias de sangue e de dor: Crimes passionais no sudoeste do Paraná (1909-1939)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.

PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense 1829-1889**. Curitiba: UFPR, 1996.

PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PINHEIRO, Philipi Gomes Alves. Direitos no crime: as mulheres, os crimes e sua busca por direitos na comarca de Vitória/ES (1841-1871). **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH- Rio**. São Gonçalo, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1339503577_ARQUIVO_DIREITOSNOCRIME.ASMULHERES,OSCRIMESESUABUSCAPORDIREITOSNACOMARCAD EVITORIAES_1841-1871_-PhilipiGomesAlvesP.pdf. Acessado em 10 de janeiro de 2013.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie (Org.). **A Honra: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PRIORE, Mary Del. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SALDANHA, Terezinha. **Violência jurídica e intencionalidade feminina em crimes sexuais: Guarapuava 1940-1944**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Luiz Cezar Kreps da. Tropeirismo. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Claudio L.; TRICHES, Rita Inocência. **Paraná: Espaço e Memória**, diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 123.

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila. **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

STUDART, Heloneida. **A mulher, brinquedo do homem?** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1968.